



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PAULA PERIN DOS SANTOS

**“SE O SENHOR NÃO TÁ LEMBRADO, DÁ LICENÇA DE CONTÁ”: UMA
ABORDAGEM DISCURSIVA DA EXPERIÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO**

FORTALEZA

2019

PAULA PERIN DOS SANTOS

“SE O SENHOR NÃO TÁ LEMBRADO, DÁ LICENÇA DE CONTÁ”: UMA
ABORDAGEM DISCURSIVA DA EXPERIÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237" Santos, Paula Perin dos.
"Se o senhor não tá lembrado, dá licença de contá" : uma abordagem discursiva da experiência de desapropriação / Paula Perin dos Santos. – 2019.
170 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos.
1. Narrativas de vida. 2. Discurso do desapropriado. 3. Categorização. 4. Rodoanel Mário Covas. I. Título.

CDD 410

PAULA PERIN DOS SANTOS

“SE O SENHOR NÃO TÁ LEMBRADO, DÁ LICENÇA DE CONTÁ”: UMA
ABORDAGEM DISCURSIVA DA EXPERIÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Linguística da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 25/10/2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi
Universidade Cidade de São Paulo (Unicid)

Profa. Dra. Lia Matos Albuquerque
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Maria Leidiane Tavares Freitas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Júlio César Rosa Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Em memória de todos os imigrantes e nordestinos que viveram a experiência (i)migrar.

E também a todos os que tiveram ou terão de ceder, algum dia, lugar ao “progresso”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por reservar para mim caminhos sequer imaginados.

Ao meu esposo Salatiel, companheiro amigo e leal, por me dar apoio e incentivo, por celebrar comigo as pequenas conquistas que me levaram à conclusão desta tese.

Às minhas filhas Wynne e Ellen, pois, por vezes, fizeram o papel de mãe, tanto no cuidado com o pequeno Neemias, quanto nos afazeres de casa. Peço perdão a vocês pelos momentos em que ignorei suas divertidas histórias, sob o pretexto de estar concentrada na tese. Confesso que sempre me arrependerei de ter perdido esses momentos. Agradeço a vocês, principalmente, pelo período em que tivemos de nos distanciar de nossa família durante o estágio, e que vocês, apesar da saudade dos primos e tios, se mantiveram sempre ao lado da mamãe. Serei eternamente grata a vocês duas, minhas princesas.

Ao pequeno Neemias, por ser a alegria de nosso lar com suas cantigas, risos e seu modo peculiar de se comunicar.

Aos meus pais, pela oportunidade de estudo, pela boa educação e, acima de tudo, terem me influenciado, ainda que sem se darem conta, a amar o universo da leitura.

Aos meus irmãos, Sarinha, Marcos e Ricardo, por dividirem as tristezas e compartilharem suas alegrias. Guardo vocês dentro do meu coração para sempre. Sou muito grata ao Ri por nos ceder suas lembranças e contribuir para a construção da história da Estância. À Sarinha, minha irmã prodígio, pela amizade e amor incondicional, sobretudo, por suportar minhas implicâncias típicas de irmã mais velha. Ao Marcos, por seu meu sábio conselheiro e principal motivador em minha trajetória pessoal, espiritual e acadêmica. Sou muito abençoada em tê-los como irmãos.

À minha querida amiga e orientadora Dra. Sandra Maia, pela orientação, por estimular minha capacidade criativa com suas pontuais reflexões, pelas sábias e divertidas conversas, sobretudo, por acreditar na minha capacidade mesmo quando eu me sentia aflita e perdida em meio a tantas correntes teóricas. Serei eternamente grata pela amizade, pelo respeito, por me compreender não apenas como mais uma orientanda de doutorado, mas como pessoa e mãe de família.

A todos os amigos que foram desapropriados, por disponibilizarem seu tempo e sua narrativa, compartilhando comigo lembranças tão significativas. Sou eternamente grata a vocês e só posso desejar que sejam felizes em suas novas trajetórias.

À Ouvidoria da Dersa, por nos ceder gentilmente os documentos concernentes ao projeto Rodoanel Mário Covas.

Aos amigos do Grupo de Estudos em Linguística e Estudos Autobiográficos (GELDA-UFC), pela recepção calorosa, pelo carinho, amizade e momentos de aprendizado. Agradeço ao Samuel Holanda, pelas sábias reflexões teóricas, que me auxiliaram na construção do objeto de pesquisa. Ao Roger, pelas produtivas e divertidas conversas sobre os percursos teóricos, sobre as coisas cotidianas, pelas escritas em coautoria. Agradeço, sobretudo, pela divulgação que tem feito da minha pesquisa de mestrado. Você tem sido um grande amigo.

Aos professores doutorandos do Dinter (UFC-URCA), pela honra de estudarmos na mesma turma, quando a maior parte deles fez parte de minha vida acadêmica como meus professores. Sou muito grata ao Prof. Dr. Freitas, coordenador do Dinter UFC/URCA, pelo apoio e companheirismo nesta trajetória. Tenho muito orgulho de ter sido aluna de vocês.

Aos professores do Curso de Doutorado em Linguística da Universidade Federal do Ceará, pelo aprendizado proporcionado e por disporem do seu tempo para ministrar nossas aulas no Cariri, mesmo diante de condições adversas.

À Coordenação do PPGL, especialmente, ao Eduardo Xavier, agora ex-secretário, pela acolhida, cuidado, gentileza e prestativas orientações.

À FUNCAP, por disponibilizar um auxílio para custear as despesas no período do Estágio de Docência em Fortaleza.

Um agradecimento especial à minha melhor amiga, Edla, por partilhar a vida, as leituras, aprendizados, conquistas, risos e lágrimas. Por ser amiga presente mesmo quando distante. Agradeço-lhe por me servir de inspiração para uma escrita mais fluida e pelas reflexões que me fez empreender durante a análise das narrativas.

RESUMO

O Rodoanel Mário Covas é um anel viário em fase final de construção no entorno da Região Metropolitana de São Paulo. Para realizar esse empreendimento, milhares de famílias que residiam em áreas do traçado foram desapropriadas, sobretudo os moradores da Estância Jaraquá, bairro situado no subdistrito de Parada de Taipas em São Paulo, capital paulista. Diante disso, esta tese tem por objetivo geral analisar narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação, à luz da Análise Fenomenológica Interpretativa e da Semiótica Discursiva, a fim de categorizar o discurso do desapropriado. Para alcançar esse objetivo, optamos por três objetivos específicos, que são: a) Analisar as categorias discursivas subjacentes às narrativas sobre a experiência de desapropriação; b) Investigar as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam; c) Categorizar o discurso do desapropriado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se vale da Análise Fenomenológica Interpretativa (SMITH; OSBORN, 2003) e da Etnossociologia (BERTAUX, 2010) para uma abordagem indutiva das narrativas de vida, a fim de chegar às categorias discursivas que emanam de tais textos. Como aporte teórico, recorreremos às contribuições da Semiótica Discursiva (BARROS, 2002; FIORIN, 2011), dos estudos da narrativa de vida (MAIA-VASCONCELOS, 2011; PINEAU; LEGRAND, 2012; DELORY-MOMBERGER, 2014; BRUNER, 2014; FERRAROTI, 2014), dos espaços existenciais e dos sentidos do lugar e os não lugares (CERTEAU, 1998; AUGÉ, 2012; PALLASMAA, 2013; BERGSON, 2013; HALL, 2014; REIS, 2017). Os estudos aqui empreendidos nos permitiram observar três categorias discursivas da experiência de ser desapropriado, representadas por três enunciadores: o enunciador desterritorializado, o enunciador territorializado e o enunciador multiterritorializado. O enunciador desterritorializado, desapropriado do lugar de onde se sentia pertencido, passa a viver de lembranças. Tal condição implica na rejeição de tudo o que se relaciona a atual moradia. A narrativa de vida se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era melhor do que o aqui (moradia atual); já o enunciador territorializado não se sente pertencido à moradia anterior, por isso ser desapropriado é o meio pelo qual adquire os recursos necessários à moradia que deseja. Sua narrativa de vida se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era ruim, mas o aqui (moradia atual) é bem melhor. Por isso, esse enunciador se sente pertencido à nova moradia. As dificuldades enfrentadas durante o processo são interpretadas como parte de um plano maior para a aquisição da casa dos sonhos. Por fim, o enunciador multiterritorializado não demonstra ter apego emocional ao lugar existencial: nem à moradia anterior, nem à moradia atual, mas à facilidade de acesso à vida urbana

que este imóvel pode lhe proporcionar. Sua narrativa de vida se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era perigoso, mas o aqui (moradia atual) é seguro e “perto de tudo”. Ao optar pelo *não lugar*, termo que designa os espaços de circulação, os pontos de passagem, o enunciador multiterritorializado renuncia ao sentimento pertencer a um território, preferindo não se apegar a uma residência para estar perto de *tudo*. Prefere a passagem facilitada e a liberdade do ir e vir, à resignar-se à distância dos grandes centros, às margens da vida social que nos permite a urbanidade.

Palavras-chave: Narrativas de vida. Discurso do desapropriado. Categorização. Rodoanel Mário Covas.

ABSTRACT

The Rodoanel Mário Covas is an expressway in the final phase of construction around the Metropolitan Region of São Paulo. Thousands of families who lived in areas of the route were expropriated for the construction of this expressway, especially the residents of Estancia Jaraguá, a neighborhood located in the subdistrict of Parada de Taipas in São Paulo, the capital of São Paulo. In face, this thesis aims to analyze life stories about the expropriation experience, through Phenomenological Interpretative Analysis and Discursive Semiotics, in order to categorize the discourse of the expropriated. We have chosen three specific objectives, which are: a) To analyze the discursive categories underlying the expropriation experience; b) To investigate the representations of the self/enunciator in relation to objects of positive or negative value with which they are confronted; c) To categorize the expropriation discourse. It is a qualitative research, which uses the Interpretative Phenomenological Analysis (SMITH; OSBORN, 2003) and Ethnosociology (BERTAUX, 2010) for an inductive approach to life narratives, in order to define the discursive categories present in such texts. We have adopted the contributions of the Discursive Semiotics (BARROS, 2002; FIORIN, 2011), of the life narrative studies (MAIA-VASCONCELOS, 2011; PINEAU; LEGRAND, 2012; DELORY-MOMBERGER, 2014; BRUNER, 2014; FERRAROTI, 2014), of existential spaces and the senses of place and non-places (CERTEAU, 1998; AUGÉ, 2012; PALLASMAA, 2013; BERGSON, 2013; HALL, 2014; REIS, 2017) as a theoretical contribution. In this study, we observe three discursive categories of the experience of being expropriated, represented by three enunciateurs: the deterritorialized enunciator, the territorialized enunciator and the multiterritorialized enunciator. The deterritorialized enunciator, dispossessed of the place from which he felt he belonged, starts to live on memories. This condition implies the rejection of everything that relates to the present house. His life story is built on the premise that the there (previous house) was better than the here (current house). The territorialized enunciator does not feel that he belongs to the previous house, so being expropriated is the means by which he acquires the necessary resources to buy the house he wants. His life history is built on the premise that the there (previous house) was bad, but the here (current house) is much better. For this reason, territorialized enunciator feels that he belongs to the new house. Difficulties faced during the process are interpreted as part of a larger plan for the acquisition of the dream house. Finally, the multiterritorialized enunciator does not show emotional attachment to the existential place: neither to the previous house, nor to the current house, but to the ease of access to urban life that this property can

provide. His life history is built from the premise that the there (previous house) was dangerous, but the here (current house) is safe and "close to everything". By opting for no place, a term that designates circulation spaces, crossing points, the multiterritorialized enunciator renounces the feeling of belonging to a territory, preferring not to cling to a residence to be close to everything. He prefers easy passage and the freedom to come and go, rather than resigning himself to the distance of the great centres, to the margins of social life that allows us urbanity.

Keywords: Life stories. Expropriated discourse. Categorization. Rodoanel Mário Covas.

RESUMÈ

Le Rodoanel Mário Covas est une voie rapide en phase finale de construction autour de la région métropolitaine de São Paulo. Pour réaliser ce développement, des milliers de familles qui vivaient dans les zones du parcours ont été expropriées, en particulier les habitants de l'Estância Jaraguá, un quartier situé dans le sous-district de Parada de Taipas à São Paulo, la capitale de l'État. Dans cette optique, cette thèse vise à analyser des récits de vie sur l'expérience de l'expropriation, à la lumière de l'Analyse Phénoménologique Interprétative et de la Sémiotique Discursive, afin de catégoriser le discours de l'expropriation. Pour atteindre cet objectif, nous avons choisi trois objectifs spécifiques, qui sont: a) Analyser les catégories discursives qui sous-tendent les récits sur l'expérience de l'expropriation; b) Rechercher les représentations du moi/énoncé par rapport aux objets de valeur positive ou négative auxquels ils sont confrontés; c) Catégoriser le discours de l'expropriation. Il s'agit d'une recherche qualitative, qui utilise l'Analyse Phénoménologique Interprétative (SMITH ; OSBORN, 2003) et l'Ethnosociologie (BERTAUX, 2010) pour une approche inductive des récits de vie, afin d'arriver aux catégories discursives qui émanent de ces textes. Comme contribution théorique, nous avons recours aux apports de la Sémiotique Discursive (BARROS, 2002; FIORIN, 2011), des études sur le récit de vie (MAIA-VASCONCELOS, 2011; PINEAU; LEGRAND, 2012; DELORY-MOMBERGER, 2014; BRUNER, 2014; FERRAROTI, 2014), des espaces existentiels et des sens du lieu et des non-lieux (CERTEAU, 1998; AUGÉ, 2012; PALLASMAA, 2013; BERGSON, 2013; HALL, 2014; REIS, 2017). Trois catégories discursives de l'expérience de l'expropriation ont été observées, représentées par trois énonciateurs: les énonciateurs déterritorialisés, les énonciateurs territorialisés et les énonciateurs multiterritorialisés. L'énonciateur déterritorialisé, exproprié de l'endroit auquel il se sentait appartenir, commence à vivre de ses souvenirs. Cette condition implique le rejet de tout ce qui se rapporte à la maison actuelle. Le récit de la vie est construit à partir de la prémisse que le là-bas (maison précédente) était meilleur que l'ici (maison actuelle); déjà l'énonciateur territorialisé ne se sent pas appartenir à la maison précédente, donc être exproprié est le moyen par lequel il acquiert les ressources nécessaires pour le logement qu'il désire. Son récit de vie est construit à partir de la prémisse que le là-bas (la maison précédente) était mauvais, mais que l'ici (la maison actuelle) est bien meilleur. C'est pourquoi cet énonciateur a le sentiment d'appartenir à la nouvelle maison. Les difficultés rencontrées au cours du processus sont interprétées comme faisant partie d'un plan plus large pour l'acquisition de la maison de rêve. Enfin, l'énoncé multi-territorialisé ne montre pas

d'attachement émotionnel au lieu existentiel: ni à la maison précédente, ni à la maison actuelle, mais à la facilité d'accès à la vie urbaine que cette propriété peut procurer. Son récit de vie est construit à partir de la prémisse que le là-bas (la maison précédente) était dangereux, mais que l'ici (la maison actuelle) est sûr et "proche de tout". En optant pour le no place, terme qui désigne les espaces de circulation, les points de passage, l'énonciateur multi-territorialisé renonce au sentiment d'appartenance à un territoire, préférant ne pas s'accrocher à une résidence pour être proche de tout. Il préfère la facilité de passage et la liberté d'aller et venir, plutôt que de se résigner à l'éloignement des grands centres, aux marges de la vie sociale qui nous permet l'urbanité.

Mots-clés: Récits de vie. Discours des expropriés. Catégorisation. Rodoanel Mário Covas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Elementos constituintes do instituto da desapropriação	34
Figura 2 - Elementos constituintes da desapropriação na Estância Jaraguá.....	35
Figura 3 - Fases do ato de desapropriar segundo a Lei de Desapropriação.....	37
Figura 4 - Sistema Viário de São Paulo.....	39
Figura 5 - Extensão do Rodoanel Governador Mário Covas.....	40
Figura 6 - Vista da “Roça”, propriedade da Família Rocha em 1995	49
Figura 7 - Ocupações desordenadas na propriedade da Família Rocha em 2012	49
Figura 8 - A “Roça” após as desapropriações (vista da esquerda)	50
Figura 9 - A “Roça” após as desapropriações (vista da direita)	50
Figura 10 - Características da proposta Semiótica Greimasiana	57
Figura 11 - Projeções da enunciação no enunciado: a debreagem e suas categorias de pessoa, espaço e tempo.....	62
Figura 12 - Efeitos de sentido dos mecanismos de debreagem e embreagem instaurados no enunciado.....	64
Figura 13 - Ramificações da Fenomenologia Hermenêutica.....	90
Figura 14 - Transformação dos estados do enunciador desterritorializado	136
Figura 15 - Transformação dos estados enunciador territorializado	138
Figura 16 - Transformação dos estados do enunciador multiterritorializado	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Patamares do percurso gerativo do sentido na perspectiva greimasiana.....	58
Quadro 2 - Perspectivas teórico-metodológicas adotadas na tese e seus respectivos autores..	85
Quadro 3 - Categorias discursivas presentes na narrativa de Alice.....	99
Quadro 4 - Categorias discursivas presentes na narrativa de Bárbara.....	111
Quadro 5 - Categorias discursivas presentes na narrativa de Carol	119
Quadro 6 - Quadro síntese das categorias discursivas das narrativas sobre a desapropriação	120
Quadro 7 - Percurso gerativo do sentido do eu/enunciador 1.....	125
Quadro 8 - Percurso gerativo do sentido do eu/enunciador 2.....	129
Quadro 9 - Percurso gerativo do sentido do eu/enunciador 3.....	133
Quadro 10 - Representações dos sujeitos desapropriados e os objetos de valor com os quais confrontam.....	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização geográfica da Estância Jaraguá	44
Mapa 2 - Índice de vegetação na Estância Jaraguá em 1987.....	46
Mapa 3 - Estância Jaraguá antes das desapropriações, em 2012.....	51
Mapa 4 - Estância Jaraguá pós-desapropriação, em 2018	52

Saudosa Maloca

Se o senhor não tá lembrado
Dá licença de contá
Que acá onde agora está
Esse adifício arto
Era uma casa véia
Um palacete assobradado
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mas um dia, nós nem pode se alembrá
Veio os homis c'as ferramentas
O dono mandô derrubá
Peguemos todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciá a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Doía no coração
Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei:
Os homis tá cá razão
Nós arranja outro lugar
Só se conformemo quando o Joca falou:
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega páia nas gramas do jardim
E prá esquecê, nós cantemos assim:
Saudosa maloca, maloca querida
Dim-dim donde nós passemos os dias feliz de
nossa vida”.

(Adoniran Barbosa)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	29
2.1	A relação entre o sujeito e o lugar	29
2.2	A desapropriação por utilidade pública	33
2.3	O Projeto Rodoanel Governador Mário Covas	39
2.4	A Estância Jaraguá: um bairro paulistano ao sopé da Cantareira	43
3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	54
3.1	Notas sobre os estudos do discurso	54
3.2	A proposta Semiótica Greimasiana	56
3.2.1	<i>Patamares da Semiótica Discursiva adotadas na pesquisa</i>	59
3.3	A construção narrativa do eu	65
3.4	Os sentidos do lugar e os não-lugares	71
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	80
4.1	O percurso de constituição do <i>corpus</i>	80
4.2	A (des)construção do objeto de pesquisa: desafios do pesquisador novato	83
4.3	As narrativas de vida na ótica da Etnossociologia	86
4.4	Critérios de análise das narrativas de vida	88
4.4.1	<i>A Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA)</i>	91
5	AS NARRATIVAS DE VIDA SOBRE A EXPERIÊNCIA DE SER DESAPROPRIADO	93
5.1	Alice em: “Meu coração ficou lá”	93
5.2	Bárbara em: “Eu tinha vontade de vender e sumir dali”	102
5.3	Carol em: “As coisas foram mudando e a vizinhança ficou perigosa”	115
5.4	As narrativas de vida sobre a desapropriação à luz da Semiótica Discursiva	122
5.4.1	<i>“Eu não me adapto aqui onde estou”</i>	122
5.4.2	<i>“A gente achou o cantinho nosso aqui”</i>	126
5.4.3	<i>“Aqui é perto de tudo”</i>	129
6	CATEGORIAS DISCURSIVAS DO EU DESAPROPRIADO	135
6.1	O enunciador desterritorializado	135
6.2	O enunciador territorializado	138
6.3	O enunciador desterritorializado	140
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143

REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA	160
APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA 1	161
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA 2	166
APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA 3	170
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	171

1 INTRODUÇÃO

Quando me lembro da Estância Jaraguá¹, uma série de imagens vão passando em minha memória como uma sequência de *flashes* que, dada a minha pouca idade na época em que lá residi, revelam certa natureza lúdica e aventureira. São lembranças de traquinações, tombos e tropicões, passeios pelas matas à contragosto de minha mãe, brincadeiras de rua e nos quintais dos vizinhos, riachos, nascentes, lambaris, amoras silvestres, coquinhos, hibiscos. São lembranças que pareciam esquecidas, mas que vieram à tona assim que soube da implementação do Rodoanel e das consequências que ele traria à população local, como alguns familiares, vizinhos e amigos de infância que ainda lá residiam.

A Estância Jaraguá é um bairro ligado ao Subdistrito de Taipas², Distrito de Jaraguá, localizado na capital paulista. O bairro se situa na linha do traçado do Trecho Norte da obra viária conhecida como Rodoanel Governador Mário Covas e, por essa razão, vivenciou um processo de desapropriação para a implantação deste anel viário. O empreendimento tem por objetivo diminuir o tráfego de veículos dentro município de São Paulo, pois oferece livre acesso às principais rodovias do país.

Sou paulistana filha da (i)migração. Meu pai é paulista, natural de Getulina-SP, descendente de italianos e minha mãe cearense, natural de Caririaçu. Ambos migraram para o litoral de São Paulo ainda na juventude, onde se conheceram. Depois de casados, mudaram-se para o Distrito de Taipas. Anos depois, compraram um terreno no Distrito do Jaraguá, mas tiveram de se desfazer de sua casa por razões financeiras. Com o que sobrara, adquiriram um lote na Estância Jaraguá, ao sopé do Parque Estadual da Cantareira, no ano de 1982. Eu tinha apenas poucos meses de idade quando meus pais se mudaram para lá.

Residimos ali durante quase 13 anos. Em 1995, meu pai, após se aposentar como motorista de ônibus urbanos no município de São Paulo, tomou a decisão de migrar para a cidade de Caririaçu, para atuar no ensino voluntário de música na Igreja Evangélica da qual fazemos parte. Essa mudança foi uma experiência traumatizante. Sair do lugar onde praticamente nasci para morar numa cidade tão pequena e pacata era como uma experiência de quase morte. Na Estância, deixei para trás amigos, tios e primos, minhas atribuições na igreja, a primeira escola, que eu adorava. Foi um período de difícil adaptação, mesmo para minha mãe que é nordestina e vivera seus primeiros quinze anos de vida naquela pequena

¹Estância Jaraguá ou simplesmente Estância. Os dois termos se referem ao mesmo lugar.

²O bairro é chamado Taipas ou Parada de Taipas. As duas nomenclaturas são consideradas.

cidade.

Como toda fase de adaptação, aos poucos fui me apropriando da cultura local e cultivando novas amizades. Comecei a perceber que não era tão ruim viver ali. Conheci os familiares de minha mãe, pude conviver com meus avós maternos, tios e primos. As pessoas eram muito hospitaleiras. Com frequência éramos presenteados com os produtos que cultivavam, tais como: jerimum, macaxeira, maxixe, feijão verde, fava e feijão-andu³, banana, milho, pinha e jaca.

Meu pai não se desfez da casa da Estância. Durante os 11 primeiros meses de residência em Caririaçu, a única renda de nossa família provinha do aluguel da casa na qual havíamos morado. Depois disso, meu pai recebeu a sua aposentadoria, o que nos permitiu levar uma vida digna. Residimos em Caririaçu no período de abril de 1995 até outubro de 1998, quando meus pais decidiram comprar uma casa em Juazeiro do Norte-CE, para onde nos mudamos novamente.

Em 2012, soube através de meus pais sobre as obras do Rodoanel Mário Covas e de como isso impactaria na vida de nossos familiares e amigos, que teriam de sair de suas moradias. Essa obra atingiria também a vida dos meus pais, que complementavam sua renda com o aluguel da casa da Estância. Imaginei o quanto afetaria minha mãe, que ainda mantinha a remota esperança de um dia voltar para “sua casinha”, como ela relatava.

Com essa notícia, algumas questões aparentemente esquecidas passaram a me inquietar. Embora guardasse certo carinho pelo lugar, pelas pessoas que ali ainda moravam, até mesmo algum ressentimento de ter saído de lá, nunca tive a intenção de voltar a morar lá, pois tudo mudara na Estância Jaraguá desde então. Eu sabia que sempre que falasse dos dias em que lá vivemos, eu me recordaria de cada detalhe do lugar, das imagens, dos sons, dos aromas e das pessoas. Saber que tudo seria demolido para passar um anel viário me deu a sensação de que a minha história seria destruída para sempre. Quando lá retornasse, não poderia dizer aos meus filhos: “era aqui onde eu brincava”, “foi nessa árvore em que eu soube subir, mas não consegui descer”, “foi aqui que enterramos o Jhou, nosso primeiro cachorro”, “neste cantinho aqui, tio Marcos e eu enterramos a Manuela, nossa lagartixa”. Surgiu daí a ideia de escrever um livro, a fim de que essas memórias fossem registradas para que não se perdessem junto com os destroços da demolição.

Nesse meio termo, iniciei o mestrado e optei pelo estudo de metodologias para a escrita de narrativas pessoais, especificamente do gênero textual memórias literárias. Já no

³ Espécie de feijão.

final das disciplinas e com a dissertação bem adiantada, surge a oportunidade de participar da seleção do Dinter em Linguística, numa parceria entre a Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). Era uma oportunidade de fazer doutorado “no quintal de casa”, por assim dizer. Quatro vagas seriam destinadas a mestres desvinculados da instituição, que morassem na região. Dentro de menos de um mês, concluí a escrita da dissertação, defendi e, no dia seguinte, já estava em Fortaleza participando da seleção.

Nessa correria, é de justificar que o anteprojeto submetido à seleção fosse incipiente. Minha proposta era estudar narrativas de vida de crianças em tratamento de câncer, ou seja, narrativas sobre experiências traumáticas. Era um assunto totalmente novo para mim, visto que eu havia estudado metodologias de ensino de escrita, mas não havia me debruçado em analisar as narrativas de vida. Até então, eu não havia pensado na possibilidade de que as crianças participantes da pesquisa poderiam não resistir à doença, ao longo da pesquisa. Fiquei imaginando como seria perder um filho nessas condições, eu que já era mãe de duas meninas e com um menino prestes a vir ao mundo. Com receio de não conseguir lidar com isso, acatei a sugestão de minha orientadora e optei por analisar narrativas de vida dos moradores sobre a experiência de desapropriação.

Por que estudar narrativas sobre a experiência de desapropriação? Ora, eu mesma já havia vivenciado um processo de desenraizamento, de desapego do lugar e das pessoas com as quais convivi, quando mudara para o Nordeste por decisão dos meus pais. Desse modo, desenvolver uma pesquisa nesse âmbito seria uma oportunidade de saber quais sentidos essas pessoas estavam construindo em relação à experiência de ser desapropriado para a construção de uma obra de grande impacto social.

A empolgação inicial se dissipara tão logo iniciei o processo de coleta de dados. As pesquisas envolvendo narrativas de vida sobre a desapropriação seguiam perspectivas da Sociologia, História, Psicologia, mas não da Linguística. A exemplo disso, quando pesquisamos sobre a desapropriação e reassentamento em obras de grande impacto social, ambiental e de prejuízos humanos, encontramos o livro “Memórias de Concreto: vozes na construção de Itaipu” (RIBEIRO, 2002), produzido a partir de uma dissertação de mestrado do Curso de Ciências Sociais, que trata da história não oficial da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR). A autora apresenta histórias de pessoas comuns que vivenciaram o problema da desapropriação, passaram por experiências traumáticas e que tiveram alterados seus universos culturais. Seguindo o ponto de vista histórico, a pesquisa pretende preservar a memória, buscando assim empreender esforços para que pessoas comuns não sejam esquecidas, pois foram elas as que mais tiveram de abandonar

suas casas e se fixarem em outro lugar.

Ainda tratando da desapropriação em obras de grande impacto, também encontramos um estudo intitulado “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro”. O objetivo do documento é denunciar diversas situações de desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Coletivo à Cidade em várias esferas sociais, dentre as quais ao direito de moradia, decorrente das obras de preparação da cidade para a recepção desses dois eventos, além de apontar as irregularidades das obras da Copa e das Olimpíadas, portanto, as narrativas de vida dos desapropriados e reassentados não foram o foco do trabalho (COMITÊ, 2012).

Vimos também que o estado do Ceará também foi palco de obras de grande impacto quando, em 1985, o governo estadual anunciou a construção da Barragem do açude Castanhão, o maior reservatório hídrico do Brasil. A grande obra submergiu cerca de 2/3 da cidade de Jaguaribara, inclusive sua antiga sede. Como política de compensação, o governo projetou uma Nova Jaguaribara, a primeira cidade planejada do Estado do Ceará, criando inclusive réplicas da antiga sede na nova cidade. Segundo Cordeiro (2010), foram removidas cerca de 8.000 pessoas de suas propriedades nos municípios de Jaguaribara, Jaguaratama, Alto Santo e Jaguaribe. Após 16 anos, a nova cidade foi inaugurada, enquanto os escombros da antiga Jaguaribara repousava sob as águas do Castanhão.

Os relatos dos moradores da Nova Jaguaribara revelam uma condição saudosista em relação à antiga sede. Embora reassentados numa moradia considerada pelo governo como melhor que a anterior, eles se queixam de que não se identificam com a cidade planejada, pois nela não há “vida”. Isso nos fez pensar no vínculo existente entre o sujeito e a seu lugar de moradia. Ainda que esta seja precária, há uma identidade entre morador e moradia, firmada a partir da construção histórica que o sujeito faz de si e do lugar em que vive. Por essa razão, realocá-lo em outro lugar forçosamente propicia uma situação de crise, que se manifesta no discurso pela relação saudosista com a antiga moradia.

Tantas pesquisas empreendidas sobre o tema da desapropriação demonstram a pertinência do tema e a necessidade de olhar essa temática sobre o ponto de vista dos estudos da linguagem. Entretanto, eu me sentia perdida, sem saber como construir um objeto de estudo que estivesse à “altura” do que se espera de uma tese de doutorado.

Por essa razão, o projeto da tese pouco evoluiu durante o primeiro ano de doutorado, diferentemente das minhas angústias que só cresciam, dada a dificuldade em definir um objeto de estudo que trouxesse uma contribuição significativa no âmbito dos estudos das narrativas de vida sob uma perspectiva da Linguística. Como ficar angustiada não

resolveria meus problemas com a construção o objeto, decidi ocupar meu tempo na pesquisa bibliográfica e aprender sobre a narrativa de vida como objeto de estudo e metodologia da pesquisa qualitativa, tema novo para mim até então.

Foram várias descobertas. A narrativa de vida como metodologia de pesquisa surge nas Ciências Sociais em 1918, a partir do trabalho de dois sociólogos da Escola de Chicago, William Thomas e Florian Znaniecki⁴, em uma pesquisa cujo objetivo era analisar as dificuldades enfrentadas por imigrantes poloneses nos Estados Unidos. Os pesquisadores transcreveram, analisaram e interpretaram documentos pessoais, associando teoria e pesquisa empírica, a fim de constituir um instrumental teórico-metodológico pertinente à análise dos aspectos socioeconômicos e culturais desses imigrantes (MACHADO, 2013). Assim como esses sociólogos desenvolveram esse trabalho do ponto de vista da sociologia, eu ansiava por encontrar um meio de desenvolver um instrumental semelhante que também trouxesse contribuições significativas para os estudos da linguagem humana.

A partir daqui, enumero alguns trabalhos que considero pertinentes para quem busca empreender uma pesquisa envolvendo narrativas de vida, pois tais trabalhos me auxiliaram na construção de meu objeto de pesquisa.

Na Literatura e Linguística, Phillipe Lejeune constitui importante referência no estudo das narrativas de vida. Em 1971, o autor escreveu *L'Autobiographie em France*, uma tentativa de constituir um inventário de textos autobiográficos e de entender seu funcionamento, mas sobretudo, uma maneira de legitimar o gênero. Para quem não se interessa em conhecer os “ensaios” do autor até a consolidação dos conceitos relacionados à autobiografia, sugiro pular para o capítulo final, que é onde o autor sistematiza os conceitos, após 20 anos tentando chegar a um consenso.

Um trabalho que considero leitura obrigatória é o trabalho do sociólogo francês Daniel Bertaux, desenvolvido na década de 1970, pois traz a narrativa de vida como metodologia de trabalho, a partir de uma perspectiva etnossociológica. O intuito do sociólogo, neste trabalho, é estudar um fragmento particular da realidade, ou seja, um determinado grupo de indivíduos que partilham um mesmo universo profissional, uma mesma situação social. Para tanto, seu método consiste na interação face a face entre pesquisador e pesquisado. Para o autor, a narrativa de vida como metodologia de pesquisa não se trata de um roteiro fechado com perguntas e respostas, como numa entrevista estruturada, mas na descrição de uma

⁴ O livro “The Polish Peasant in Europe and America: Monograph of an Immigrant Group” foi publicado em 1918-1920 e está organizado em 5 volumes.

experiência de vida em forma de narrativa (BERTAUX, 2010).

Atualmente, a narrativa de vida está presente em diversas esferas da vida social. Ela vem sendo também explorada pela mídia, empreendedores, *coachings* e figuras influentes como estratégia de persuasão, com o intuito de convencer as pessoas a determinados padrões de consumo, comportamentos e atitudes. É o que trata o estudo de Salmon (2007) intitulado “*Storytelling*”, que chama a atenção para as narrativas de vida “pré-fabricadas” no intuito de disseminar valores e ideologias.

As pesquisas acima citadas são obras francesas, algumas já traduzidas para o português. No Brasil, as narrativas de vidas também já vêm sendo estudadas há algum tempo na História, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, inclusive nas áreas da Saúde, visto que a narrativa de vida é um método de pesquisa adequado para o estudo das relações entre o psicológico e o social. Além disso, há estudos voltados para as trajetórias profissionais e as experiências de formação. Prova disso é haver no Brasil um grande evento bienal, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica (BIOgraph), o Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica (CIPA), que reúne pesquisadores de diversas partes do mundo, para discutir pesquisas nessa área de estudo.

No âmbito dos estudos linguísticos, as pesquisas com narrativas de vida vêm ganhando espaço graças ao trabalho de diversos pesquisadores da Análise do Discurso. O Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico (GELDA-CNPq), da Universidade Federal do Ceará (UFC), por exemplo, vem se dedicando, desde 2009, ao estudo das narrativas de vida em relacionadas a experiências diversas, tais como: trajetórias profissionais e de formação, condição traumática, narrativas intergeracionais e em contextos religiosos.

Através do discurso, organizamos nossa lógica social, que criamos e condicionamos vínculos familiares, afetivos, sociais e compartilhamos nossos posicionamentos e maneiras de ser e estar no mundo. É também pelo discurso que se manifestam os conflitos de toda ordem, sejam pessoais, políticos, religiosos, entre outros. Desse modo, faz todo sentido que a Análise do Discurso se ocupe em estudar as construções que os sujeitos fazem de si em relação às experiências vividas.

Além do GELDA, destacamos também os projetos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolvidos por Machado (2013), pois também se interessam pelo estudo de narrativas de vida sob a ótica da Análise do Discurso.

Em se tratando de pesquisas voltadas para o estudo das narrativas de vida em condição traumática, convém destacarmos o estudo de Siqueira (2014), que se propôs a investigar o discurso de mulheres que sofrem violência doméstica, a partir dos boletins de ocorrência da Delegacia da Mulher em Fortaleza e dos relatos pessoais disponibilizados no site “Lei Maria da Penha”. O objetivo da tese consistiu em analisar o sujeito coletivo em narrativas de vida desta categoria de situação. Esse estudo revelou que, embora residam em regiões geográficas diferentes e não se conheçam, partilham da mesma subjetividade discursiva que as aproximam do ponto de vista sociovivencial.

Ainda no âmbito das narrativas de vida em condição traumática, citamos o trabalho de Silva (2015), que se dedicou ao estudo de narrativas de mães que vivenciaram a experiência do luto, provocado pela morte violenta do filho. A autora caracteriza o discurso do luto materno diante da perda inesperada e violenta de um filho e suas consequências. Esse estudo revelou que discursos narrativos autobiográficos dessa natureza apresentam especificações, no que diz respeito à sequencialidade, à temporalidade, ao uso de princípios de estruturação e à elaboração semântico-discursiva. Além disso, apresentam características que o diferenciam dos demais gêneros narrativos autobiográficos, no que se refere ao posicionamento do sujeito e à estruturação do discurso em si. Por fim, a autora constatou as narrativas estudadas refletem um discurso coletivo de mães que expressam a dor pela perda de um filho, percebendo que há uma interligação da narrativa do luto individual com as demais narrativas advindas de contextos e vivências semelhantes.

Essas duas teses de doutorado, desenvolvidas no seio do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, nos serviram de norte para compreender como caracterizar o discurso a partir das narrativas de vida. Contudo, o aporte teórico utilizado pelas pesquisadoras para tratar de seus respectivos objetos de estudo não me parecia ser apropriado para analisar as narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação, pois eu não conseguia vislumbrar como aquelas categorizações poderiam se encaixar em nossas análises.

Como eu estava “mais perdida que cachorro quando cai de mudança”, empreendi-me numa busca obstinada pelo “como”, pelo “modo de se fazer uma tese de doutorado”. Perseguiu-me a ideia em mim incutida por minha orientadora de que “em uma tese de doutorado, a teorização se constrói a partir dos dados”. Por sugestão dela própria, eu comecei a estudar os pressupostos da Teoria Fundamentada nos dados e, em meio às minhas pesquisas, encontro um estudo de Gil (2010) que foi de fundamental relevância nos primeiros passos para a construção da metodologia da pesquisa, do objeto e do modo como conduzir as análises

das narrativas.

O estudo de Gil (2010) trata do método fenomenológico, uma abordagem metodológica em que segue uma lógica indutiva de análise dos dados. Isto é, o pesquisador, dotado de uma postura fenomenológica, sai a campo sem qualquer juízo de valor sobre seu objeto de interesse. Este será construído somente depois de coletado os dados, no momento da análise. Nesse ponto, eu entendi que não havia motivos para as minhas angústias, pois a minha pesquisa era, de fato, uma pesquisa fenomenológica, pois eu não tinha conhecimento algum do meu objeto de estudo justamente por não ter realizado, ainda, a coleta das narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação. Somente após a coleta, depois de transcritas as narrativas, eu iria me debruçar sobre os textos e observar “meu objeto” emergir dos dados.

Assim, escolhi entrevistar dez sujeitos desapropriados, adotando como critério de seleção dos informantes a disposição e disponibilidade para participar da pesquisa. Das dez narrativas, dou-me o direito de analisar apenas três narrativas, pois foram participantes que narram com riqueza de detalhes todas as nuances do processo de desapropriação, cada um com seu modo singular de narrar a experiência de ser desapropriado. Além disso, um *corpus* extenso inviabiliza uma análise aprofundada dos dados na pesquisa qualitativa.

As narrativas de vida que compõe esta tese se caracterizam como narrativas de experiência. Essa expressão abriga dois conceitos-chave: narrativa e experiência. A narrativa é o ato de linguagem através do qual se constrói a realidade e, nesta pesquisa, é o elemento primordial de interpretação do processo de desapropriação. O segundo conceito, experiência, vem do latim *experire*: sair do perigo. Assim, a narrativa de experiência se trata da possibilidade de um ato de linguagem ressignificar a experiência vivida.

Viver um processo desapropriatório é, sem dúvidas, uma experiência traumática, visto que envolve valores afetivos relacionados à vida em uma comunidade e relações de poder. Entretanto, cada pessoa pode interpretar a experiência a seu modo. Para uns, a desapropriação pode ser uma experiência que enclausura; para outros, que emancipa e liberta.

Assim dito, uma vez que o discurso do dominador muitas vezes se justapõe ao discurso do dominado, que é abafado, silenciado, e que as pesquisas que tratam das narrativas de vida no âmbito linguístico ainda não consideraram as autoconstruções narrativo-discursivas de sujeitos sobre a experiência de ser desapropriado, tampouco se debruçaram sobre as representações que esses sujeitos fazem de si e da experiência de “ceder o lugar ao progresso”, chegamos aos seguintes questionamentos que nos guiaram à efetivação desta pesquisa:

- a) Quais categorias discursivas emergem das narrativas dos desapropriados?

- b) Quais são as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam?
- c) Quais são as categorias que caracterizam os discursos dos desapropriados?

Para empreender a categorização inicial, adoto como aporte teórico-metodológico os pressupostos da Análise Fenomenológica Interpretativa (*IPA*), pois essa abordagem tem como princípio explorar em detalhes o modo como os informantes constroem o sentido da experiência vivida. Esse processo interpretativo envolve um exercício de dupla hermenêutica, pois a partir do modo como os informantes atribuem sentido à experiência, o pesquisador constrói o sentido que os participantes dão aos seus mundos pessoais.

Entretanto, só o suporte da *IPA* não me pareceu dar conta de chegar às representações mais amplas do discurso do desapropriado, nosso terceiro objetivo de pesquisa. Parecia faltar um amparo teórico-metodológico que me orientasse a “afunilar”, por assim dizer, as categorizações iniciais elencadas a partir da *IPA*. Diante dessa problemática, procurei novamente por trabalhos que tratassem de narrativa de vida e Análise do Discurso, em busca de uma “iluminação” de como abstrair ainda mais essas categorias. Vale lembrar que o estado da arte havia sido escrito para a qualificação do projeto de pesquisa, entre os anos de 2015 e 2017. Por isso, é importante que o pesquisador, de tempos em tempos, busque atualizar o estado da arte, pois novos trabalhos podem indicar possíveis caminhos para a pesquisa.

Nessa busca, deparei-me com o estudo de Lara (2017), que se propõe a analisar narrativas de refugiados e imigrantes que vivem atualmente na França. Após coletar diversas (micro)narrativas de vida disponibilizadas na exposição *Ouvron les portes*, que ocorreu em outubro de 2015 em Paris, a pesquisadora analisa essas narrativas a fim de investigar as representações que emergem de tais textos, para chegar a um discurso do imigrante/refugiado, sob a ótica da Semiótica Discursiva. Esse estudo foi um verdadeiro “achado” para mim, pois me permitiu encontrar um caminho para abstrair as categorias elencadas a partir da *IPA*, o que me possibilitaria chegar às representações mais amplas do discurso do desapropriado.

Cabe ressaltar aqui que esta pesquisa não “assume” a Semiótica Discursiva como aporte teórico, mas como suporte metodológico, até mesmo porque se trata de um dispositivo orientado por uma perspectiva estruturalista, diferente desta pesquisa que busca analisar a língua em funcionamento. Contudo, o rigor metodológico da Semiótica Discursiva foi o suporte de que este estudo necessitava para atender ao segundo e terceiro objetivos de pesquisa.

Sendo assim, esta tese tem por objetivo geral analisar narrativas de vida sobre a

experiência de desapropriação, à luz da Análise Fenomenológica Interpretativa e da Semiótica Discursiva, a fim de categorizar o discurso do desapropriado. Para tanto, fragmentamos esse objetivo geral em três específicos, que são:

- a) Analisar as categorias discursivas subjacentes às narrativas sobre a experiência de desapropriação;
- b) Investigar as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam;
- c) Categorizar o discurso do desapropriado.

O percurso empreendido a fim de atender a tais objetivos está disposto nesta tese da forma como apresentamos adiante.

No capítulo que se segue a esta introdução, intitulado “Contextualização”, apresentamos de modo geral as relações entre o sujeito e o lugar, seguindo uma perspectiva histórica. Apresentamos também as razões pelas quais as pessoas são levadas a se mudar do lugar onde vivem. Depois, tratamos do direito de propriedade e da Lei de Desapropriação por utilidade pública. Além disso, tratamos da iniciativa de construção do Rodoanel Mário Covas e apontamos os objetivos e justificativas que firmaram sua implementação. Ainda nesse capítulo, não poderíamos deixar de apresentar a história do bairro Estância Jaraguá, construída a partir de relatos de ex-moradores, levantamento documental e bibliográfico. Com isso, pretendemos trazer uma contextualização acerca do fenômeno investigado, a fim de compreendermos as construções narrativas que os sujeitos fazem de suas experiências de ser desapropriado.

No capítulo terceiro, o qual denominamos “Fundamentos teóricos da pesquisa”, traçamos um panorama geral dos estudos linguísticos de ordem estrutural até os estudos no âmbito do discurso. Em seguida, pontuamos algumas definições de discurso de diferentes teóricos da linguagem para demarcar nosso campo de estudo, a fim de situar a proposta semiótica greimasiana. Expusemos algumas categorias dessa teoria linguística que nos fornecem a base teórica necessária para fundamentar o segundo e o terceiro objetivos desta tese. Além disso, tratamos de discutir alguns elementos presentes na construção narrativa do eu, bem como o sentido do lugar e os não lugares, conceitos pertinentes à compreensão do eu em relação ao lugar onde viveu e onde vive.

Em “Caminhos metodológicos da pesquisa”, quarto capítulo desta tese, traçamos os percursos metodológicos que nortearam essa pesquisa. Conduzimos esse capítulo de modo que, além de indicar os métodos de pesquisa e os critérios de análise, possa também servir de norte ao pesquisador novato que tenha por intuito enveredar pelos caminhos da pesquisa

empírica e indutiva, a despeito de nossas dificuldades em trilhar por esses mares nunca antes navegados.

No quinto capítulo, denominado “As narrativas de vida sobre a experiência de ser desapropriado”, temos duas análises. Na primeira, adotamos uma postura indutiva de análise, conforme orienta Smith e Osborn (2003) na perspectiva da Análise Fenomenológica Interpretativa, a fim de analisar as categorias discursivas que emergem das narrativas de vida. Na segunda análise, retomamos os pressupostos teóricos da Semiótica Discursiva para investigar as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais os sujeitos se confrontam.

No sexto capítulo, intitulado “Categorizações discursivas do eu desapropriado”, apresentamos três categorias discursivas que caracterizam o discurso do desapropriado nesta investigação, bem como a instauração dos pontos de ruptura que desencadearam essas transformações.

Por fim, no sétimo capítulo, dedicado às considerações finais, traçamos uma síntese da tese, retomando os questionamentos apresentados, as conclusões a que chegamos e aos possíveis vieses que esta investigação possa indicar para pesquisas futuras. Apontamos, também, nossos desafios e aprendizagens construídas ao longo desta jornada como pesquisadora em formação.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Foi aqui seu moço
 Que eu, Mato Grosso e o Joca
 Construimos nossa maloca
 Mas um dia, nós nem pode se alembra
 Veio os homis c'as ferramentas
 O dono mandô derrubá
 (Adoniran Barbosa, “Saudosa Maloca”)

No contexto do samba-canção, o narrador se dirige ao seu interlocutor para relatar os tempos em que ele, Mato Grosso e Joca construíram sua moradia no velho palacete, lugar onde agora será demolido para a construção de um edifício. Similarmente, usamos essa citação de Adoniran Barbosa para situar nosso contexto de pesquisa.

Inicialmente, apresentamos um panorama geral da relação entre o sujeito e o lugar, partindo das sociedades primitivas e apresentando algumas das razões pelas quais as pessoas são levadas a se mudar de seus lugares de origem. Em sessão posterior, tratamos do direito de propriedade e da Lei de Desapropriação por utilidade pública. Depois, expomos em que consiste o Rodoanel Mário Covas, dispoendo de leis e decretos que firmaram sua implementação.

Não poderíamos deixar de empreender a tarefa de construir uma narrativa histórica do bairro Estância Jaraguá. Ao longo das entrevistas com os ex-moradores mais antigos do bairro, percebemos que a história do bairro converge com a história da urbanização da cidade de São Paulo. Nesse sessão, portanto, apresentamos imagens de satélite feitas a partir do *Google Earth* em que podemos visualizar o processo de modificação da paisagem do bairro ao longo de quase quatro décadas, que compreende o período de 1987 a 2018. Para empreender essa construção histórica, baseamo-nos em levantamento documental, bibliográfico e nas narrativas dos ex-moradores. Com isso, esperamos trazer uma ampla contextualização acerca do fenômeno investigado, a fim de compreendermos as construções narrativas que os sujeitos fazem de suas experiências de ser desapropriado.

2.1 A relação entre o sujeito e o lugar

“Cada tauba que caía
 Doía no coração”.
 (Adoniran Barbosa, Saudosa Maloca)

O samba-canção de Adoniran citado nessa epígrafe retrata a relação afetiva

existente entre morador e sua moradia. Entretanto, nem sempre foi assim. Nas sociedades primitivas, a apropriação da terra, assim como as relações de parentesco eram coletivas. Nesse modo de organização social, caracterizado pelo nomadismo (que não tem habitação fixa), vivia-se da caça e coleta de frutos. Assim, quando determinada região apresentava condições desfavoráveis de sobrevivência, como escassez de alimentos, mudanças climáticas, entre outros, os grupos se deslocavam para outra região que oferecesse melhores condições de vida.

Não é nosso objetivo empreender aqui uma exaustiva contextualização histórica sobre a evolução do direito de propriedade. Achamos conveniente, porém, apresentar como se estruturava a sociedade primitiva, para seguir então com a instituição da propriedade privada e como a sacralização da terra influenciou as crenças que hoje cultivamos na relação do homem com a sua moradia/terra.

Com a descoberta da agricultura e da pecuária, muda-se o modo de organização social. O homem passou a cultivar o próprio alimento e criar animais para prover seu sustento. Tais descobertas impulsionaram o surgimento da propriedade privada e dos direitos relacionados à sucessão patrimonial. Se agora o homem cultivava o próprio alimento e poderia multiplicar seus animais, não havia mais necessidade de viver de forma coletiva. Surge daí a fixação do homem à terra, a instituição da família monogâmica, que têm por base a soberania do poder patriarcal, o “aprisionamento” da mulher e a exigência de sua fidelidade, como forma de garantir que apenas herdeiros legítimos tenham direito à sucessão dos bens produzidos pelo patriarca.

Como bem explica Engels (1982, p. 86), “ao transformar todas as coisas em mercadorias, a produção capitalista destruiu todas as antigas relações tradicionais e substituiu os costumes herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo livre contrato”. Ancorado na família monogâmica, a propriedade assume um novo significado, que passou de uma natureza pública e coletiva a uma natureza privada e individualista. Segundo Braga (2009, p. 8), esse novo significado “serviu como base histórica e filosófica para a regulação do direito individual de apropriar-se da terra e dos meios de produção, que juntamente com o capital e a divisão do trabalho, formam os elementos da economia capitalista e do direito privado”.

Fustel de Coulanges (2006) enfatiza o caráter sagrado que a propriedade passa a assumir na estrutura familiar. Os antepassados eram ali sepultados e, por serem considerados divindades, as famílias construía altares em veneração aos seus mortos. Por essa crença, a terra também é tida como sagrada. Em consequência, as famílias passam a construir um vínculo afetivo e sagrado com a terra onde moravam.

Como o caráter de propriedade privada está manifesto em tudo isso! Os mortos são deuses que pertencem apenas a uma família, e que apenas ela tem o direito de invocar. Esses mortos tomaram posse do solo, vivem sob esse pequeno outeiro, e ninguém, que não pertença à família, pode pensar em unir-se a eles. Ninguém, aliás, tem o direito de privá-los da terra que ocupam; um túmulo, entre os antigos, jamais pode ser mudado ou destruído (12); as leis mais severas o proibem. Eis, portanto, uma parte da terra que, em nome da religião, torna-se objeto de propriedade perpétua para cada família. A família apropriou-se da terra enterrando nela os mortos, e ali se fixa para sempre (FUSTEL DE COULANGES, 2006, p. 94).

O laço entre o homem e a terra se torna tão forte a ponto de que não cabia ao herdeiro nem mesmo o direito de se desfazer dela. No direito romano, ainda que uma família se desfizesse de uma propriedade onde está o túmulo, a família continuava com o direito perpétuo de atravessar o campo vendido para prestar as cerimônias fúnebres.

Mesmo diante de tantas mudanças pelas quais o direito de propriedade evoluiu ao longo dos anos, passando pelo regime feudal, pela ascensão da burguesia e o surgimento das cidades, essa sacralização da terra ainda perdura nos dias atuais. Como exemplo, temos os conflitos milenares no Oriente Médio impulsionados pela posse da Cidade Santa, Jerusalém, atual capital de Israel. Relatos bíblicos já falavam da devoção dos hebreus pela Terra Prometida, posteriormente dos judeus exilados nos territórios da Pérsia e Babilônia. Três vezes por dia oravam, com suas faces voltadas para Jerusalém, e pediam fervorosamente por uma redenção e retorno de volta à terra de seus antepassados.

Do mesmo modo, no Brasil, desde o período colonial, inúmeros são os conflitos por posse da terra, que envolvem comunidades indígenas, quilombolas, fazendeiros, moradores, extrativistas, agentes do governo, representantes da Igreja, entre outros. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização que vem registrando, sistematicamente, os conflitos no campo desde 1985, “a região Norte contabiliza 658 casos com 970 vítimas. O Pará é o estado que lidera no país, com 466 casos e 702 vítimas. O estado do Maranhão vem em segundo lugar com 168 vítimas em 157 casos. E o estado de Rondônia em terceiro, com 147 pessoas assassinadas em 102 casos” (CEDOC-CPT, 2018).

Vários fatores impulsionam as pessoas a mudarem de lugar. A opressão de regimes autoritários, conflitos armados, crises econômicas, desastres naturais, a expansão comercial e religiosa, a busca por qualidade de vida, a necessidade de conhecer outras culturas e expandir novos horizontes são algumas razões que levam as pessoas do mundo inteiro a (i)migrarem. Tem sido assim hoje, foi assim desde antigamente. A exemplo disso, o Congresso Internacional da Pesquisa Autobiográfica (CIPA), sediado em 2018 no *campus* da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), promoveu uma “Ciranda de Imigrantes”, a fim de abrir espaço para que refugiados narrassem suas histórias de vida sobre a imigração para o

Brasil. Participaram da ciranda um congolês, um haitiano e uma síria. Dentre as razões pelas quais imigraram para o Brasil, destacaram o estado de guerra do Congo e da Síria e o terremoto que devastou o Haiti em 12 de janeiro de 2010. Apesar da saudade de casa, os refugiados tentam se adaptar à nova cultura, ansiando pelo dia em que seus países de origem se estruturarem novamente como nação para que possam voltar para casa.

No Brasil, a principal razão que leva as pessoas a migrarem para os grandes centros urbanos é a busca por trabalho, estudo e oportunidade de ascensão social. Com o grande fluxo migratório que ocorre desde o início da industrialização no país para as capitais brasileiras, a falta de moradia é um dos principais problemas das cidades brasileiras. Só em São Paulo, a maior cidade do país, em 2017, cerca de 60 prédios estão ocupados por pessoas que não têm onde morar. Em consequência, sujeitam-se a condições de vida precária, abrigando-se em prédios condenados que oferecem riscos de desabamento por problemas estruturais, embaixo de pontes e viadutos, à beira de córregos, em barracos improvisados com papelão e plástico sob as calçadas (BURNIER, 2017). Quando conseguem acumular algum recurso, impulsionados pela realização do sonho da casa própria, é comum os migrantes adquirirem pequenos lotes com escritura pública coletiva nas regiões periféricas da cidade, ou ocuparem o espaço de forma irregular, gerando assim o crescimento urbano desordenado e a formação de bairros com infraestrutura precária, sem acesso aos equipamentos públicos como saneamento básico, saúde, educação, transporte público e acesso aos bens culturais.

Na tentativa de reordenar o espaço urbano, o poder público recorre ao instituto da desapropriação por utilidade pública, ou seja, o governo declara a posse de um bem em troca de uma indenização. Nesse caso, o desapropriado não tem alternativa senão ceder sua propriedade ao poder público mediante um valor indenizatório. Esta tem sido, também, uma razão para as pessoas mudarem de lugar, isto é, por força do poder público, sob a justificativa de cumprir a função social da propriedade.

Apresentamos, nesta sessão, um panorama geral da relação entre o sujeito e o lugar, partindo das sociedades primitivas até a sociedade atual. Pontuamos algumas das razões pelas quais as pessoas são impulsionadas a (i)migrar, incluindo nessas razões a desapropriação. A fim de ampliar nossa concepção sobre esse fenômeno, tratamos na próxima sessão do direito de propriedade e da Lei de Desapropriação por utilidade pública no ordenamento jurídico brasileiro.

2.2 A desapropriação por utilidade pública

A primeira Constituição brasileira republicana, promulgada em 1891, trouxe na seção dedicada à declaração de direitos o direito à propriedade e a desapropriação por utilidade pública, vinculada à prévia e justa indenização, ao contrário do que trazia a Constituição Imperial de 1824 que, apesar de defender a propriedade privada e disciplinar a desapropriação, o ordenamento jurídico da época não mencionava sua função social. Esses institutos se mantiveram nas constituições posteriores, inclusive na CF/1988. Entretanto, somente no Governo Vargas, 50 anos após prevista a função social da propriedade privada na Constituição de 1891, é promulgado o Decreto-Lei 3.365, em 21 de junho de 1941, que regulamenta as desapropriações por utilidade pública.

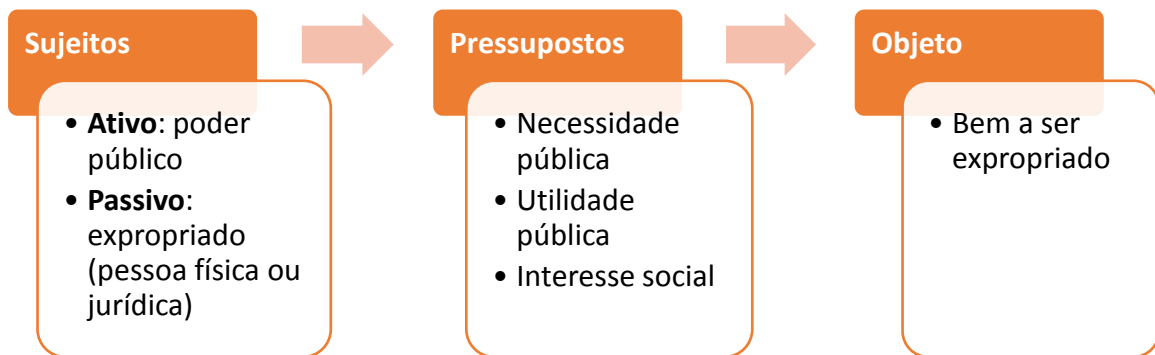
No entendimento de Mello (2001),

[a] desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder Público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-o para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e pagável em dinheiro, salvo no caso de certos imóveis urbanos ou rurais, em que, por estarem em desacordo com a função social legalmente caracterizada para eles, a indenização far-se-á em títulos das dívidas públicas, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas, preservado seu valor real (MELLO, 2001, p. 711-712).

Segundo o doutrinador, a desapropriação é um ato realizado pelo Poder Público quando, tendo em vista o bem comum, priva alguém de um bem que lhe pertence, por intermédio de uma indenização prévia e justa. Justen Filho (2006), entretanto, compreende que a desapropriação não é um procedimento. É, sobretudo um ato estatal unilateral, já que a vontade do ente público é sobreposta à vontade do proprietário do bem. Ao proprietário, cabe apenas aceitar ou não o valor da indenização, o que pode ser resolvido no âmbito judicial, mas não discordar da desapropriação em si, ou seja, caso se recuse a desocupar a propriedade, o Poder Público pode fazer uso de seu poder de polícia. Além de ser um ato unilateral, a desapropriação traz em si um efeito duplo. Enquanto o expropriado perde o seu direito de propriedade, o poder público conquista um novo direito sobre esse mesmo objeto.

O instituto da desapropriação, tal como foi regulamentado na lei de desapropriação por utilidade pública, envolve três elementos, a saber: os sujeitos, os pressupostos e o objeto (Figura 1). Podem ser objeto de desapropriação todas as coisas passíveis de direito de propriedade, como os bens móveis e imóveis, públicos ou privados.

Figura 1 - Elementos constituintes do instituto da desapropriação



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como vimos na Figura 01, é imprescindível a existência dos sujeitos (ativo e passivo), do objeto e dos pressupostos, para que o instituto da desapropriação se efetive. Os sujeitos são os entes envolvidos no ato de desapropriar. Segundo a legislação vigente, o poder público figura no polo ativo da desapropriação: ele quem detém o poder de expropriar. Essa competência se estende às esferas Municipal, Estadual e Federal. Contudo, somente a União pode legislar sobre a matéria. O polo passivo figura o expropriado, que é o proprietário do bem ou objeto de expropriação. Este pode ser pessoa física ou jurídica, pública ou privada, já que também é possível a desapropriação de um bem público, conforme determina o Art. 2º, parágrafo 2º, da Lei de Desapropriação (ABAGGE, 2007).

São três os pressupostos que justificam o ato de desapropriar: a necessidade pública, a utilidade pública e o interesse social, todos previstos no artigo 5º, inciso XXIV da CF/88. Contudo, a Lei de Desapropriação regulamenta apenas os casos de desapropriação por utilidade pública, como é o caso do Rodoanel Mário Covas. Por utilidade pública, a legislação discrimina diversos seguimentos, os quais citamos:

Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:

- a) a segurança nacional;
- b) a defesa do Estado;
- c) o socorro público em caso de calamidade;
- d) a salubridade pública;
- e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;
- g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;
- h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;
- i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem**

edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais; (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999)

j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;

k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;

l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico;

m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;

n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;

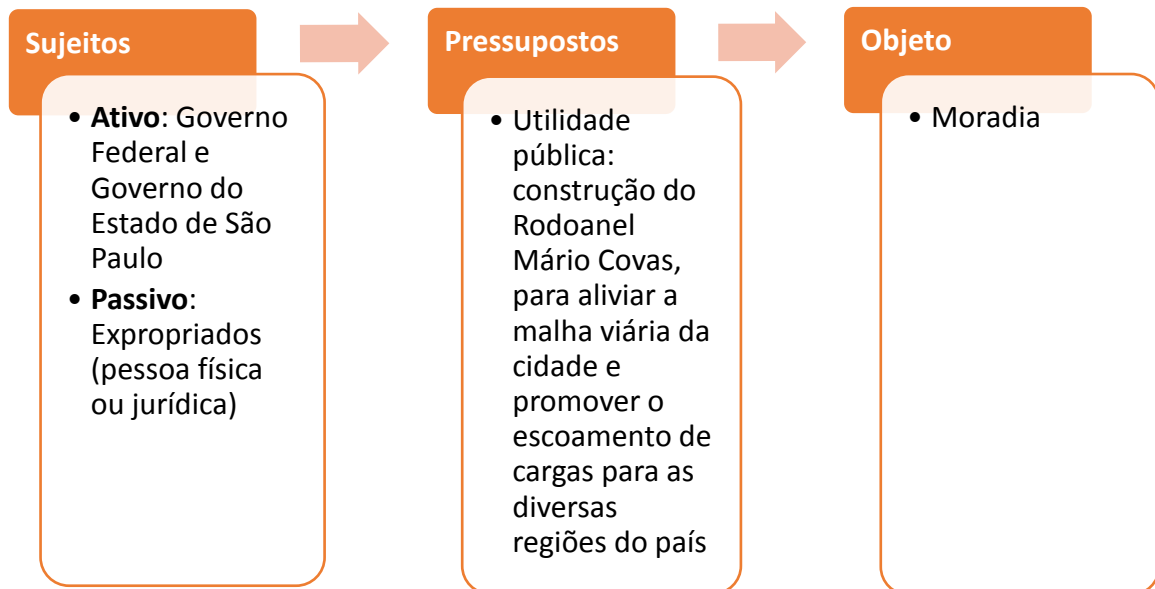
o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

p) os demais casos previstos por leis especiais. (BRASIL, 1941, grifos nossos).

Na alínea i) em destaque, encontramos a previsão legal que resguarda a competência que o poder público dispõe para expropriar os moradores da Estância Jaraguá. Como vimos, o poder público pode desapropriar o proprietário de sua moradia para construir novas vias ou logradouros públicos, com vistas à sua melhor utilização econômica.

No caso do Rodoanel Mário Covas, podemos representar os três elementos constituintes do fenômeno da desapropriação conforme mostra a Figura 02.

Figura 2 - Elementos constituintes da desapropriação na Estância Jaraguá



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os sujeitos envolvidos na desapropriação para a construção do Rodoanel Mário Covas são o poder público, representado pela companhia de Desenvolvimento Rodoviário

(Dersa S.A⁵) e o proprietário do bem, no caso, o expropriado. Como já vimos, a expropriação é um ato estatal unilateral, pois a vontade do poder público prevalece à vontade do proprietário do bem. Por essa razão, o sujeito ativo é o poder público, pois é quem está empreendendo a ação de expropriar. Cabe ao proprietário do bem a posição de sujeito passivo, pois é que sofre a ação de ser desapropriado, cabendo-lhe somente a ação de discordar do valor da indenização, mas não do ato de desapropriação em si. O objeto a ser expropriado, nesse caso, é a moradia.

O pressuposto que justifica a desapropriação por utilidade pública tem previsão legal (alínea “i” do Art. 5º da Lei de Desapropriação) e é legitimado pelas narrativas divulgadas pelo poder público, que anunciam os benefícios de uma obra dessa proporção. Diante disso, os pressupostos se referem a todo o discurso produzido pelo poder público, tanto no Decreto-Lei que determina o trecho a ser desapropriado e as razões pelas quais se justifica a “interrupção” do direito de propriedade⁶.

Elaboramos um infográfico baseado no Decreto-lei 3.365, a Lei de Desapropriação por utilidade pública, com o intuito de facilitar a compreensão de todos os procedimentos que regulamentam o modo como as partes devem agir para que o ato de desapropriação se concretize.

⁵A companhia Desenvolvimento Rodoviário S.A (Dersa) é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria Estadual de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, com o objetivo da exploração, do uso, construção, ampliação, melhoramento e conservação das rodovias e administração de travessias litorâneas sob sua jurisdição e exploração e administração de terminais rodoviários e intermodais de cargas, conforme determinado pelo Governo do Estado de São Paulo. A Dersa tem hoje a responsabilidade de ser a gestora do Programa de Desenvolvimento do Sistema Viário Estratégico de São Paulo, fruto de convênio entre a Prefeitura e o Governo de São Paulo (DERSA, 2010).

⁶Para fins de delimitação, optamos por não estudar o discurso do poder público.

Figura 3 - Fases do ato de desapropriar segundo a Lei de Desapropriação



Fonte: Adaptado pela autora (2018).

Conforme demonstra o infográfico, o ato de desapropriar é dividido em duas fases, uma declaratória e outra executória. Na primeira fase, a declaratória, o poder público declara a utilidade pública de determinado bem, através de decreto promulgado pelo presidente da república, governador, interventor ou prefeito. Na segunda fase, a executória, o ato de expropriação passa a ser executado. Essa fase compreende duas instâncias: uma administrativa, outra judicial (Figura 03).

Na instância administrativa, poder público e expropriado deliberam sobre o valor da indenização e o ato da expropriação. Não havendo um acordo entre as partes em relação ao valor da indenização, recorre-se à instância judicial, momento em que a Administração entra com uma ação expropriatória diante do Poder Judiciário, atuando conforme o que estabelece os Artigos 11 a 30 do Decreto-Lei. Instaurado o procedimento judicial, as partes podem entrar em acordo ou não. Quando há um acordo entre as partes, o juiz homologa o ato e despacha sua decisão, que constará no Registro de Imóveis. Caso perdure o desacordo entre as partes, o valor da indenização será determinado pelo juiz, que nomeará um perito para avaliar o bem. Com base nas informações do perito, o juiz homologará sua sentença, conforme previsto no Art. 27 do Decreto-Lei:

Art. 27. O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fiscais; ao preço de aquisição e interesse que deles auferir o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos cinco anos, e à valorização ou depreciação de área remanescente, pertencente ao réu (BRASIL, 1941).

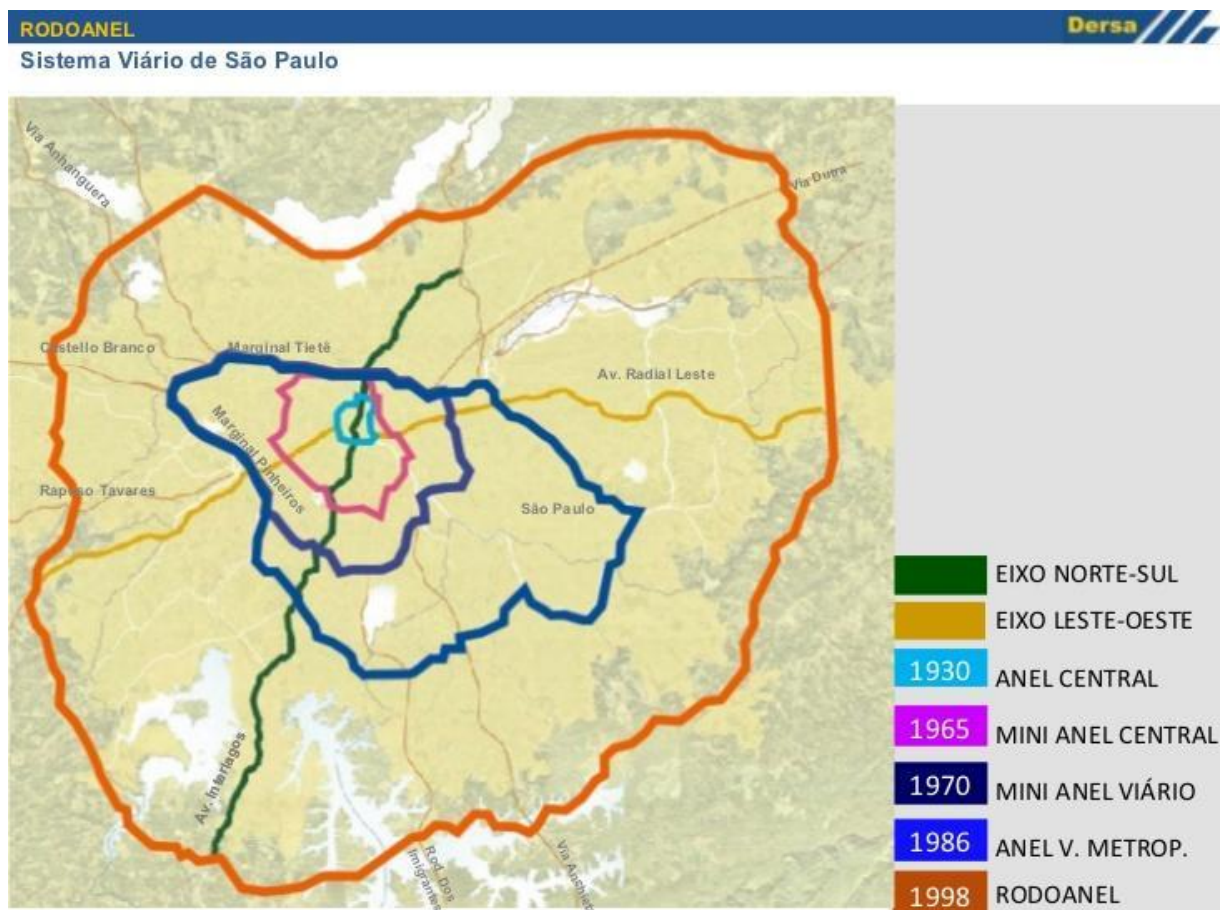
Nessa etapa, o ato de desapropriar se aproxima do seu desfecho. Contudo, a desapropriação só se concretiza mediante o pagamento da indenização prévia, como é o caso dos bens imóveis, consoante ao que está previsto no Art. 5º, Inciso XXIV da CF/88. Caso efetuado o pagamento da indenização, e ainda assim o proprietário se recusar a desocupar o imóvel, o poder público poder fazer uso da força policial.

Vimos nesta sessão alguns conceitos inerentes ao direito de propriedade e à Lei de Desapropriação por utilidade pública conforme prescrito na legislação brasileira. A seguir, damos continuidade à contextualização deste trabalho, apresentando em que consiste o Rodoanel Mário Covas, considerado pelo Governo do Estado de São Paulo como a maior obra viária do país.

2.3 O Projeto Rodoanel Governador Mário Covas

O processo de intenso desenvolvimento vivenciado pela cidade de São Paulo e pela Região Metropolitana (doravante RMSP), impulsionado pelo fenômeno da industrialização e pelos movimentos (i)migratórios desde o início do século XX, desencadeou uma expansão acelerada e desordenada da mancha urbana nas regiões periféricas da capital paulista e das cidades circunvizinhas. Por essa razão, a partir da década de 1940, vários estudos foram sendo elaborados no sentido de aliviar a malha viária da região, por meio de anéis viários (Mapa 01) que desviassem o fluxo de veículos da área central da cidade (RIGON, 2016).

Figura 4 - Sistema Viário de São Paulo



Fonte: DERSA S/A (2010).

Ao observar a Figura 04, percebemos que o primeiro anel viário paulista foi construído na década de 1930, e tinha por objetivo organizar a malha viária da região central da cidade. Ao longo dos anos posteriores, os demais anéis viários foram sendo ampliados. O

Mini Anel Viário, em 1965, depois outro Mini Anel viário, cinco anos mais tarde. Em 1986, São Paulo inaugura o Anel Viário Metropolitano, sem que essas obras solucionassem de vez o problema dos congestionamentos no trânsito da capital.

O projeto do Rodoanel passou a ser considerado ainda na década de 1950. Por ser uma obra que dependia de grandes investimentos, o governo ia buscando alternativas menos onerosas que amenizassem o problema. Entretanto, em 22 de abril de 1993, o então Governador do Estado de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho, através do Decreto-Lei 36.667, delega a competência do Secretário de Transportes para a concessão de obra pública referente à implantação do Rodoanel (SÃO PAULO, 1993).

Cinco anos depois, a União, Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo firmam um Protocolo de Intenções, através do Processo nº ST-624/97 com o objetivo de apoiarem-se financeiramente para a execução do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, denominado atualmente como “Rodoanel Mário Covas”. Em 1998, dão-se início às obras, após as primeiras desapropriações (SÃO PAULO, 2015).

A Figura 05 apresenta o traçado integral do Rodoanel. Devido à sua grande extensão (177 km de via expressa), sua implantação vem se dando por trechos operacionais. Três desses trechos já estão concluídos: o Trecho Oeste está em operação desde 2002; o Trecho Sul, desde abril de 2010 e o Leste, desde 2015. O Trecho Norte (traçado vermelho), contexto deste estudo, está em fase de implantação e interligará os trechos Oeste e Leste.

Figura 5 - Extensão do Rodoanel Governador Mário Covas



Fonte: DERSA S/A (2010).

A proposta do Rodoanel é interligar as 10 principais rodovias brasileiras (traçado vinho) que dão acesso às regiões Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país. Em 2018, a obra completou 20 anos de sua implantação e, até o presente momento, em outubro de 2019, ainda não foi totalmente concluída.

A Dersa é o órgão governamental responsável pela implementação desse empreendimento. Ela atua na contratação dos projetos de engenharia e estudos ambientais para todos os trechos do Rodoanel e foi responsável pela construção dos trechos Oeste e Sul. Além disso, atua no processo de desapropriação e reassentamento das famílias e fornece informações sobre o andamento das obras, através de ações itinerantes e publicação de boletins informativos periódicos.

São inúmeras as razões pelas quais se justifica a implantação dessa obra rodoviária. A mais difundida delas é o fato de que o Rodoanel vai aliviar o tráfego viário da capital paulista, promovendo o escoamento de cargas oriundas das principais rodovias de acesso do país para o Porto de Santos e Aeroporto de Guarulhos, sem que seja necessário enfrentar o trânsito já sobrecarregado da capital.

Com base em estudos realizados pela Assessoria de Planejamento da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo, a Dersa afirma que, com o crescimento da economia nos últimos anos, elevou-se o número de viagens motorizadas na RMSP. Além disso, houve um crescimento acentuado da frota de veículos que sobrecarregou ainda mais o sistema viário

metropolitano. Apesar dos investimentos em transportes coletivos sobre trilhos (trens e metrô), o que diminuiu o fluxo de carros de passeio, esses estudos mostram que haverá uma progressiva redução da velocidade média do tráfego de veículos na região, o que implicará no aumento dos congestionamentos. Diante disso, a Dersa (2010) defende que a implantação do Rodoanel em toda a sua extensão permitirá a redução do tempo de viagem nos principais eixos viários, que proporcionará benefícios econômicos.

Por atravessar as regiões noroeste, norte e nordeste da RMSP, o Trecho Norte, segundo a Dersa, permitirá agregar ao Rodoanel a Rodovia Fernão Dias (BR-381), que dá acesso a Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF). Além disso, a elevada capacidade e padrão de tráfego do empreendimento também dará acesso ao Aeroporto Internacional de Guarulhos e à zona norte da capital.

A principal problemática apontada pela Dersa, se considerada a alternativa da não construção do Trecho Norte, é a permanência do uso de parte significativa do sistema viário da RMSP, o que inclui a Marginal Tietê, que já sofre com o trânsito lento e congestionamentos, que se prolongam por quilômetros de distância. Isso porque os outros trechos do Rodoanel não atendem a certas demandas.

A Dersa argumenta que os estudos específicos de tráfego realizados com base no modelo das vias existentes, com os carregamentos de veículos previstos para os anos de 2014, 2024 e 2039 apontam para o progressivo congestionamento das principais vias da malha viária metropolitana, principalmente nas regiões norte, leste e oeste. Desse modo, defende que “[...] o trecho norte do Rodoanel absorverá o tráfego de passagem, principalmente de caminhões que utilizam essas vias somente para cruzar a RMSP na direção leste-oeste ou, chegando do norte, dirigir-se às outras rodovias” (DERSA, 2010, p. 08).

No vídeo de apresentação do Trecho Norte do Rodoanel, disponível no *YouTube*, a Dersa destaca a grandiosidade da obra, referindo-se a ela como a “maior obra viária do país, uma referência mundial em modelo de gestão ambiental social e em técnicas de Engenharia”. Além de destacar a relevância da obra para disciplinar o tráfego rodoviário, a Dersa enfatiza que é parte fundamental do empreendimento a preocupação com o meio ambiente, ao afirmar que “A obra contará com equipamentos de contenção para derramamento de carga tóxica, passagens de fauna e barreiras acústicas”, e que “Serão mais de 850 mil mudas de árvores nativas plantadas”.

Em seguida, a Dersa pontua, com as seguintes palavras, sua preocupação com as pessoas que residem na linha de traçado do Rodoanel: “A Dersa, priorizando a gestão social, já estabeleceu um convênio com a CDHU para beneficiar moradores de áreas irregulares em

seu programa de assentamento” (DERSA, 2013). Ou seja, para a Dersa, as pessoas que residem na linha do traçado são pessoas de moradia irregular, que detém a posse da terra, não o seu domínio. Por essa razão, o governo promete reassentar essas famílias em apartamentos em conjuntos habitacionais.

Vimos até aqui as iniciativas governamentais para ordenar o tráfego de veículos no município de São Paulo, que culminou na implantação do Rodoanel Mário Covas. Apontamos as principais razões pelas quais a Dersa, órgão que representa o governo, justifica a urgência de concretização dessa obra. Entretanto, essas informações foram postas aqui para que o leitor possa ter uma compreensão geral do fenômeno da desapropriação, conhecendo assim todas suas nuances. O foco, porém, desse estudo, orienta-se para a perspectiva dos desapropriados, direcionado às narrativas sobre a experiência de desapropriação. Tendo isso em vista, finalizamos nossa contextualização apresentando a história da Estância Jaraguá, construída a partir de levantamento documental, bibliográfico e em entrevistas com ex-moradores. Com isso, esperamos trazer uma ampla contextualização acerca do fenômeno investigado, a fim de compreendermos as construções narrativas que os sujeitos fazem de si e de suas experiências de ser desapropriado.

2.4 A Estância Jaraguá: um bairro paulistano ao sopé da Cantareira

A Estância Jaraguá surge a partir do loteamento de uma gleba rural⁷, após a subdivisão da Fazenda São Pedro, cuja área original ultrapassava os 492 mil m² e pertencia à Família Rocha, conhecida na região de Taipas por ser proprietária de alambiques e principal fornecedora de aguardente da região (RIGON, 2016; SÃO PAULO, 2006).

Localizada na zona noroeste da capital paulista, a Estância Jaraguá está situada no Subdistrito de Taipas, Distrito do Jaraguá, administrado pela Subprefeitura de Pirituba. O bairro se situa à encosta da Serra da Cantareira, área de proteção ambiental, na região periférica da cidade de São Paulo.

⁷Porção de terra destinada à agricultura.

Mapa 1 - Localização geográfica da Estância Jaraguá



Fonte: Google Earth Pro (2018). Elaborado pela autora.

A história da Estância e a história de Taipas, ou Parada de Taipas, se entrecruzam pela seguinte razão: Taipas é designada como a região que se situa entre Pirituba-Perus, que agrega a Vila Nova Parada, o Jardim Rincão, o Jardim Marilu, o Jardim Shangrilá, o Jardim Rodrigo, o Jardim Alvina, Jardim Danaria, o Jardim Pirituba, o Jardim Líder, Cohab de Taipas, os conjuntos Quero Teto I e II, os Mutirões Pôr-do-Sol, Recanto das Estrelas e Nova União, Jardim Brasília, Vitória Régia, Yadóia, Camélias, Botuquara e, por fim, a Estância Jaraguá. Por essa razão, há inclusive um Projeto de Lei (PL nº 350/2006) que tramita na Câmara Legislativa de São Paulo, cujo objetivo é dar à Parada de Taipas o *status* de Distrito, em virtude de ter se tornado o maior subdistrito do Distrito do Jaraguá.

A origem da Estância está ligada à vida de um importante ex-morador, agora já falecido, o Sr. Avelino José da Rocha (26/6/1911 - 30/08/2012). No início do século XX, tudo o que existia na Estância Jaraguá era apenas mata. A ocupação do bairro se iniciou a partir da divisão de terras entre os herdeiros da Família Rocha, conhecida na região por ser proprietária de alambiques e principal fornecedora de aguardente da região de Taipas. A região em que

hoje é a Estância e à época pertencia a Taipas, coube ao já mencionado Sr. Avelino José da Rocha (conhecido como Lino Rocha).

Avelino José da Rocha [...] nasceu na fazenda São Pedro, que era de seus avós. A fazenda foi desmembrada em 76 pedaços de oito mil metros para cada um dos herdeiros. Avelino manteve o nome de São Pedro em sua chácara, ali funcionava um alambique, hoje funciona um pesqueiro. (ZOTTIS, 2017, p. 2).

Em 1941, o Sr. Avelino Rocha inaugura o Alambique São Pedro, cuja matéria-prima era cultivada no sítio da família e a cachaça era comercializada em diversos locais da cidade, por exemplo, no Jaraguá e Lapa. O alambique chegava a produzir 100 litros de aguardente por dia. O engenho era movido a burros e as entregas eram feitas de carroça, mas em 1975 o alambique foi desativado e passou a funcionar um pesqueiro no local (SÃO PAULO, 2006).

Para compreendermos a história do bairro, é necessário entendermos os fenômenos que ocorriam na cidade de São Paulo desde o início do século XX. Com o desenvolvimento da indústria na capital paulista, principalmente no ramo da construção civil em razão das intensas obras de infraestrutura, pessoas de todo o país, principalmente a comunidade nordestina, começam a ser atraídas para a capital em busca de melhores condições de vida, em função da oferta de postos de trabalho para atuar principalmente no ramo da construção civil e da promessa de uma vida melhor na Terra da Garoa. “Para os nordestinos, a cidade passava a ser sua morada, mesmo tendo na memória a saudade do sertão” (VILA, 2017, p. 119).

Na década de 1950, São Paulo era considerada a sétima cidade mais populosa do mundo. Só entre os anos de 1951 e 1954, foram construídos 90 mil prédios na capital, enquanto nas demais capitais brasileiras foram construídas apenas 50 mil:

Em vinte anos, entre 1940 e 1960, a maioria dos bairros que mais cresceram foi aquela de recente ocupação pelos migrantes. Enquanto o Brás, a Mooca e a Sé tiveram crescimentos populacionais negativos nesses anos [...], na Zona Norte, a Freguesia do Ó cresceu 901,3%, e a Vila Maria, 576,4 %. Na zona Sul, Santo Amaro cresceu 647,5% e a Capela do Socorro, 216,4%. Já na Zona Leste, a Vila Matilde teve um crescimento de 603,5 e o Tatuapé de 486,3. **Na Zona Oeste, Pirituba deu um salto de 780,8%** (VILLA, 2017, p. 119-120, grifos nossos).

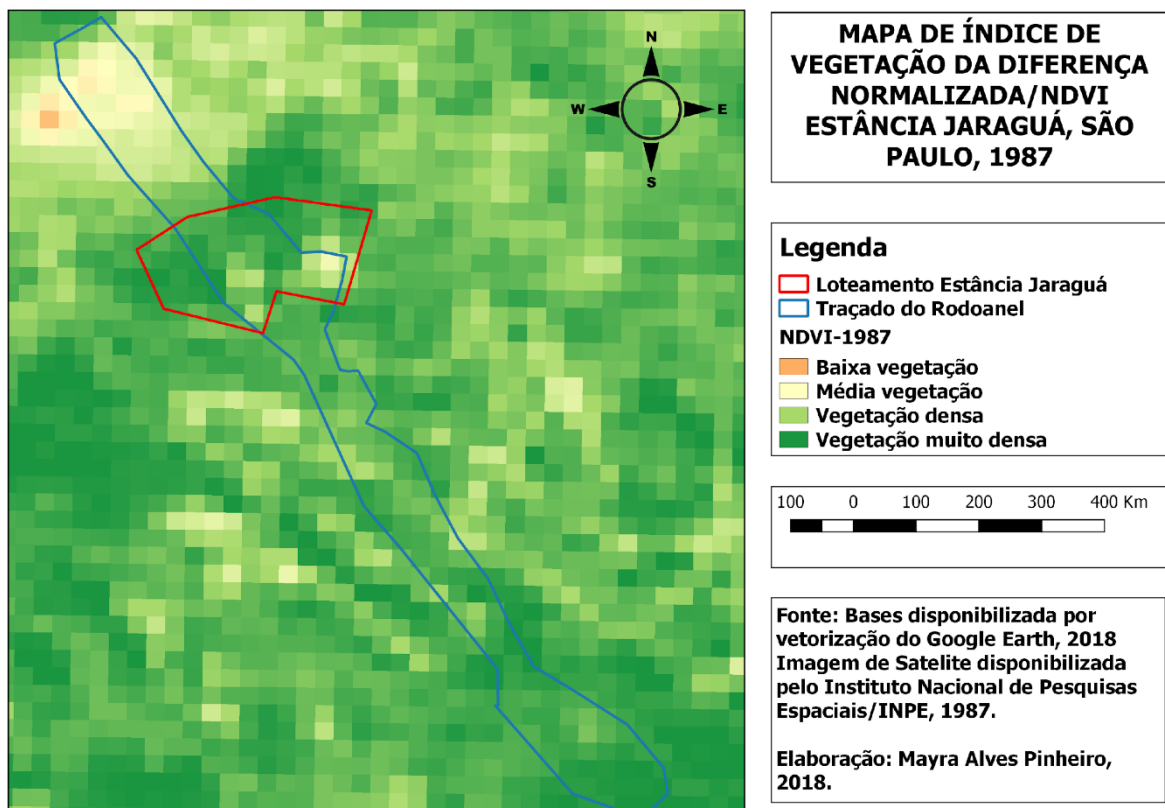
Conforme Villa (2017), a zona que apresentou maior aumento populacional foi a Zona Oeste. Cabe ressaltar que Pirituba é também um subdistrito de Jaraguá. Com esse salto populacional, os migrantes vão avançando a mancha urbana para as zonas mais periféricas da cidade, indo ocupar as regiões de Taipas, dando origem a novas vilas.

Essa expansão estava vinculada aos loteamentos, que eram descontínuos, acarretando o surgimento de inúmeras vilas sem o mínimo de infraestrutura, “a não ser por um arruamento precário que permitia colocar lotes à venda” (CALDEIRA, 1984, p. 68), como foi o caso da Estância. Em geral, os compradores eram oriundos de famílias pobres, filhos de imigrantes portugueses, italianos e também migrantes das Regiões Nordeste e Norte do país (ZOTTIS, 2017).

Em 1987, o Loteamento Estância Jaraguá foi regularizado pela Prefeitura de São Paulo através da Supervisão Especial de Regularização de Loteamentos e Arruamentos (SERLA), mediante sentença judicial. Contudo, as ocupações começaram antes que o loteamento fosse formalmente aprovado.

Apresentamos a seguir um mapa do índice de vegetação do bairro do ano de 1987, ano em que o loteamento Estância Jaraguá foi regularizado junto à prefeitura. Havia ainda nessa época um intensa cobertura vegetal e já alguns indícios de urbanização, como podemos observar no Mapa 02.

Mapa 2 - Índice de vegetação na Estância Jaraguá em 1987



Fonte: INPE (1987). Elaborado por Mayra Alves Pinheiro (2018).

Elaborado a partir de dados captados por satélite, observamos a partir do Mapa 02 que havia poucas áreas ocupadas por edificações na Estância Jaraguá (perímetro em vermelho) em 1987, onde ainda predominava intensa área vegetal. O perímetro demarcado em azul representa a linha do traçado do Rodoanel Mário Covas, onde as obras estão acontecendo. Como pudemos notar, o traçado do Rodoanel divide o bairro ao meio, ocupando grande parte dele.

Segundo Raquel⁸, ex-moradora da Estância, filha de migrantes nordestinos, em meados da década de 1960, quando se mudou para a Estância ainda jovem, não havia água encanada nem iluminação pública no bairro. Para as atividades domésticas, era preciso buscar água da mina⁹. Havia poucas casas, muito barro e intensa vegetação¹⁰. A vila era banhada por diversos riachos cuja água vinha dos mananciais da Serra da Cantareira. Devido à sua elevada altitude e por estar situada à encosta da Serra, os moradores sofriam com o frio intenso na época do inverno.

Henrique¹¹, ex-morador da Estância Jaraguá, filho de operário metalúrgico aposentado, afirma que, ao chegar na Estância “não tinha sarjeta, guia, não tinha luz, água era só de poço, preservação ambiental era praticamente 100%”. Para o ex-morador, a infância vivida na Estância Jaraguá foi “a verdadeira infância, brincando descalço, jogando bola, brincando de pião, bolinha [de gude]” (informação verbal)¹², realidade bem diferente de onde morava anteriormente, onde havia “fumaça, carro e asfalto”.

Em 1982, quando se mudara para a Estância, conta Leonardo¹³ que ainda não havia iluminação pública no bairro, mas já havia água encanada e energia elétrica nas casas. Através de um relato minucioso, esse ex-morador recorda-se dos primeiros moradores do bairro e descreve o percurso da Parada de Taipas até sua residência, apresentando os lugares e os moradores que viviam ali:

[...] Ali onde tinha o seu Zé Baianinho era só a casa dele. Vizinho ao seu Zé Baianinho não tinha nenhuma casa, era tudo cheio de mato. Subindo pelo seu Zé Baianinho era uma estradinha de terra bem arenosa, cheia de areia. A primeira casa do lado esquerdo era a do Seu Rubens, taxista, que hoje já é falecido. À direita era a casa do Adilson. Mais um pouquinho para a frente era a casa da Dona Laza. Tinha a casa do Seu Neném, o ferro-velho do Seu Neném. Naquela esquina descendo ali onde aquela Rita morava, não tinha nada ali. Era só mato. Era só matagal. E tinha a

⁸ Adotamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade da entrevistada.

⁹ *Subs. Fem.* Nascente de um rio ou riacho; água direto da fonte.

¹⁰ Informação fornecida por Raquel, em entrevista realizada via *Whats App* em 05 de fevereiro de 2017.

¹¹ Nome fictício.

¹² Informação fornecida por Henrique, em entrevista realizada via *Whats App* em 20 de setembro de 2016.

¹³ Nome fictício.

casa de um amigo meu que morava ali chamado Oriel. Subindo, à direita era a casa do Paulinho, à esquerda era a casa da Dona Josa. Tinha o bar do Seu Zé Poeira. Tinha o Buracão, que era o lugar onde as pessoas jogavam o lixo, a gente ia brincar lá no Buracão. Mas depois da casa do Seu Zé Poeira era a casa da Dona Laquina. Ia subindo. Quando você chegava ali naquela parte de cima, à esquerda era a casa da Dona Toninha, do Seu Toninho: não tinha mais ninguém ali a não ser eles; um pouco lá para baixo era a casa da Vera. De frente ali à casa da Dona Toninha tinha um campo de futebol onde a gente jogava bola, que a gente chamava de Campo do Sílvio. Tinha a Dona Zulmira, tinha um barzinho que ela vendia as coisinhas lá, vendia pão. A casa da Dona Zulmira do lado; em frente, a casa do Tigrão [...]; do lado da casa do Tigrão, a casa da Irmã Du [...]. Depois da casa da Du era a casa do Eduardinho, lá onde o pai guardava o carro na garagem. Depois mais nada. Tinha só a casa da Dona Josefa, à esquerda, e a casa da Cinira, e do João Carlos que era irmão da Dona Josefa. E, dobrando a nossa rua, tinha a Dona Neusa e a gente. A gente e o Paulo da Dona Onofra, o Seu Joaquim que era o marido da Dona Neném, que tinha a Alice e a Leo, as meninas; e lá em cima era a casa do Justino, que morava lá: o Justino, o Zé, o Paulo, e em frente tinha o campinho que a gente jogava bola (informação verbal)¹⁴.

A descrição do bairro minuciosamente empreendida enumera com riqueza de detalhes o nome dos antigos moradores, associando-os aos espaços habitados e ao “nada”, que representa a ausência de urbanização. Além das denominações dos nomes das pessoas, Leonardo cita os espaços frequentados: o Buracão (onde se jogava o lixo), o campo do Sílvio (onde se jogava bola), o campinho, o bar do Tigrão, o bar da Dona Zulmira.

Durante os anos 1990, a Estância tinha dois lados: um que revelava a presença das belezas naturais, com nascentes, riachos, intensa vegetação e presença de animais silvestres, como bugios¹⁵, tucanos, araras, jaguatiricas, raposas e gambás; o outro, revelava diversos problemas oriundos da infraestrutura precária de um bairro não planejado. As ruas eram estreitas, em sua maioria sem saída, de intenso aclive. Havia muita lama e atoleiros, o que dificultava o acesso de automóveis. Esgoto a céu aberto. Enchentes. Em épocas de chuva intensa, o riacho transbordava e alagava tudo. Além disso, não havia postos de saúde, farmácias, supermercados, postos de gasolina, bancos, escolas nem transporte público. Apenas bares, mercearias e uma igreja evangélica. Quanto à criminalidade, sabíamos de sua existência através de boatos dos próprios moradores, mas não nos sentíamos ameaçados, pelo menos não até o ano de 1995, quando nos mudamos de lá. Por outro lado, o bairro era comumente utilizado por criminosos para a desova de corpos.

A partir de 1995, o crescimento imobiliário se intensificou e começaram as ocupações em larga escala. Apesar do intenso crescimento populacional, a única benfeitoria realizada no bairro foi a implantação do asfalto e da rede de esgoto.

¹⁴ Informação fornecida por Leonardo, em entrevista realizada via *Whats App* em 13 de fevereiro de 2018.

¹⁵ *Zoo*: macacos nativos da floresta americana.

Apresentamos, na Figura 06, a propriedade da Família Rocha, antes da ocupação, lugar conhecido pelos moradores como “Roça”. Ali, as crianças costumavam brincar e coletar frutos silvestres. Através dessa propriedade, era possível ter acesso aos bairros vizinhos, como a vila Ana Rosa (aos fundos da Figura 06 e 07) e a Parada de Taipas. Entretanto, era um trajeto pouco utilizado, em razão de ser uma estrada deserta, pois só haviam chácaras por ali.

A Figura 07 retrata a “roça” após as ocupações, em 2001. No lugar onde era a “Roça” (Figura 06) havia um amontoado de casas e becos estreitos (Figura 07). Outros terrenos do bairro também foram ocupados.

Figura 6 - Vista da “Roça”, propriedade da Família Rocha em 1995



Fonte: Acervo da Família Perin (1995)

Figura 7 - Ocupações desordenadas na propriedade da Família Rocha em 2012



Fonte: P. J. N. Molina (2012).

Com o início das obras do Rodoanel Governador Mário Covas – Trecho Norte em 2012, a Estância Jaraguá passa a ser objeto de desapropriação por parte do governo do Estado, em razão de estar situada na área do traçado. As Figuras 08 e 09 mostram a “Roça” após o início das desapropriações. Ao compararmos as quatro figuras, temos o registro das mudanças ocorridas na paisagem ao longo de 19 anos, que compreende o período entre os anos de 1995 e 2014.

Figura 8 - A “Roça” após as desapropriações
(vista da esquerda)



Fonte: M. H. Paiva (2014).

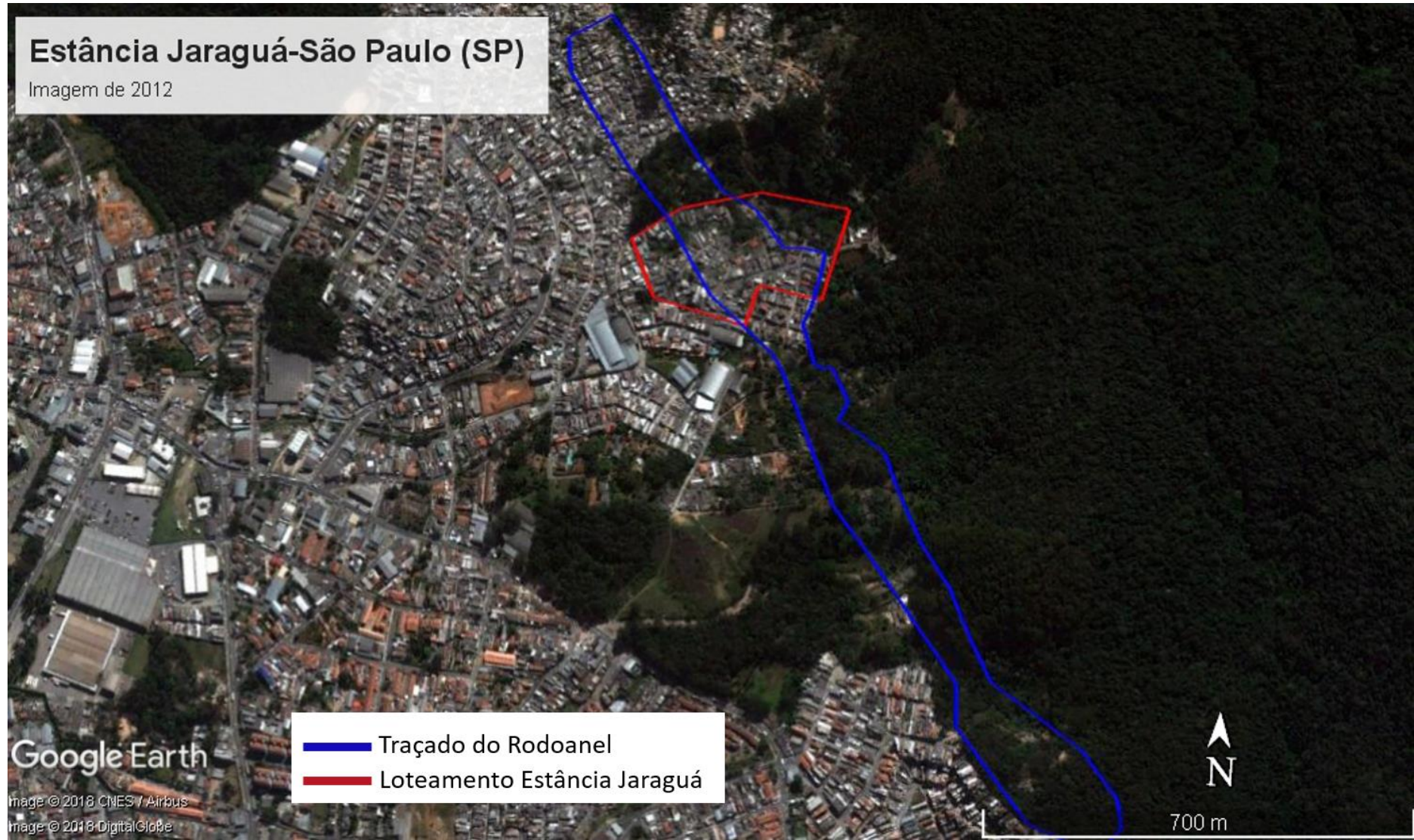
Figura 9 - A “Roça” após as desapropriações
(vista da direita)



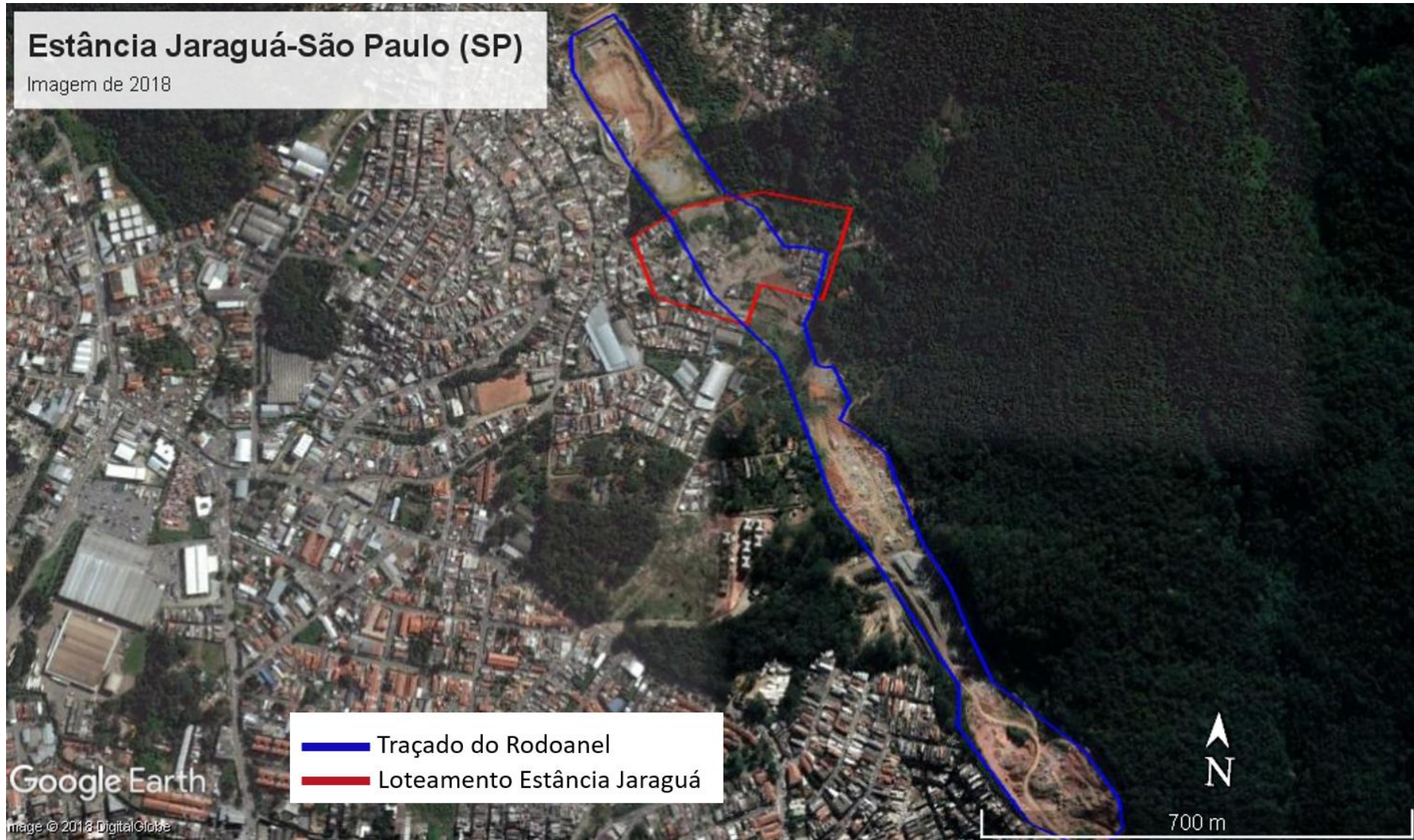
Fonte: R. Perin (2014).

Apresentamos a seguir dois mapas. No Mapa 03, mostramos a Estância Jaraguá antes das desapropriações, em 2012. Nesse mapa, a linha do traçado do Rodoanel (linha azul) envolve uma parte expressiva do bairro, o que representou um total de 1303 famílias removidas só na região de Taipas (DERSA, 2010). A linha vermelha representa a área do Loteamento Estância Jaraguá, regularizado pela prefeitura municipal em 1987. Como podemos observar no Mapa 03, o Rodoanel Mário Covas ocupou mais da metade do bairro, o que explica a quantidade elevada de famílias desapropriadas. O Mapa 04 mostra a Estância Jaraguá após as desapropriações em 2018, seis anos depois.

Mapa 3 - Estância Jaraguá antes das desapropriações, em 2012



Mapa 4 - Estância Jaraguá pós-desapropriação, em 2018



Demarcamos nos dois mapas (Mapas 03 e 04) o traçado do Rodoanel Mário Covas (polígono azul) e as demarcações do Loteamento Estância Jaraguá (polígono vermelho), segundo as medições que estão registradas em cartório, tal como atesta o estudo de Rigon (2016). Ao compará-los, podemos ter uma noção da dimensão desse empreendimento, para assim compreender o impacto que essa obra teve na vida desses ex-moradores.

Portanto, o objetivo deste capítulo foi contextualizar esta pesquisa, apresentando de modo geral as relações entre o sujeito e o lugar, seguindo uma perspectiva histórica, desde as sociedades primitivas à sociedade atual. Apresentamos também as razões pelas quais as pessoas são levadas a se mudar do lugar onde vivem. Depois, tratamos do direito de propriedade e da Lei de Desapropriação por utilidade pública. Vimos, também, de onde partiu a iniciativa de construção do Rodoanel Mário Covas, assim como os objetivos e justificativas que firmaram sua implementação.

Trouxemos, também, neste capítulo, a história do bairro Estância Jaraguá, construída a partir de relatos de ex-moradores, levantamento documental e bibliográfico. Com isso, pretendemos trazer uma contextualização acerca do fenômeno investigado, a fim de compreendermos as construções narrativas que os sujeitos fazem de suas experiências de ser desapropriado. No próximo capítulo, estabelecemos as bases teóricas que sustentam nossa investigação.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos as bases teóricas que sustentam esta pesquisa. Para tanto, traçamos um panorama geral dos estudos linguísticos de ordem estrutural até os estudos no âmbito do discurso. Em seguida, pontuamos algumas definições de discurso de diferentes teóricos da linguagem para demarcar nosso campo de estudo, a fim de situar a proposta semiótica greimasiana, considerada como a proposta mais desenvolvida, atualmente, de análise imanente do texto, pois se trata de um modelo de análise que entrelaça tanto as estruturas narrativas quanto discursivas. Ainda neste capítulo, discutimos o sentido do lugar e os não-lugares. Isso porque a relação entre o eu que se narra e o lugar de onde foi desapropriado são temas que emergiram da narrativa dos desapropriados. Por essa razão, consideramos pertinente trazer essa discussão.

3.1 Notas sobre os estudos do discurso

A partir dos trabalhos de Saussure, a língua como sistema abstrato passa a ser objeto de estudo da linguística, detendo-se ao estudo dos aspectos estruturais, sem exceder os limites da frase. Tratava-se de um estudo imanente da língua, ou seja, o estudo da língua em si mesma, ocupando-se a investigar os sons dos vocábulos, na fonologia; a estrutura e formação das palavras, na morfologia; e do estudo da relação entre os vocábulos numa sentença, na sintaxe.

Até então, havia muito que se estudar nesses campos da linguagem, pois era recente o nascimento de uma ciência autônoma, a Linguística. Nesse período, os linguistas detiveram seus estudos no limite da frase. Alguns não se preocuparam em limitar seus estudos, outros reconheceram a necessidade de ir além, mas não deram conta de fazê-lo. A nosso ver, essa limitação não estava relacionada a uma incapacidade do mestre genebrino, mas a uma necessidade de constituir uma ciência autônoma, com métodos e objetos próprios. A partir dos estudos desenvolvidos pela Semântica, os estudiosos perceberam a necessidade de se voltar para a questão dos significados e da construção dos sentidos na ordem do texto e do discurso, ao reconhecer a limitação da linguística saussuriana em dar conta da fala e do extralinguístico. Enfim, nasce, então, uma linguística do discurso.

Qual seria então o objetivo de se criar uma linguística do discurso? Ora, tem por finalidade romper com duas barreiras. A primeira é aquela que limita a frase, ampliando-a ao discurso. A segunda é a que separa língua e fala dos fatores sócio-históricos que as envolvem.

Pode até parecer um procedimento simples, mas delimitar o que compete à linguística quando se trata de discurso não é uma tarefa fácil. Isso porque, quando examinamos o discurso, constatamos que ele está situado num ponto limítrofe entre as preocupações da linguística e das demais ciências humanas. Isso ocorre porque:

Ao deixar a proteção das limitações de uma linguística *pura* e lançar-se no *caos do extralinguístico*, sente-se a linguística um tanto atordoada, pois ora se vê fortemente solicitada por aqueles que exigem que ela lhes ensine a ler textos como meio de acesso ao homem, ora é confrontada com ofertas diversas, do historiador, do psicólogo, do sociólogo, que sugerem a *sua* leitura do discurso (BARROS, 2002, p. 2, grifos da autora).

Como vimos, é pertinente a preocupação com o que compete à linguística quando se trata de estudar o discurso. Partindo disso, apontamos aqui algumas definições de discurso de diferentes teóricos da linguagem a fim de traçar o território que demarca nosso estudo.

Em seus estudos sobre a linguagem, Benveniste (1966) concebe o discurso como o lugar onde a língua (fato social) assume uma instância individual. Para o autor, é no discurso que se estabelecem as relações entre pessoa, tempo e espaço do enunciado, constituindo-se assim a instância de enunciação.

No entendimento de Guespin (1971 *apud* BARROS, 2002), o discurso se manifesta através da junção de duas entidades: a estrutura textual, que corresponde ao enunciado, e as condições de produção. Assim como esse autor, Ducrot (1980 *apud* BARROS, 2002) também considera que o texto é abstrato, enquanto que o discurso se situa no realizado, sendo pela enunciação, ou seja, pelo dito, que o texto se transforma em discurso.

Para Pêcheux (1995), o discurso se instaura mediante as formações discursivas, que trazem em seu escopo as formações ideológicas. Estas são construídas e veiculadas a partir de condições de produção específicas e envolvem protagonistas (os sujeitos envolvidos no discurso), o objeto (o dito) e a situação concreta (condições de produção).

Todos esses autores, de modo geral, consideram o texto como enunciado, instância abstrata, e que é na enunciação, ou seja, no dito, que o discurso se manifesta. O que há de similar nos conceitos aqui apresentados é o fato de que o discurso está situado no território da enunciação e relacionado às condições de produção. Assim, podemos delinear três pontos importantes para a concepção de discurso e sua análise. Primeiro, o discurso está relacionado com a enunciação e as condições de produção e recepção. Segundo, o discurso é, simultaneamente, lugar do social e do individual. Terceiro, narrativa e discurso estão intrinsecamente interligados, pois é sobre as estruturas narrativas que os discursos se

sustentam (BARROS, 2002). A passagem das estruturas narrativas às estruturas discursivas ocorre pela enunciação, instância de mediação que produz o discurso.

Nessa concepção de discurso, se encontra assentada a proposta Semiótica Discursiva, também conhecida como semiótica francesa ou greimasiana (em menção ao seu precursor, o linguista lituano Algirdas Julien Greimas). Entendida como uma “teoria da significação”, esse arcabouço teórico-metodológico se preocupa em delinear as condições de apreensão e da produção do sentido. Para tanto, Greimas elege como unidade de análise o texto, pois, para o autor, o texto não reflete a realidade, mas a realidade é constituída pelo texto, ou seja, é pela linguagem que nós seres humanos construímos a realidade social. Apresentamos a proposta semiótica na próxima sessão.

3.2 A proposta Semiótica Greimasiana

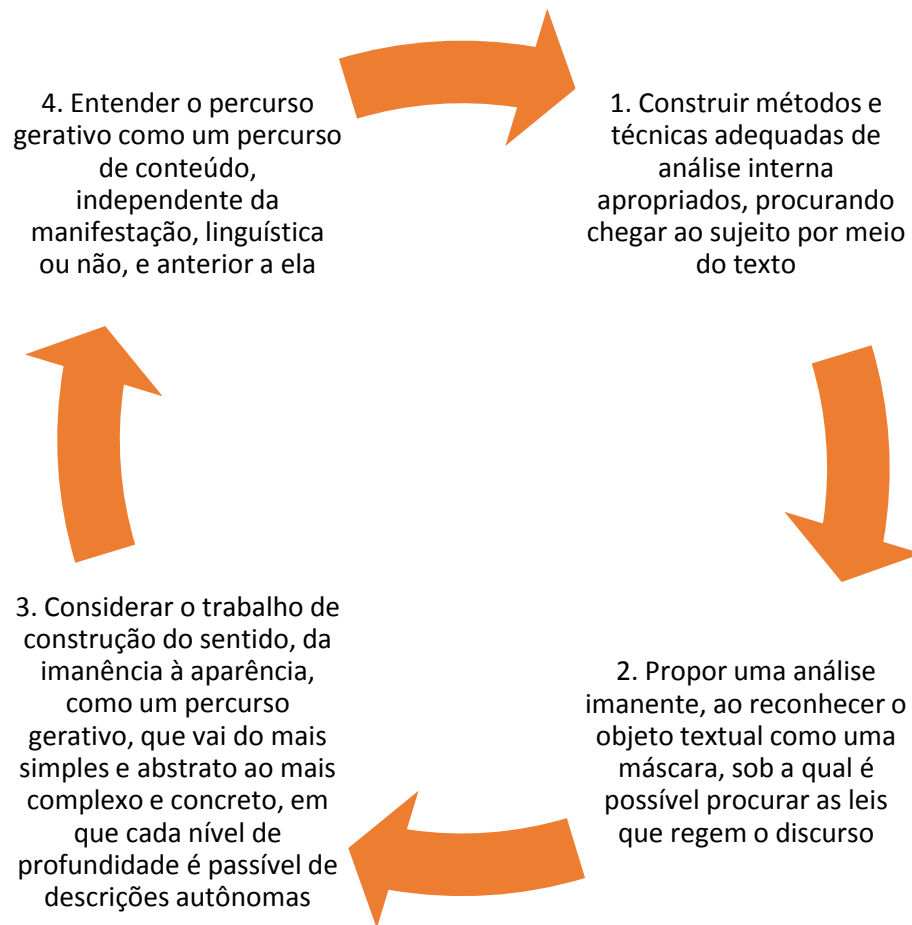
Em nosso estudo, optamos por essa abordagem para fundamentar as categorias discursivas que emergiram da análise fenomenológica interpretativa e abstraí-las em categorias mais amplas, até que nos fosse possível chegar às categorias discursivas do eu desapropriado. A análise que ora mencionamos se encontra na sessão 5.4 desta tese.

A proposta Semiótica Greimasiana é considerada como a proposta mais desenvolvida, atualmente, “de análise interna e imanente do texto”, pois permite articular, mediada pela enunciação, discurso e situação de produção (BARROS, 2002, p. 13). Além disso, essa teoria linguística já dispõe de um modelo de análise que entrelaça tanto as estruturas narrativas quanto discursivas, ao considerar os mesmos princípios epistemológicos e metodológicos para ambas as análises, na análise do texto e em sua inserção no contexto.

A Semiótica Discursiva, tal como entende seu precursor, o linguista lituano Greimas, propõe determinar “as condições em que um objeto se torna significativo para o homem”. Tem como postulado a linguagem como “sistema de significações, ou melhor, de relações, pois a significação decorre da relação”. Precursora de Saussure e Hjelmslev, a proposta semiótica, ao tratar da significação, fundamenta-se no “sentido negativo decorrente do postulado saussuriano da diferença”, configurando-se sempre numa “rede de relações, nunca um termo isolado” (BARROS, 2002, p. 13).

Apontamos na Figura 10 a seguir as características do empreendimento semiótico segundo Barros (2002):

Figura 10 - Características da proposta Semiótica Greimasiana



Fonte: BARROS (2002, p. 13).

A perspectiva teórico-metodológica greimasiana está fundamentada em três princípios básicos: **o princípio gerativo**, pois essa abordagem gera modelos de análise em vários níveis, criando categorias de análise para cada um desses; **sintagmático**, visto que não se limita ao estudo isolado das unidades lexicais, mas em como essas estruturas se combinam para gerar e produzir o discurso; por fim, **o princípio geral**, isto é, o texto é tomado como unidade de sentido, levando em consideração que há várias formas de expressão para manifestar um mesmo sentido (FIORIN, 2011).

Para que seu enfoque fosse mais abrangente, Greimas adotou também o que chamaremos de solução 'vertical', ou seja, uma perspectiva 'gerativa' segundo a qual as unidades manifestadas na superfície do texto seriam elementos já 'enriquecidos', provenientes da articulação entre categorias mais simples e abstratas localizadas em patamares mais profundos que só o procedimento descritivo pode revelar (TATIT, 2014, p. 188).

Como vimos, a proposta da semiótica discursiva é tornar explícito os mecanismos

implícitos de construção e apreensão do sentido. Para tanto, o trabalho de análise discursiva é feito em camadas, isto é, em níveis, num processo que parte do mais simples ao complexo. Esse modelo de produção do sentido é denominado “percurso gerativo do sentido” e tem por objetivo ampliar nossa capacidade de interpretar textos.

A noção de percurso gerativo é fundamental para a teoria semiótica, pois a interpretação do texto pressupõe as diferentes instâncias de abstração. Por essa razão, “[...]determinam-se etapas entre a imanência e a aparência e elaboram-se descrições autônomas de cada um dos patamares de profundidade estabelecidos no percurso gerativo” (BARROS, 2002, p. 15).

O percurso gerativo envolve três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Cada um desses níveis pode ser analisado sob o viés sintático e semântico, conforme explicitamos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Patamares do percurso gerativo do sentido na perspectiva greimasiana

ESTRUTURAS	NÍVEL	COMPONENTE SINTÁXICO	COMPONENTE SEMÂNTICO
Estruturas	Fundamental	Sintaxe fundamental	Semântica fundamental
semionarrativas	Narrativo	Sintaxe narrativa	Semântica narrativa
Estruturas discursivas	Discursivo	Sintaxe discursiva Discursivização (actorialização, temporalização, espacialização)	Semântica Discursiva Tematização Figurativização

Fonte: Adaptado de Fiorin (2011, p. 20).

Não pretendemos tratar minuciosamente todo o arcabouço teórico-metodológico da semiótica greimasiana. Mobilizamos, apenas, certas estruturas narrativas e discursivas, tais como: “[...] as relações entre os sujeitos, entre estes e os objetos, as paixões em jogo, as projeções das categorias de pessoa, tempo e espaço, os temas e as figuras [...]”, a exemplo da análise desenvolvida por Lara (2017, p. 30), a fim de atingir o segundo objetivo da pesquisa, que é investigar as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais os sujeitos se confrontam. Apresentamos essas estruturas na próxima sessão.

3.2.1 Patamares da Semiótica Discursiva adotadas na pesquisa

Como já vimos, o percurso gerativo envolve três patamares, ou níveis. São eles: fundamental, narrativo e discursivo. Cada um desses níveis pode ser analisado sob o viés sintático e semântico, como demonstramos no Quadro 1.

Na semântica fundamental, estão as categorias semânticas de base, firmadas em oposições do tipo “a *versus* b”, (exemplo: “vida vs. morte”, “presença vs ausência”). As categorias de valor positivo são denominadas de eufóricas; as disfóricas representam os valores negativos. Por sua vez, a sintaxe fundamental abriga as operações sintáticas de negação e asserção, que possibilitam instaurar as relações de sucessividade do texto, tais como: “afirmação de a, negação de a, afirmação de b; afirmação de b, negação de b, afirmação de a” (exemplo: afirmação da vida, negação da vida, afirmação da morte; afirmação da morte, negação da morte, afirmação da vida) (LARA, 2017, p. 33).

O nível narrativo é a instância de atualização dos valores e se constitui como a instância que simula o modo como agimos no mundo. Os valores semânticos (positivos ou negativos), constantes nos objetos, transformam-nos em objetos de valor para o sujeito. Assim sendo, a sintaxe narrativa observa as relações de junção entre sujeito e objeto.

Embora nem todos os textos sejam narrativos, o nível narrativo toma como parâmetro categórico a narratividade, “transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes” (FIORIN, 2011, p. 27). Para o linguista, a narratividade é um componente da teoria do discurso, visto que está ligada à transformação de conteúdo. Essa transformação de um estado inicial a um estado final afeta a relação entre sujeito e objeto. A passagem de um estado a outro se dá através de uma unidade elementar operatória da sintaxe discursiva: o programa narrativo (PN), estrutura formada por dois enunciados elementares: os enunciados de estado e os enunciados de fazer.

Os enunciados de estado determinam as relações de junção (disjunção ou conjunção) entre sujeito e objeto. As relações de conjunção ocorrem quando o sujeito tem o objeto de valor; as de disjunção, quando o sujeito não tem o objeto. Sujeitos e objetos não são pessoas vs coisas, mas papéis narrativos. Segundo Fiorin (2011), os enunciados de estado são constituídos de duas narrativas mínimas: a de privação, que tem um estado inicial conjunto e um final disjunto; e as de liquidação de uma privação, cujo estado inicial é disjunto e um final conjunto.

Entretanto, os textos não são narrativas mínimas, mas complexas, pois articulam vários enunciados de fazer e de estado organizados hierarquicamente. Sendo assim, os textos

constituem-se de uma sequência canônica composta de quatro etapas: manipulação, competência, performance e sanção.

Na fase de manipulação, “um sujeito age sobre o outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa” (FIORIN, 2011, p. 29). Esse agir pode ocorrer de diversas formas, as mais comuns são através de uma tentação (promessa de uma recompensa), intimidação (ameaça), sedução (elogio) e provocação (crítica).

Na fase da competência, “o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer” (FIORIN, 2011, p. 30). Na fase da performance, por sua vez, ocorre a mudança central de um estado (de conjunção ou disjunção) a outro da narrativa.

Por fim, a última fase, a sanção, “ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Geralmente, nessa etapa, são determinados os “prêmios” e os “castigos”, tal como expressa Fiorin (2011, p. 31).

A semântica do nível narrativo abriga os valores inscritos nos objetos, que podem ser objetos modais ou objetos de valor. Os objetos modais são o *querer*, o *dever*, o *saber* e o *poder fazer*, elementos necessários para que a performance principal se realize. Os objetos de valor são os que entram em conjunção ou disjunção na performance principal. É preciso atentar para o fato de que a noção de valor no nível narrativo está relacionada ao significado que o objeto concreto tem para o sujeito que entra em conjunção com ele.

Objeto-valor e objeto modal são posições na sequência narrativa. O objeto-modal é aquele necessário para obter outro objeto. O objeto-valor é aquele cuja obtenção é o fim último de um sujeito. Dissemos ainda que o mesmo objeto-concreto pode recobrir diferentes objetos-valor (FIORIN, 2011, p. 37).

Nessa lógica, um objeto-concreto, por exemplo, dinheiro, pode ser a concretização do valor /status/; em outra situação, /liberdade/; numa terceira, /corrupção/, entre outras. Diante disso, é preciso analisar com cautela cada texto para compreender quais os valores os objetos concretos revelam.

Ainda no âmbito da semântica narrativa, Lara (2017) destaca que “a modalização pelo fazer incide sobre o sujeito operador (ou sujeito de fazer)”, isto é, aquele que executa a performance, a transformação mais importante da narrativa. Por outro lado, “a modalização pelo *querer*, *dever*, *poder* e *saber ser* dá existência modal ao sujeito de estado”, isto é, aquele que sofre a transformação, o que incide sobre as relações que este tem com os objetos, os

outros sujeitos, resultando na semiótica das paixões (LARA, 2017, p. 34, grifos da autora).

Na sintaxe narrativa, “os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso” (FIORIN, 2011, p. 55). Por outro lado, o ato de produção do discurso é a enunciação, instância pressuposta pelo enunciado que, quando realizada, deixa marcas no discurso que constrói (FIORIN, 2011).

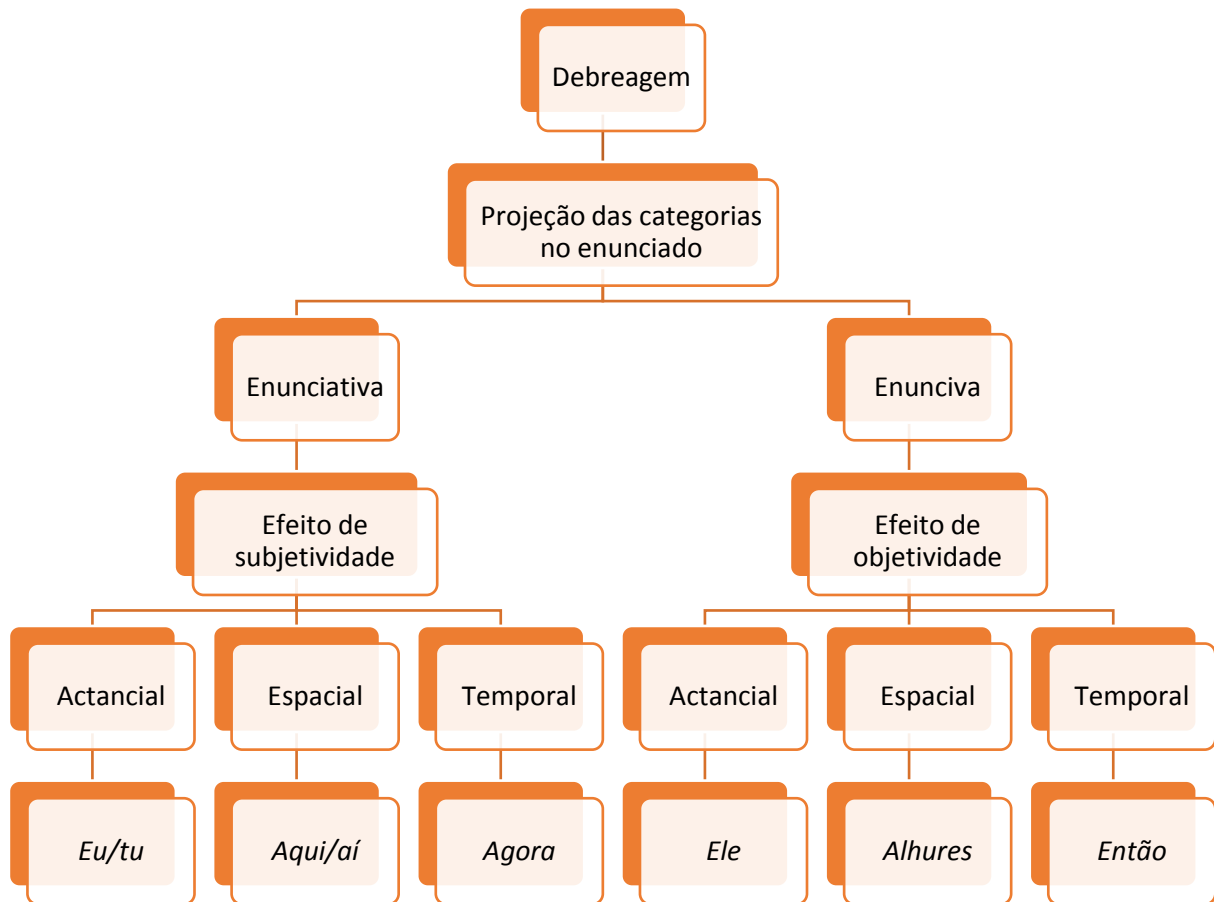
Podemos definir a enunciação como a instância de um *eu-aqui-agora*. Nesse sentido, há sempre os actantes da enunciação, que são os participantes da ação enunciativa: um *eu* que diz e um *tu* a quem o *eu* se dirige. O *eu* é o enunciador; o *tu*, enunciatário. Ao dizer o discurso, o *eu* considera a imagem do *tu* na produção a fim de organizar o seu discurso de modo que este convirja aos anseios do enunciatário. Conforme expõe Fiorin (2011, p. 56), “a imagem do enunciatário a quem o discurso se dirige constitui uma das coerções discursivas a que obedece o enunciador: não é a mesma coisa produzir um texto para um especialista numa dada disciplina ou para um leigo; para uma criança ou para um adulto”.

O ato de dizer é realizado pelo *eu* num dado tempo e espaço. O *aqui* é o espaço do *eu* e, a partir dele, todos os outros espaços são ordenados, como os *aí/lá*. O *agora* é o tempo em que o *eu* assume o discurso e toma a palavra. A partir do *agora*, é ordenada toda a temporalidade linguística.

Sendo assim, ao tratar das marcas da enunciação no enunciado, a sintaxe discursiva observa três mecanismos de discursivização: a actorialização (categoria das pessoas), a espacialização (categoria de espaço) e a temporalização (categoria de tempo). Além disso, estuda também as relações entre enunciador e enunciatário, pois como sabemos, ao nos dirigirmos a alguém, realizamos um fazer persuasivo, ou seja, adotamos procedimentos argumentativos que fazem com que o enunciatário aceite o dito. Ambos os procedimentos, discursivos e argumentativos estão conectados, pois atuam em conjunto para levar o enunciatário a aceitar o que está sendo enunciado.

Para analisar as projeções da enunciação no enunciado, a Semiótica Discursiva se vale de dois mecanismos básicos: a debreagem e a embreagem. Apresentamos na Figura 11 um esquema a fim de ilustrar como opera o mecanismo da debreagem:

Figura 11 - Projeções da enunciação no enunciado: a debreagem e suas categorias de pessoa, espaço e tempo



Fonte: Adaptado de Fiorin (2011).

A debreagem é o mecanismo em que há uma projeção das categorias de pessoa, espaço e tempo no enunciado. Dizemos que se trata de uma debreagem enunciativa, quando há uma projeção do *eu/tu-aqui-agora* no discurso; quando há uma projeção do *ele-lá-então*, trata-se de uma debreagem enunciva, isto é, “ocultam-se os actantes, os espaços e o tempos da enunciação” (FIORIN, 2011, p. 59). Esses dois tipos de debreagem produzem, por sua vez, dois tipos de discurso: os de primeira pessoa e os de terceira pessoa, e geram dois efeitos de sentido, respectivamente: de subjetividade e de objetividade, visto que na debreagem enunciativa, o *eu* está presente no discurso, enquanto que, na debreagem enunciva, o *eu* se ausenta dele, e quem aparece é o *ele*, aquele que não pode tomar a palavra.

Além das debreagens enunciativa e enunciva, o enunciador pode se valer de uma debreagem interna ou de segundo grau, unidade discursiva que conhecemos como discurso direto, para dar voz aos atores já inscritos no discurso, simulando diálogos no texto. Seu uso gera um efeito de verdade, pois nos dá a ilusão de estar ouvindo as “reais” palavras ditas pelo

interlocutor.

Já no discurso indireto, entretanto, não existe debreagem interna, pois a voz do outro é ouvida através da voz do narrador, que procura fazer uma análise do que o outro disse. Para Fiorin (2011), essa unidade discursiva pode operar com duas variantes: uma variante analisadora de conteúdo, outra de expressão. Na primeira, a preocupação do narrador é transmitir o conteúdo, destituído de qualquer expressividade; na segunda, o narrador tem por objetivo destacar os modos de dizer, as expressões utilizadas, a fim de evidenciar determinadas características do falante.

Elucidadas as características da debreagem, bem como das unidades discursivas (direta e indireta), passamos agora a tratar da embreagem. Nesse mecanismo, “ocorre uma suspensão das oposições de pessoa, de tempo e de espaço”, empregando-se um pelo outro. Conforme Fiorin (2011), assim funciona a embreagem nas categorias de tempo e espaço:

Quando se usa o *lá* no lugar do *aí*, o que se quer é retirar a pessoa com quem se fala do espaço enunciativo (*aqui* e *aí*, que marcam os lugares de quem fala e daquele com quem se fala), para manifestar-lhe uma certa distância. Quando se usa o presente no lugar do pretérito perfeito 2, o que se faz é aproximar o que se disse do momento da enunciação, para, de certa forma, reviver os fatos. É por isso que o chamado presente histórico (presente com valor de pretérito perfeito 2) é muito utilizado no relato de acontecimentos históricos de uma nação (FIORIN, 2011, p. 74, grifos do autor).

Como vimos, quando suspendemos as categorias de pessoa, espaço e tempo, empregando o enunciativo no lugar do enuncivo e vice-versa, podemos criar efeitos de objetividade ou subjetividade, de distanciamento ou aproximação. Por exemplo, ao dizer, com uma colher de pau na mão: “a Nathy vai te ensinar a cuidar do seu dinheiro”, a educadora financeira Nathália Arcuri, por exemplo, emprega a terceira pessoa para falar de si mesma, demonstrando ter consciência da personagem que interpreta. Com isso, produz um efeito de objetividade, pois dá ênfase a um papel social, “a educadora financeira”, e não a uma subjetividade.

Resumimos, na Figura 12, os efeitos de sentido gerados a partir dos mecanismos de debreagem e embreagem presentes no enunciado.

Figura 12 - Efeitos de sentido dos mecanismos de debreagem e embreagem instaurados no enunciado



Fonte: Adaptado de Fiorin (2011).

Agora que tratamos das marcas da enunciação no enunciado, passamos a discutir as categorizações presentes no componente semântico discursivo. Nesse patamar, interessamos observar os recursos de figurativização e de tematização presentes nas narrativas de vida sobre a desapropriação. As figuras são os termos que remetem ao mundo natural, enquanto os temas são investimentos semânticos, de natureza conceptual. Por exemplo, o termo “casa” remete a um objeto do mundo natural, dotado de concretude, que pode ter como investimento semântico a ideia de “abrigo”, “conforto”, “prisão”, a depender do contexto. As figuras, por serem dotadas de concretude, criam um efeito de realidade por simular o mundo; os temas, por serem abstratos, têm por função explicar a realidade (FIORIN, 2011).

Nas narrativas de vida em geral, há um “*eu* que escreve/fala, na presente instância da enunciação, aquele do *aqui* e do *agora* que (re)cria, a partir de certos acontecimentos que protagonizou, um *outro* (um *ele*) do *lá* e do *então*” (LARA, 2017, p. 34, grifos da autora). No caso das participantes desta pesquisa, além desse movimento do *eu* de hoje e de outrora, há um *eu* que se posiciona diante de um *outro* que executou a performance (o poder público), de um *lugar onde se viveu* (*lá-outrora*) e de um *lugar onde se vive* (*aqui-agora*). Desse modo, é de se esperar que “paixões” positivas ou negativas emanem de seus discursos, manifestando

seus “estados de espírito” nas várias etapas do antes, durante e após a desapropriação.

As relações imbricadas entre os sujeitos desapropriados e os objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam, como o lugar, a família e a comunidade são elencadas como objetos de análise. Tais análises são apresentadas na sessão 5.4 desta tese.

Visto que nas narrativas de vida elencadas para esta pesquisa, há um eu presente na instância de enunciação que se narra sobre a experiência de ser apropriado/desapropriado do lugar onde se viveu (*lá-outrora*) e onde se vive (*aqui-agora*), consideramos pertinente discutir, nas próximas sessões, alguns elementos pertinentes na construção narrativa do eu, bem como se constrói os sentidos do lugar e os não lugares, pois tais discussões são pertinentes para a compreensão das categorias discursivas do desapropriado, nosso terceiro objetivo da pesquisa.

3.3 A construção narrativa do eu

Toda história, seja de ficção ou factual, parte de um princípio agregador, uma ferramenta que organiza o caos e leva adiante o que se deseja contar. Para Bruner, (2014, p. 73), essa ferramenta é o ‘eu’, “[...] moeda corrente de nosso discurso: nenhuma conversa consegue ir adiante sem que ela seja despudoradamente utilizada”. Contudo, é preciso ter algum cuidado com a noção de “organizar o caos”, pois a vida das pessoas se articula num ir e vir, num chegar e partir, num perder e ganhar. Tais momentos podem mal serem percebidos ou podem alterar realidades coletivas drasticamente. Esse contexto, operado pelo imprevisto, faz com que a narrativa de vida não seja matéria estática. Pelo contrário: ela estará sempre sujeita ao estado do espírito daquele que conta, no instante em que narra.

Criar narrativamente o eu é dar-se a um processo de subjetivação, em que circunstâncias particulares são repetidamente (re)visitadas pela memória do indivíduo até que se crie uma construção de sentidos da realidade. Nesse sentido,

Pode-se dizer que quanto mais a experiência é forte e sensacional, quanto mais ela impressiona o sujeito a ponto de o abalar, menos rapidamente ela pode ser compreendida. É preciso que ela se re-exprima, que ela torne a executar seu movimento *a posteriori* e em câmera lenta para que possa ser apreendida e organizada. A experiência vivida só tem acesso à história – a uma significação ordenada e datada – se for capaz de se exprimir e de se re-apresentar. Essa reapresentação, essa conquista de um novo presente é paradoxal, pelo fato de constituir, ao mesmo tempo, o produto de um trabalho de memorização e o surgimento do novo como sincronização de vários tempos, como dádiva, presente. Presente grávido de presenças concentradas e fortalecido por elas, como essências da irresponsabilidade do tempo e de suas possibilidades (PINEAU; LE GRAND, 2012, p. 112).

Desse modo, não seria exagero afirmar que uma narrativa, ficcionalizada ou historiografada, só se materializa a partir de um sujeito narrador. Isto é, realidades precisam ser contadas para existirem. Além disso, o tempo cronológico, onde presente, passado e futuro são instâncias bem delineadas, interfere no processo de narrativização. Tal interferência se dá através de sua passagem, sucedendo e concomitando circunstâncias, que irão atuar intimamente sobre os indivíduos, fortalecendo impressões ou ressignificando acontecimentos vividos.

Três instâncias do tempo: ontem, hoje e amanhã; antes, agora e depois; início, meio e fim, permeiam toda a teorização que se estabelece sobre as “histórias de vida”, na medida em que pesquisadores se debruçaram sobre narrativas (auto)biográficas. Observamos um movimento em três atos, como ocorre em obras de ficção, em todo discurso memorialístico. Como um movimento de lembrar, contar e ressignificar, são três níveis distintos, porém dependentes.

Olhar para trás para ver adiante. É como poderia ser resumida a iluminação hermenêutica descrita por Paul Ricoeur, conforme citado por Pineau e Legrand (2012, p. 113). Para aquele filósofo, o presente biográfico – a narrativa de vida – se desenvolve em estágios. São eles: um terceiro tempo, um presente histórico e uma identidade narrativa.

O terceiro tempo articula o tempo histórico, sustentado pelos antepassados, contemporâneos e sucessores ou conectores geracionais, ao tempo cósmico, marcado por rituais e eventos cíclicos. No presente histórico, existe um movimento de projetar o futuro a partir do aprendizado adquirido por meio de vivências anteriores. A partir de um ponto de vista fincado no presente, a identidade narrativa é o que garantiria unidade ao passado vivido. Sob essa perspectiva, Pineau e Le Grand afirmam que:

A hermenêutica da consciência histórica de Ricoeur é uma refundação do valor produtor (*poiesis*) da narrativa, destinada a re-apresentar (*mimesis*) a ação, transformando-a ao dotá-la de uma ordem, um sentido e de um enredo (*muthos*). Essa ordenação e essa atribuição de um enredo são, portanto, relativas a essa dupla referência. Articulando a ação, a narrativa produz, portanto, uma gênese de sentido feita de síntese do heterogêneo e de concordância da discordância. Ela é o indicador/operador visível ou audível de uma certa identidade, relativa, porém, específica. Identidade que não é uma unidade maciça acabada, mas, pelo contrário, uma conjugação singular de pluralidade, disponível para re-conjugação (PINEAU; LE GRAND, 2012, p. 116, grifo dos autores).

O tripé narrativo é analisado por Lani-Bayle, conforme citado por Maia-Vasconcelos (2011) como um cenário de transmissão, recepção e apropriação. No primeiro deles, a pessoa recebe no contexto familiar uma herança que inclui valores e histórias. Em

seguida, desenvolvem-se seus traços de personalidade, as características inatas de sua subjetividade. A partir daí, o sujeito construído articula e integra instâncias de seu eu presente com vivências suas e de outros. A narração do eu “[...] se desdobra e se redobra constantemente em formação de histórias novas que sempre trazem pistas das histórias precedentes” (MAIA-VASCONCELOS, 2011, p. 314).

Já Benjamin (1993) opta por uma análise artesanal da formação narrativa, algo que é feito à mão ou que parta dessa herança. O modo como opta chamar os estágios narrativos remonta a saberes praticados por artífices. Para o autor, a narrativa se forma a partir de “[...] um estágio musical, quando a história é composta; o estágio arquitetônico, quando ela é construída; e um estágio têxtil, quando ela é tecida” (MAIA-VASCONCELOS, 2011, p. 314). Interessante notar as classes de conhecimento que o filósofo convoca para nomear os ciclos de uma narrativa. A música é uma arte que combina harmoniosamente sonoridades expressivas, ligando-se diretamente à criatividade e ao lúdico, presenças marcantes na infância, quando se formam as primeiras memórias. A arquitetura é uma atividade facilmente ligada à segurança e conservação de espaços, como se espera que se faça o mesmo com a memória e os valores de vida. Já o estágio têxtil é relativo a *tecido*, *trama*, termos que servem semanticamente como sinônimos para a palavra *narrativa*.

Para Lani-Bayle (1997), não é coincidência o fato de se ter sempre o número três envolvendo essas operações, as teorias e os autores. A autora sugere que esse três marca uma regra de três que leva ao terceiro na relação de reciprocidade histórica. Para cada reconto haverá uma terceira visão que possivelmente extrapolará as visões anteriores e dará um passo à frente em busca de um entendimento concreto que sirva de base para um entendimento futuro. Existe, assim, sempre um encaminhamento prévio, um começo em toda continuidade dos fatos (MAIA-VASCONCELOS, 2011, p. 315).

É justamente essa incompletude que faz do eu narrativo uma entidade autoconstruída por suas interioridades e exterioridades (BRUNER, 2014, p. 75). A natureza do *dentro* e do *fora* é de não admitir limites entre si. Estão em diálogo constante. No interior de cada ser humano, existe uma gama de sentimentos, crenças, lembranças, que ajudam a formular suas particularidades. “[...] Mas muito da autoconstrução vem de fora para dentro – baseia-se na estima aparente dos outros e na miríade de expectativas que nós, desde cedo, até mesmo sem pensar, recolhemos da cultura onde estamos imersos” (BRUNER, 2014, p. 75). Ou seja, as características subjetivas sofrem modulação de influências, que estão localizadas no exterior. Todavia, estamos tratando de uma formulação difícil de verificar, pois, muitas das ações hu-

manas são persuadidas pela ascendência cultural, que guia uma sociedade e atua nela, geralmente, de forma implícita, convertida em práticas cotidianas.

Sendo assim, contar aos outros sobre si mesmo não é uma coisa simples. Depende do que *nós* achamos que *eles* acham que nós deveríamos ser – ou o que os eus em geral deveriam ser. Os cálculos não ficam mais fáceis quando contamos sobre nós para nós mesmos. As nossas narrativas autoconstruídas e autodirigidas expressam desde cedo aquilo que pensamos que os outros esperam que sejamos. Sem ter muita consciência disso, desenvolvemos um decoro para falar sobre nós mesmos: como sermos francos conosco próprios, como não ofender os outros (BRUNER, 2014, p. 76, grifos do autor).

Como vimos, parece haver um princípio norteador que rege a construção narrativa que se faz de si, sempre orientada naquilo que o outro espera que façamos. Ou do que nós achamos que o outro espera que façamos, o que ainda é mais complexo. Nesse sentido, a partir do outro é que a narrativa do eu se perfaz, sem que se tenha muita consciência disso.

Um narrador engajado sempre está sujeito aos humores e estados de espírito que emergem do ato de contar a própria história. Ao contrário do que se possa imaginar, um relato mecanizado não tem a capacidade de retratar o vivido. Não se trata de ser fiel à “verdade dos fatos”, principalmente porque o passado é uma construção discursiva. O segundo elemento indispensável para que se dê a criação de uma narrativa de vida é um outro interessado no que se conta. Esse interesse é essencial para que o eu narrador se manifeste, se engaje e se perfaça de nuances reveladoras de si e da história que viveu ou ainda vive. Não se trata de um passar de vistas ou um esquema bem armado de perguntas e respostas. Trata-se de uma circunstância em que o fortuito se apresenta mediante o nível de enredamento de ambas as partes, narrador e narratário.

Para Delory-Momberger (2014), tal enredamento se instaura a partir das condições de produção da narrativa, ou seja, no convite à narração, a partir do qual “abre a possibilidade de uma narrativa construída, na qual o narrador ordena os pontos salientes de sua história em função de sua crônica pessoal, e não de uma simples *cronologia* factual” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 287, grifo da autora).

“Lugar de um dialogismo incessante, foro onde se entrecruzam e se respondem as falas do outro, a narrativa é ao mesmo tempo o lugar de uma apropriação da fala para si”. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 290-91). Dessa relação dialética entre narrador e narratário, surge, enfim, a narrativa. Até então, esta sequer existiria, não fosse o convite que a fez iniciar, o ouvinte interessado, a interação efetiva. Desse modo, “a narrativa é, pois, coprodu-

zida, coenunciada, por dois autores”, narrador e narratário, enredados numa interação social apesar de exercerem papéis sociais distintos.

A produção do sentido em ação na narrativa revela a atividade propriamente hermenêutica do narrador que ordena cada um dos elementos de sua experiência segundo a percepção totalizante que ele tem de si mesmo e do desenrolar de sua vida: como no círculo hermenêutico onde o todo e as partes estão numa relação de significação recíproca, o Eu da narrativa põe em forma os acontecimentos e as experiências entre eles, os outros e a pluralidade de seus discursos, e torna visível o processo de individualização e de formação pelo qual o sujeito constrói seu ser social singular (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 291).

Sendo assim, a narrativa do eu é construída a partir da interpretação que o narrador faz das experiências vividas. O círculo hermenêutico, na concepção da autora, é a percepção ordenada que o sujeito faz de si e daquilo que vive. Tudo está relacionado: cada experiência vivida tem um significado e aconteceu por uma determinada razão. Tal reflexão nos remete à uma discussão trazida por Ferrarotti (2014), segundo o qual o ser humano, diferente dos animais, é dotado de:

[...] capacidade reflexiva que permite o retorno crítico sobre si e sobre as próprias ações. O comportamento humano, [...] movido por instintos, mas também por um projeto, é teleológico, o que significa dizer que ele se dá um objetivo, que ele lança sobre si mesmo um olhar crítico e, desse modo, acumula lembranças; amparado nessa memória coletiva, o comportamento humano está apto para formular o sentido de suas próprias decisões e para valorizá-las. O animal tem, portanto, apenas natureza, ao passo que o homem tem natureza e história (FERRAROTTI, 2014, p. 52).

Natureza e história. São duas esferas em que a narrativa de vida e, por consequência, o eu encontra um chão no qual pisar. Natureza e história funcionam como um díptico, objeto artístico, composto por duas placas ligadas por uma dobradiça, apresentando em cada placa uma figura distinta, mas que se referenciam. A dobradiça permite que uma placa se dobre sobre a outra. No homem, natureza e história não somente se inclinam sobre si, de um lado e de outro. Eles se atravessam para construir, reconstruir e autorreconstruir pessoas e sociedades.

O gesto de olhar para o passado como “monumento a ser restaurado” pode nos tomar o acesso à história, distanciando a experiência do aprendizado, através da repetição mecânica dos atos que formataram as feições como nos foram transmitidas, tal como ocorre nas histórias veneráveis. Contudo, esse mesmo movimento pode ser visto nos sujeitos desappropriados em relação ao próprio vivido, como um retorno constante a um acontecimento que lhe marcou a vida a tal ponto de definir o que foi e ao que virá.

O risco do “sentido histórico” para Ferraroti (2014), apoiado em Nietzsche, é colocar no vivido um emblema de imutabilidade ou de estabilidade em relação ao porvir, como se o passado estivesse ali apenas para ser venerado, não refletido nem questionado. Essa visão é um recurso que garante um estado de coisas estáticas e impede que a experiência se reproduza em aprendizado sobre o eu, o outro e a vida. Tal é a matéria que auxiliará no impulso para o futuro e as novas realizações, que acabaram, também, por se tornar novos marcos de uma existência.

É preciso deixar que o passado fale. Em diálogo com a intimidade de cada sujeito, seja numa esfera de passado coletivo ou particular ou entre ambos, surgem novas vozes e novos modos ressignificados de se contar a própria vida.

Mais uma vez, nos vemos diante da tríplice visão que a narrativa de vida proporciona: o conhecimento do passado, percepção do presente e projeção do futuro. Ou seja, é o passado que prepara para o futuro que se perfaz no presente. Transformar a memória do vivido num “antiquário” é revés para o porvir.

Em outras palavras, somente aquele que está suficientemente seguro de seu fundamento histórico para encarná-lo e traduzi-lo, por uma consciência reflexa, num poderoso instinto natural, pode, sem *páthos* nem incerteza, dar livre curso às decisões das quais se originam as novas fases históricas (FERRAROTTI, 2014, p. 53, grifo do autor).

Por essa razão, contar a própria vida não se trata apenas de dizer o que fomos. Sem dúvida, diz mais do que somos e do que pretendemos ser. A fim de por essa afirmação em perspectiva, Nietzsche, citado por Ferraroti (2014), defende que:

Aquilo que é pequeno, limitado, que perdeu o reboco e está prestes a desabar, adquire uma configuração própria e uma intangibilidade quando a alma do homem antiquário, protetora e venerável, comunica-se a essas outras coisas e prepara nelas um ninho familiar. A história de sua cidade torna-se, para ele, sua história pessoal: ele compreende as muralhas, a porta com suas torres, o decreto municipal, a festa popular como o diário figurativo da sua própria juventude, e encontra por si mesmo, em tudo isso, sua força, seu entusiasmo para o trabalho, o prazer, sua opinião, sua loucura com seus modos grosseiros. Ele diz para si mesmo que era possível viver aqui porque é possível viver; que será possível viver aqui porque somos teimosos e que não se pode ser aniquilado no decorrer de uma noite. Assim, com esse ‘nós’, ele olha para além da efêmera e extravagante vida individual e se sente como se fosse o espírito da casa, da linhagem, da cidade (NIETZSCHE *apud* FERRAROTTI, 2014, p. 53-4).

Sob esta ótica, contar a vida serve de dispositivo para converter o que está fixo em articulação. É um investimento que se faz em si e na coletividade. Narrativizar a própria vida é dividir um fardo que, talvez, ainda não se pode carregar sozinho, em especial, quando ela se

conjuga pelo apego. Outras vezes, serve para que certos “pesos” sejam descartados. Este companheiro de narrativa nem precisa ser um ente físico. Quantas pessoas não aliviam mágoas, reveem crenças, corrigem percursos, apenas escrevendo num diário ou desabafando oralmente consigo mesmas?

É um recurso que impele o indivíduo a olhar para si, puxar seu baú de guardados para fora e verificar se não tem retido coisas demais e o que vale a pena ser preservado. A ação de “botar para fora” não é só se desfazer dos “utensílios de memória”. Quando um sujeito narra sobre si, põe a si mesmo a sua frente, quase como uma materialização de seu eu. Acontece que, embora se reconheça como próprio, o eu do presente não é o eu do passado, assim como o do futuro também não será. É a genealogia subjetiva e individual de um ser.

Esse olhar para si refina a arquitetura do eu, que só é tangível no presente, através do que se viveu, ou para que se esqueça da dor como sentimento reprisado a cada lembrança, ou para entender o caminho percorrido, atribuindo sentido a fatos corriqueiros, sentidos que só precisam ter significados práticos para quem narra, para o dono da própria história.

Apesar de serem objetos abstratos, as memórias tornam-se palpáveis quando postas em discurso. Fala-se de localizar ali no que passou o seu eu e, por arremate, a própria vida. Dito assim, o modo como o sujeito constrói a realidade através da narrativa não segue uma linearidade fixada no tempo. Ela se constrói num constante movimento espiral, de ir e vir, de avanços e *flashbacks*. Assim, a linearidade vai ser construída, por assim dizer, pelo outro, na interpretação que este faz da narração.

Conforme vimos, narrar-se é um exercício de autoconstrução, um movimento do eu em busca de construir sentidos para as experiências vividas. Não raro, é um movimento no qual o eu presentifica as memórias em um objeto, em um lugar, como uma forma de se autoafirmar, de atribuir um tom de verdade a suas autoconstruções. Por essa razão, discutimos na próxima sessão, os sentidos do lugar e os não lugares, pois tais discussões são pertinentes para a compreensão das categorias discursivas do desapropriado, tendo em vista que não é possível narrar sobre a experiência de ser desapropriado sem falar das relações entre o sujeito e o lugar.

3.4 Os sentidos do lugar e os não-lugares

As lembranças não são instâncias guardadas somente na memória. Melhor dizendo, a memória não é um arquivo com espaço exclusivo na mente. O ser humano, em sua jornada civilizatória, sistematizou seus modos de vida através de hábitos adquiridos, conforme ia

se adaptando aos tempos e ambientes de moradia. Hoje, as necessidades são outras, mas continuamos a estabelecer relação com os espaços que ocupamos no mundo, seja por identificação, seja por obrigação. Hoje, temos “rituais” de preparação para alguma tarefa, das mais simples às mais complexas (como organizar a escrivadinha antes de dar início ao trabalho, ou estabelecer rotinas para atingir metas), atribuir uma trilha sonora para cada atividade do dia a dia, buscar novas formas de consumir, estabelecer caminhos, que levarão mais rápido a destinos corriqueiros, entre outras.

Esses são reflexos de uma cotidianidade da qual nem todos se dão conta. Todavia, ligam-se a certo número de procedimentos, que localizam a existência em espaços externos e internos, como forma de os sujeitos se assentarem afetivamente em um lugar e em seu entorno, além de entrelaçar o *dentro* e o *fora*, uma das realidades que atesta a corporalidade de nossa subjetividade. Não importa se uma pessoa se autodefine através de um pequeno discurso ou apenas uma palavra. A recepção do ouvinte/leitor se encarregará de dar a qualquer declaração algum nível de complexidade. Esse é um mecanismo quase indutivo para a criação de sentidos entre enunciador e do enunciatário, pois, muito do que uma pessoa é provém do que e de como ela se lembra de sua história, de como a conta para si e para os outros. Sobre isso, Bruner (2014) afirma:

[...] nós construímos e reconstruímos nossos eus constantemente para satisfazer as necessidades das situações com que nos deparamos, fazemos isso com a orientação de nossas memórias do passado e de nossas esperanças e medos do futuro. Falar de si para si mesmo é como fabricar uma história de quem e o que somos, o que aconteceu e por que fazemos o que estamos fazendo (BRUNER, 2014, p. 74).

Nossa memória é feita de conexões particulares, individuais. Cada um tem a sua, mas todos criam ligações que fortalecem as lembranças ou as esmaecem conforme as demandas emocionais do sujeito. Dessa forma, as memórias se amparam em objetos, no outro, em lugares e onde mais o engenho das lembranças encontre repouso.

Para esta pesquisa, o *lugar* surge como repositório de memórias e torna-se tema de necessária reflexão, por ser espaço onde o homem age e, em decorrência, poderá forjar experiências ou afetar de sobremaneira o vivido. Delinear uma ideia para lugar é aproximar-se mais de simbologias do que de uma geografia física.

A definição de lugar não é recente. Aristóteles já havia tratado do tema na Antiguidade, sendo revisitado por Bergson (2013, p. 15), segundo o qual “[...] a existência do lugar é algo bem determinado. [...] De todas as coisas, quaisquer que sejam, dizemos que estão

algures. [...] Aliás, corpos que se sucedem uns aos outros já são testemunho suficiente de que, sob eles, há uma cena imóvel à qual chegam uns após os outros”.

O percurso realizado pelo filósofo põe *corpo* e *lugar* quase como grandezas ascendentes. Isto é, o corpo é uma justaposição de partes, muitas delas vistas no conhecimento popular como âmbito de uma atuação específica. Assim, a racionalidade habita a cabeça; os sentimentos, o coração, por exemplo. Dessa redução de uma grandeza, é possível encontrar o conceito de *espaço*, dimensão onde os corpos acomodam seus haveres e fazeres, estabelecendo relações afetivas e de dependência social. Na medida em que esses corpos começam a movimentar o espaço, projetam extensões e criam entidades de forças opostas, como o *vácuo* e o *infinito*.

Certeau (1998) traz a essa definição de lugar as noções de coexistência, propriedade e estabilidade. No que diz respeito a espaço, o autor considera-o como o âmbito onde os indivíduos estabelecem e rompem relações, meio pelo qual se percebe a passagem do tempo, onde o contrato social é posto em voga.

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. (CERTEAU, 1998, p. 202).

Desta forma, os lugares e os espaços construídos neles se subscrevem narrativa-mente no cotidiano das pessoas e em suas histórias de vida. Se alguém falar sobre um encontro inesperado com algum amigo, que já não via há algum tempo, incluirá no relato, sem se dar conta, o lugar onde ocorreu o encontro. Da mesma forma, agirá uma mãe, por exemplo, contando sobre as brincadeiras de sua infância, em como o espaço era usado para servir à fantasia do momento.

Essa experiência é relação com o mundo; no sonho e na percepção, e por assim dizer anterior à sua diferenciação, ela exprime “a mesma estrutura essencial do nosso ser como ser situado em relação com um meio” – um ser situado por um desejo, indissociável de uma “direção da existência” e plantado no espaço de uma paisagem. Deste ponto de vista, “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”. A perspectiva é determinada por uma “fenomenologia” do existir no mundo (CERTEAU, 1998, p. 202).

Toda narrativa depende do esquema “quem, o quê, onde, como, quando e porquê” para que o relato não sofra perdas de sentido. É como se aquele elemento externo valorasse o que está sendo contado. No caso da narrativa de vida, o lugar onde as memórias se formaram

é cenário, ou seja, recurso narrativo que localiza os fatos num espaço referenciado - método que aproxima e transporta figurativamente o leitor/ouvinte para a ação. Em um nível mais profundo, o espaço faz-se testemunha do vivido, numa espécie de personalização do sensível. O lugar é, pois, guardião de lembranças. “Todo relato é um relato de viagem - uma prática do espaço” (CERTEAU, 1998, p. 200). De tal prática, emerge a identidade dos sujeitos, suas relações e suas histórias.

O projeto da casa, as regras da residência, os guardiões da aldeia, os altares, as praças públicas, o recorte das terras corresponde para cada um a um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições cujo conteúdo é, ao mesmo tempo, espacial e social. Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual (AUGÉ, 2012, p. 52).

O espaço para a ação humana serve como uma redução do lugar. Por exemplo, uma cidade é composta por bairros - centro e residências, basicamente. Nessa configuração, a cidade é o lugar - dotado de estabilidade - e os bairros, os espaços - “unidade polivalente” e sem estabilidade (CERTEAU, 1998, p. 202).

O termo “espaço”, em si mesmo, é mais abstrato do que o de “lugar”, por cujo emprego referimo-nos, pelo menos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-mito) ou a uma história (lugar histórico). Ele se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre duas coisas ou dois pontos (deixa-se um “espaço” de dois metros entre cada moirão de uma cerca), ou a uma grandeza temporal (“no espaço de uma semana”). Ele é, portanto, eminentemente abstrato [...] (AUGÉ, 2012, p. 77).

A memória narrativizada enriquece o diálogo ao retomar o *lugar*, como plano no qual o coletivo e o particular interagem para a criação de uma entidade significativa no discurso do eu. Embora o eu memorialístico esteja de posse simbólica dos espaços onde se deu o vivido, tal propriedade é também figurativa em nível social.

Por mais associado que tal espaço esteja à história de uma pessoa, existe uma predominância legal que impede a posse universal e irrevogável de qualquer propriedade, uma relação estabelecida ancestralmente pela instituição do direito como força de organização social. Um mecanismo que absorve individualidades em prol da coletividade. “Não há direito que não se escreva sobre os corpos. Ele domina o corpo. [...] Do nascimento ao luto, o direito se ‘apodera’ dos corpos para fazê-lo seu texto” (CERTEAU, 1998, p. 231).

Assim, refletir o lugar, em particular aquele que se constrói nos grandes centros, e os espaços de extensão dos corpos aponta para outras ponderações sobre a ocupação urbana das cidades e como ela se instala na rotina dos indivíduos. Desta forma, o lugar se abre para a

construção de *não lugares*, espaços físicos onde a extensão humana se dá pela “[...] circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios ou os grandes centros comerciais” (AUGÉ, 2012, p. 36).

No que se refere às grandes cidades, existe uma necessidade de chegar mais rápido onde quer que seja. O *não lugar* leva o ser humano a estar perto de *tudo*, vocábulo categorizado como pronome *indefinido*, assim como são as pessoas que se dirigem a esse espaço disforme, pois ele só se destina ao trânsito, à passagem facilitada. De habitantes de espaços na cidade, os indivíduos vão a passantes nos *não lugares*.

Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, [...] cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem [...]. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (CERTEAU, 1998, p. 171).

O não lugar é também uma forma de exercício do espaço. Não pode ser confundido com o vazio, pois serve a um propósito específico para o qual foi criado, estando aberto a aprimoramentos que facilitem seu propósito de existir, que é garantir o trânsito. Nesses espaços, o ser humano continua a praticar suas extensões e interações. O que se visa é o acesso e a comunicação entre polos, algo que sugeriria que o *não lugar* não é somente físico, ele se encontra também na virtualidade.

Os não lugares [...] são a medida da época; medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados “meios de transporte” (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição, a medida complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo (AUGÉ, 2012, p. 74).

Existe alguma semelhança no discurso de veneração às tradições em relação ao discurso individualista da pós-modernidade. Ambos operam sobre as bases da sobrevivência de um modo de vida para o “bem” da cultura a qual serve. A diferença é que o eu da tradição era um modelo internalizado, fixado na memória social, enquanto que na *modernidade tardia* (HALL, 2014), o eu é fugidio e se encontra na transitoriedade das práticas e objetos da cotidianidade. Indefinida é a identidade do sujeito pós-moderno, fragmentado,

[...] composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades que compunham as identidades sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2014, p. 12).

Para tal realidade, no entanto, de um quase esfacelamento do eu, podem surgir novas condutas concentradas em escapar da artificialidade de vidas automatizadas. Ao individualismo tem se somado um senso de autenticidade guiada por crenças, que desafiam a velocidade oferecida pelas novas tecnologias. Para chegar a um nível satisfatório de vivências autênticas, muitas pessoas optam não somente por rever posturas, mas também por sair em busca de novas paisagens e experiências.

Para ser habitado de sentido, o lugar precisa estar fixado em pensamentos ou sentimentos significativos para o humano. São os sujeitos que atribuem abstração necessária para que um lugar se transforme em “espaço existencial”. Esse é “[...] um termo que compreende as relações básicas entre o homem e seu ambiente, entre o espaço e o caráter, de acordo com as funções psíquicas básicas de orientação e identificação” (REIS, 2017, p. 112).

Ter espaço num lugar se relaciona com habitá-lo fisicamente, naturalizando um território específico, delimitado por práticas, memórias, aspirações. “É o lugar onde cada um se identifica e relaciona com o mundo e que está rodeado de caráter de símbolos” (REIS, 2017, p. 113).

O que garante essa carga simbólica que faz de uma determinada região, localidade, sítio, a designação de espaço é que ele esteja ocupado, que ali a presença humana faça habitação.

Esta experiência de conscientização do lugar torna-se assim parte existencial do próprio homem, nas coisas mais simples, já que nos referimos sempre a atos, fatos e ocorrências de um lugar específico presente em nossa memória. Afinal, das maneiras mais variadas, sempre relacionamos ações aos lugares onde eles ocorreram. Dessa forma, também podemos dizer que a “arquitetura é o nosso principal instrumento de orientação no mundo” (PALLASMAA, 2013, p. 121).

Pensar nas edificações é mais do que refletir sobre um conjunto de cômodos organizados em uma residência. A casa proporciona o abrigo aos corpos e, em outra medida, às subjetividades. A importância que um lugar de morada ganha na vida de uma pessoa, culturalmente, é valor legado às gerações que se sucedem. É muito mais que um imóvel para o qual se busca a posse. É a gratificação pelo esforço de uma vida, recompensa onde o eu não deve

sofrer julgamento por suas atitudes, onde verá perdurar suas tradições familiares e costumes pessoais. A construção de um espaço físico é que estrutura a projeção do espaço simbólico para o que se foi, para o que se é e para o que virá.

Dessa dimensão existencial do lugar habitado concretiza-se uma identidade ancorada a uma noção internalizada de pertencimento. O que de importante ou de corriqueiro ocorre na vida de qualquer ser humano só ganha consistência na ancoragem de um cenário palpável e tangível.

As texturas, os cheiros, a temperatura da cor e da luz, a sonoridade dos ambientes e a carga latente da relação advinda por entre esses sentidos, surgem e impregnam as edificações como verdadeiros materiais de construção, erguendo um lugar sensorial cuja materialidade é desinibida, poética e envolvente, mais palpável do que tectônica (REIS, 2017, p. 116).

Sem esses elementos, que, mais do que de identificação, são de enraizamento, o homem não apenas está desprotegido. Ele perde o referencial físico de sua localização significativa. Quando abrigado num lugar que se perfaz em seu espaço existencial, o sujeito funda em si um sentido que o relaciona consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

No início, o lugar se apresenta como uma totalidade dada espontaneamente experimentada, e no final aparece como um mundo estruturado e limitado, inspirado pela análise dos aspectos de espaço e de caráter, no qual nos orientamos e apoderamos do ambiente circundante. A plasticidade e imaterialidade de um lugar em si é tão móvel como o próprio tempo, variando com os indivíduos, com os povos, com as épocas e, principalmente, com os pontos de vista e as ideias dominantes (REIS, 2017, p. 117).

A resolução de necessidades urgentes de satisfação, seja do sujeito como ser particularizado, seja em suas demandas coletivas, alia-se à passagem do tempo para dar firmeza à posse simbólica de um lugar. Residir num lugar torna-se significativo para o eu quando uma medida de tempo é adicionada à repetição de eventos e circunstâncias, fazendo rotinas de movimento e inação. O passar do tempo é indicado não apenas por aquilo que foi vivido, mas também pelo *onde* foi vivido. É a forma como os indivíduos materializam suas memórias, aportadas num espaço como se temessem perdê-las.

Através do tempo em que se vive num lugar, afetos são alimentados, hábitos são consolidados. Permite-se a procriação, proteção e defesa de seus habitantes, sedimentando nas paredes e no chão de uma morada, as referências que se configuram no eu, as lembranças de uma vida. Tudo isso conectado ao espaço, que sofre um processo de personalização para lhes servir de testemunho.

Seja na escala da cidade ou na escala da casa, as edificações criadas pelo homem, além de serem exteriorizadas e extensões das funções corporais humanas, também são extensões e projeções mentais; elas são exteriorizações de nossa imaginação, memória e capacidade de conceitualização. As cidades e as edificações, assim como outros objetos feitos pelo homem, estruturam nossas experiências existenciais e lhes conferem significados específicos (PALLASMAA, 2013, p. 119).

A significação específica outorga a sensação de segurança, entrelaçando o interno ao externo. Isto é, o lugar físico dá a ancoragem subjetiva do eu, amplia os espaços onde os sujeitos agem e interagem e cria comunhão de vivências e valores. Os sujeitos se deslocam de seu espaço individual para confluírem entre si, solidarizando-se em experiências coletivas.

É o trânsito constante da interação. Um movimento que diferencia conceitualmente o substantivo *habitat* do verbo *habitar*. Habitat em que naturalmente as condições físicas e geográficas favorecem a vida e seu desenvolvimento. A permanência em determinado local depende da circulação de vantagens existentes fora para garantir a subsistência física dos organismos. Do contrário, os seres partem em busca de outras paragens com maior disponibilidade de recursos. Não existe uma interferência naquele lugar para que se torne mais adequado às necessidades de sobrevivência.

O *habitar* humano se relaciona a aspirações, intervenções e experiências, amalgamadas para corresponder demandas e particularizar o lugar. É preciso tanto recursos materiais quanto idealizações pessoais para fazer de uma região, de um território, moradia de diversas subjetividades.

Nessa inter-relação permitida pelo sentido do *habitar*, ganha relevo a influência exercida pelas narrativas de uma vida. Um lugar de memória não é feito somente do que nele já existe. Sua significação é atribuída pelas ações humanas na formação de dimensões existenciais.

Mas não é só a casa, as coisas de dentro da casa também se agarram esses sujeitos. A panela de pressão, o botijão de gás, o fogão, a máquina de lavar, o reboque do banheiro, o azulejo até a metade da cozinha, cada pequeno fragmento é contado como componente da história de um lugar que é também a história das pessoas. A casa e a vida das pessoas se entrelaçam de maneira singular: seus nós são apertados, cada “coisa” da casa diz “outra coisa” das pessoas que a habitam (BELLAN, 2007, p. 67).

Portanto, não apenas a casa, mas também tudo o que nela existe, pode ser objeto de significação. Revisitar esses pormenores, revisitar eventos, é reviver sentimentos, é trazer de volta sensações vividas com expectativas diferentes no momento presente. Não importa a duração de uma vida: sempre que alguém se dispõe a narrar o vivido, essa pessoa, quase que automaticamente, retornará a algum momento chave, a um ponto de ruptura, acontecimento

desencadeador da mudança no decurso habitual da vida. Esse ponto de ruptura, nas narrativas de vida elencadas para este estudo, é a notícia da construção do Rodoanel Mário Covas e, por consequência, o fenômeno da desapropriação. Desenvolvemos essa discussão no Capítulo 6 deste estudo.

Como vimos, o objetivo deste capítulo foi trazer os fundamentos teóricos que sustentam esta investigação. Para isso, abordamos de modo geral os estudos linguísticos a partir da perspectiva estrutural até os estudos do discurso, apresentando alguns conceitos de discurso que convergem com a proposta semiótica greimasiana. Expusemos algumas categorias dessa teoria linguística que nos fornecem a base teórica necessária para fundamentar o segundo e o terceiro objetivos desta tese. Além disso, tratamos de discutir alguns elementos presentes na construção narrativa do eu, bem como o sentido do lugar e os não lugares, conceitos pertinentes à compreensão do eu em relação ao lugar onde viveu e onde vive. No próximo capítulo, apresentamos a metodologia empregada na pesquisa e os desafios enfrentados na construção de nosso objeto de estudo.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Iniciamos esse capítulo relatando como se deu uma das etapas que consideramos como a mais importante na construção de uma tese: a escolha de uma metodologia pertinente e adequada à abordagem, aos procedimentos de coleta e seleção dos dados e aos critérios de análise do objeto a ser investigado. Neste sentido, a escolha da metodologia se constitui num grande desafio, visto que a escolha por uma abordagem implica na renúncia de tantas outras que também poderiam ser adequadas para tratar o objeto investigado.

Combinar métodos de abordagem e procedimentos é um caminho árduo, permeado de incertezas e (des)construções que por vezes angustia o pesquisador novato. Mas não seria isso fazer ciência? Como afirma Andrade (2019, p. 4), “a Ciência não é o espaço da certeza, mas da dúvida, da insegurança”. Não existe fórmula pronta. Portanto, o método é construído durante toda a investigação, sendo ajustado ao longo do caminho para atender às necessidades que o objeto da pesquisa nos impõe.

A princípio, trazemos de maneira didática as etapas percorridas na construção da tese, a fim de que isso possa auxiliar o pesquisador “novato” que esteja empreendendo uma pesquisa de doutorado. Não temos a pretensão de propor aqui uma “receita” que deve ser seguida a rigor, até mesmo porque o método é delineado a partir do que o objeto da pesquisa propõe. O que queremos com isso é fornecer um suporte, indicar um caminho que o pesquisador possa iniciar, para que ele próprio possa fazer as escolhas metodológicas que se adequem ao seu objeto de estudo.

4.1 O percurso de constituição do *corpus*

Esta pesquisa se iniciou a partir de uma minuciosa coleta de informações para uma compreensão geral do fenômeno da desapropriação, a partir da pesquisa documental. Em contato com a Ouvidoria da Dersa, foram disponibilizados diversos documentos, como boletins informativos sobre o andamento da obra e as ações do poder público em favor da população local, Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIMA/RIMA), arquivos particulares de organizações não governamentais (ONG's), como a Associação Cantareira, o Instituto Socioambiental (ISA) e a Oficina Cultural Maestro Juan Serrano; iconografia da Estância Jaraguá antes, durante e após a implantação do Projeto Rodoanel; mapas, vídeos, notícias e reportagens veiculadas pela mídia sobre a obra.

Ainda nessa fase de busca, empreendemos uma cuidadosa pesquisa bibliográfica a fim de obter informações referentes ao nosso tema de estudo. Para organizar esses textos em pastas no computador, seguimos dois critérios: categorização por nome de autor, quando o teórico/pesquisador tem várias publicações sobre o tema; ou por temática, quando se tratava de texto de vários autores sobre o mesmo tema. Essa tarefa simples nos proporcionou maior agilidade no manuseio e leitura dos textos. Além disso, adotamos o aplicativo *Dropbox*¹⁶, um aplicativo que oferece um serviço de armazenamento em nuvem, para que fossem mantidos em segurança e acessados a partir de qualquer computador com acesso à *Internet*. Realizamos uma nova pesquisa bibliográfica após a qualificação do projeto, a fim de aprimorar a construção de nosso objeto.

A fase mais desafiadora dessa coleta de informações foi, sem dúvidas, realizar a entrevista narrativa com os participantes, pois estes residiam, à época da pesquisa, na cidade de São Paulo e Região Metropolitana, enquanto a pesquisadora estava na região Sul do Ceará. Em outra situação, tal distanciamento espacial poderia inviabilizar a realização da pesquisa. Contudo, isso não ocorreu, pois realizamos a entrevista através do aplicativo *WhatsApp*, poupando-nos assim dos custos que seriam gerados em função do deslocamento do Nordeste até o Sudeste do país.

Para estabelecer um primeiro contato com essas pessoas, criamos uma página na rede social *Facebook*, a fim de compartilharmos fotos antigas do bairro e dos amigos. A partir desse primeiro contato, empreendíamos o convite para participar de nossa pesquisa, usando o aplicativo de mensagens privadas *Messenger*. Na abordagem inicial, geralmente conversávamos sobre fatos corriqueiros: família, carreira, lembranças passadas, até surgir o momento apropriado para inserir, na conversa, o assunto desta tese, a fim de formalizar o convite para ser participante da pesquisa.

Houve quem se prontificasse em participar de antemão, outros disseram que iriam pensar sobre o assunto (espécie de recusa polida). Alguns não se sentiram confortáveis para falar sobre o assunto. Inclusive uma dessas pessoas chegou a confidenciar que escrevera um diário sobre os últimos momentos vividos na casa, compartilhando conosco fotos das demolições, dos primeiros frutos da jabuticabeira que só agora, depois de trinta e sete anos, resolvera frutificar. Contou-nos sobre as lembranças de tudo o que ali vivera, as alegrias, os desafios da construção, que erguera com as próprias mãos. Qual não foi o nosso

¹⁶ O *Dropbox* é uma ferramenta bastante útil no armazenamento de dados em nuvem (*on-line*). Acesso através do link: <https://www.dropbox.com>

desapontamento quando indagamos se a participante poderia disponibilizar o diário para compor nosso *corpus* de pesquisa, ao que respondera não ser possível, pois havia destruído o diário. E encerrou a conversa com esta afirmação: “Eu quero apagar da minha vida aquela experiência”.

Após o primeiro contato via *Messenger*, em caso de aceite, trocávamos telefone para que a entrevista fosse mediada por mensagem de áudio pelo *WhatsApp*. Adotamos a modalidade de entrevista não-estruturada, que permite a livre expressão do entrevistado, enquanto garante a manutenção de seu foco pelo investigador (GIL, 2010).

Assim, conversamos com dez participantes sobre a experiência de desapropriação. A primeira entrevista foi utilizada para compor análise-piloto. Essa análise nos permitiu delinear os objetivos da pesquisa e apontar alguns pressupostos norteadores para definir o objeto de estudo, ainda do projeto de pesquisa.

Das dez narrativas coletadas, selecionamos três para transcrição e análise, pois estas apresentaram três perspectivas singulares de significar a experiência de desapropriação, as quais nos pareceram indicar três percursos narrativo-discursivos distintos, que poderiam se configurar como três caminhos possíveis de se discursivizar a experiência de desapropriação. Justificamos nossa decisão sob o argumento de que a própria natureza qualitativa da pesquisa e os objetivos delineados para esta investigação inviabiliza um trabalho de análise detalhada a partir de um *corpus* mais extenso.

Os áudios das entrevistas foram arquivados no *Dropbox* e depois convertidos para o formato *MP3* através de um conversor de áudio *on-line*¹⁷. Transcrevemos esses áudios com o auxílio de uma ferramenta de digitação por voz disponível no aplicativo *Word On-line*. Ao término da transcrição, realizamos a revisão do áudio transcrito. Essa estratégia permitiu maior celeridade nessa etapa da pesquisa.

Coletar narrativas de vida não se trata simplesmente de elaborar perguntas sobre a vida do participante e esperar que os sujeitos respondam mecanicamente. É uma tarefa que exige determinadas posturas por parte do pesquisador. Antes de tratar disso, porém, narramos na próxima sessão o percurso de construção de nosso objeto de pesquisa.

¹⁷ Site que converte gratuitamente áudios para qualquer formato, buscando os arquivos diretamente do computador, *Google Drive*, *Dropbox* ou de determinada *URL*. Acesso pelo *link*: <https://online-audio-converter.com/pt/>

4.2 A (des)construção do objeto de pesquisa: desafios do pesquisador novato

Como já dissemos, o processo de construção de um objeto de estudo numa tese de doutorado é um caminho marcado por incertezas, (des)construções e questionamentos. Durante a seleção do doutorado, havíamos proposto como *corpus* narrativas de vida de crianças com câncer, a fim de investigar as representações de si sobre a experiência da doença.

Entretanto, ao expormos nosso projeto durante a disciplina de Métodos de Investigação Linguística, fomos levados a pensar no fato de que esses sujeitos poderiam falecer em decorrência da doença ainda durante a pesquisa. Essa era uma questão que não havíamos pensado. A pesquisa com narrativas de vida requer uma aproximação com o sujeito durante a coleta, uma atitude de escuta atenta e interessada. Certamente, poderíamos estabelecer vínculos com essas crianças durante a pesquisa. Movida por um sentimento de empatia, visto que também sou mãe de duas filhas adolescentes e, à época, estava gestante do primeiro filho, pensamos ser a atitude mais sensata não empreender uma investigação por esses caminhos.

Ainda interessada pela pesquisa (auto)biográfica, ocorreu-nos a ideia de adotar como *corpus* narrativas de vida sobre experiência de desapropriação, cuja justificativa já fora mencionada na introdução desta tese. Certamente, a escolha do *corpus* trouxera algum alívio, mas os desafios maiores ainda estavam por vir.

Diversas questões nos inquietavam, sobre as quais refletíamos nos momentos de divagação durante uma aula vaga, um trajeto de carro, durante uma e outra troca de fraldas, entre uma “lavagem de roupa ou de louça”: “Como analisar as narrativas dos desapropriados? Sob qual lente pretendemos olhar para essas narrativas? Qual perspectiva teórica se mostra adequada para delinear os objetivos da pesquisa? Onde nos ancorarmos para apresentar, de fato, uma contribuição teórica no campo da linguística?” Essa preocupação nos inquietou durante todo o processo de construção da tese. Os questionamentos e reflexões que empreendemos, tanto em momentos solitários, como em interação com os amigos do Grupo de Pesquisa em Linguística e Discurso Autobiográfico (GELDA) foram essenciais para a elucidação dessas questões.

Não tínhamos dúvidas de que se tratava de uma pesquisa qualitativa, visto que envolve o trabalho com crenças, hábitos, valores, representações, opiniões e atitudes. Como sabemos, a abordagem qualitativa tem por característica o estudo aprofundado de fatos e processos específicos próprios de indivíduos e grupos e é condição fundamental para a

imersão na subjetividade e no simbolismo, esferas intimamente relacionadas ao contexto social desse tipo de pesquisa. Através dessa abordagem, podemos conhecer as intenções e motivos a partir dos quais as ações adquirem sentido (PAULILO, 1999).

Além disso, a pesquisa qualitativa parte da observação e compreensão do fenômeno a partir do seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas, bem como permite compreender a complexidade das atitudes, emoções. Seu objetivo principal é explorar, compreender e explicar o fenômeno, partindo de informações de caráter subjetivo, que aqui denominaremos simplesmente de dados (MINAYO, 2007).

Em busca de um método adequado a uma abordagem indutiva de análise, encontramos em Bertaux (2010) e em Smith e Osborn (2003) as diretrizes para um olhar destituído de um juízo de valor, a fim de delinear, ainda que de modo preliminar, os primeiros esboços do que se poderiam configurar como as questões de pesquisa. Surgiriam, a partir daí, os primeiros significados emergentes das narrativas, que nos permitiu esboçar os *insights* iniciais do que se configurariam como os objetivos da pesquisa e os indícios teórico-metodológicos, que serviriam para a elaboração do projeto-piloto.

Nessa tarefa, uma ferramenta essencialmente útil nessa tarefa foi o Quadro Norteador de Pesquisa (QNP)¹⁸, proposta metodológica desenvolvida por Araújo, Pimenta e Costa (2015) que tem por objetivo auxiliar o pesquisador na construção do objeto de estudo. O QNP permitiu-nos construir o objeto a partir da formulação das questões, hipóteses (pressuposto norteador, no nosso caso) e objetivos da pesquisa. Essas informações, dispostas em um quadro, puderam ser retomadas sempre que nos sentíamos desorientadas, ou reformuladas, quando um dado novo implicava num ajuste dos objetivos. Tal exercício de elaboração e reelaboração foi apenas o começo de uma empreitada, que se repetiu durante os longos anos de desenvolvimento desta tese. Como dissemos no título desta sessão, o processo de construção de um objeto de estudo é um caminho de (des)construção, de idas e vindas, de ajustes e desajustes, em que o pesquisador, ao passo que lida com essas dinâmicas, constrói-se, também, a si mesmo como cientista.

Agora que apresentamos os desafios inerentes à tarefa de construção do objeto de pesquisa, apontamos no Quadro 02 três perspectivas teórico-metodológicas, que orientaram a

¹⁸ O Quadro Norteador de Pesquisa (QNP) “é uma ferramenta de construção de objeto de pesquisa que parte de um modelo didático para o ensino do gênero projeto de pesquisa. [...] Constitui-se numa ferramenta inovadora que contribuiu para a elaboração de bons projetos, podendo ser útil, não só aos aprendizes, mas também àqueles que já tenham experiência”. Para mais detalhes sobre essa metodologia, sugerimos a leitura do artigo de Araújo, Pimenta e Costa (2015), disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015115>>.

construção de nosso *corpus* e estabeleceram os critérios de interpretação das narrativas de vida.

Quadro 2 - Perspectivas teórico-metodológicas adotadas na tese e seus respectivos autores

PERSPECTIVAS TEÓRICO- METODOLÓGICAS	CONCEITUAÇÃO	AUTORES
ETNOSSOCIOLOGIA	Define o conceito de narrativa de vida, defende uma abordagem indutiva de análise dos dados e aponta os critérios de amostragem.	Bertaux (2010)
ANÁLISE FENOMENOLÓGICA INTERPRETATIVA (IPA)	Estabelece os critérios de abordagem indutiva e as orientações para o pesquisador interpretar as narrativas a fim categorizar o discurso do desapropriado.	Smith e Osborn (2003)
SEMIÓTICA DISCURSIVA	Dispõe de um modelo de análise que entrelaça tanto as estruturas narrativas quanto discursivas, ao considerar os mesmos princípios epistemológicos e metodológicos para ambas as análises.	Barros (2002) Fiorin (2011)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme exposto no Quadro 02, elencamos Bertaux (2010) para fundamentar o conceito de narrativa de vida e justificar as razões de nossa escolha por uma abordagem indutiva de análise dos dados, segundo a ótica da Etnossociologia. Recorremos à Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA) de Smith e Osborn (2003), que estabelece os critérios de interpretação das narrativas a fim de que o pesquisador possa empreender as generalizações e formular as categorias interpretativas. Essas generalizações, fundamentadas *a posteriori*, pela

Semiótica Discursiva, apontaram para as categorias que emanam do discurso dos desapropriados.

Na próxima sessão, vamos tratar da narrativa de vida sob a ótica da Etnossociologia, seguindo a ordem lógica apresentada no Quadro 02. Não escolhemos essa proposta de modo aleatório, mas porque a abordagem etnossociológica dialoga com os critérios para a interpretação das narrativas de vida segundo a IPA.

4.3 As narrativas de vida na ótica da Etnossociologia

No âmbito da epistemologia dos estudos (auto)biográficos, diversos gêneros textuais ganham notoriedade, tornando-se objeto de interesse investigativo, tais como a autobiografia, narrativa autobiográfica, relato de vida, histórias de vida, narrativas de si, narrativas de vida, entre outras. Não nos cabe aqui adentrar esse universo, apenas delimitar nosso entendimento acerca do nosso *corpus* de estudo: as narrativas de vida.

Segundo a abordagem etnossociológica, que tem no pesquisador francês Daniel Bertaux seu principal representante, a narrativa de vida é a narração que o sujeito compõe de si sobre uma experiência de vida ou parte dela. “A narrativa de vida, como testemunho da experiência vivida, traz, entre outras, a dimensão temporal, *diacrônica*, que é também a da articulação concreta, na ação, de “fatores” e de mecanismos muito diversos” (BERTAUX, 2010, p. 31, grifos do autor).

Nesse sentido, não nos interessa a vida inteira do sujeito, desde quando nasceu até o momento presente, mas o recorte que ele faz de sua experiência vivida com o fenômeno da desapropriação, num movimento de reflexão do eu de hoje, lançando um olhar ao eu de outra em sua relação com o outro e o mundo, levando em conta a dimensão temporal e outros atributos inerentes ao gênero discursivo. Diante disso, não adotaremos o termo “história de vida” em nosso estudo, pois o próprio Bertaux (2010) afirma que tal acepção indica uma espécie de autobiografia completa do sujeito, ao passo que nosso intuito é perceber as construções discursivas do sujeito sobre uma realidade social específica: a desapropriação.

Bertaux (2010) justifica seu interesse pelas narrativas de vida no fato de que estas apontam para um retorno à “curiosidade pelo outro e pelo Outro, outras experiências vividas, outros meios e grupos sociais, até mesmo por outras sociedades” (BERTAUX, 2010, p. 11). Por essa razão, as narrativas de vida vêm ganhando relevo, pois nos permite investigar os fatos sociais a partir do olhar interpretativo que os sujeitos trazem de suas realidades.

Portanto, as narrativas de vida são um gênero textual específico, que tem por característica articular a narração autobiográfica acerca de uma experiência e refletir sobre os fatos narrados. Desse modo, o discurso dos sujeitos pode apontar para determinadas especificidades, dado seu caráter subjetivo, resultantes de suas relações socioculturais. Queremos dizer com isso que, a depender das experiências que se acumulam, as narrações sobre um determinado fato podem diferir a partir da maturidade ou da reflexão dos sujeitos. Diante disso, precisamos levar em conta as demandas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos, como a idade, trabalho, estudo, classe social, preferências pessoais, entre outras questões da vida do sujeito, que podem influenciar em sua narração.

As narrativas de vida tratam de fenômenos coletivos, que se inserem no campo dos estudos de caso, pois se assentam “sobre um teor delimitado de atividades sociais e mergulham com ‘intensidade’ na espessura de suas camadas sucessivas” (BERTAUX, 2010, p. 3). Essa concepção também é defendida por Gil (2002, p. 54), para quem o estudo de caso se configura “como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”.

O estudo de caso permite observar situações da vida real, preservar a unidade do objeto e descrever o contexto que o determina a fim de formular hipóteses, o que converge para a abordagem indutiva de pesquisa. Desse modo, é possível, a partir do estudo de caso, “proporcionar uma visão global do problema ou [...] identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55). Nessa perspectiva metodológica, portanto, os fatos sociais são analisados dentro dos contextos em que acontecem e a partir dos sujeitos que os vivenciam.

Ao contrário do que propõe os métodos ditos tradicionais de pesquisa, que objetivam comprovar interpretações pré-formuladas, ou seja, as hipóteses de pesquisa, baseadas em uma perspectiva teórica pré-estabelecida, o pesquisador que faz opção pela perspectiva etnossociológica vai a campo ciente de seu desconhecimento acerca do fenômeno investigado. Isso quer dizer que a abordagem etnossociológica não requer do pesquisador um pré-estabelecimento de teorias para serem confirmadas pelos dados da pesquisa, pois o que se busca é compreender como as subjetividades se configuram diante dos fatos analisados. A partir dessa postura indutiva, o pesquisador debruça-se sobre as narrativas, a fim de tecer generalizações, que possam servir de uma teorização acerca dessas subjetividades. Nesse sentido, a perspectiva etnossociológica

[...] não têm mais a *vocação* de verificar hipóteses, mas permitem ver como ‘funciona’ um mundo social ou uma situação social [...], [pois fornecem] uma descrição em profundidade do objeto social, que considera suas configurações internas de relações sociais, suas relações de poder, suas tensões, seus processos de reprodução permanente, suas dinâmicas de transformação (BERTAUX, 2010, p. 31, grifos do autor).

Justamente por essa razão, optamos por essa abordagem nesta pesquisa. Como sabemos, o objetivo de uma tese de doutorado é apresentar uma contribuição teórica e/ou metodológica sobre determinado objeto de estudo. Nosso cuidado, aqui, é empreender, de fato, aquilo que se espera de tese de doutorado. Ao contrário da dissertação de mestrado, cujo resultado é uma análise de determinado *corpus* a partir de uma teoria estabelecida a priori, a tese segue uma lógica inversa: o pesquisador elege um *corpus* para trazer uma contribuição teórica ou desenvolver uma nova teoria. Esta é uma abordagem indutiva de análise. Aquela, dedutiva. Nessa perspectiva, percebemos que a Etnossociologia é uma abordagem adequada às pesquisas de doutorado, por estabelecer princípios de abordagem indutiva de análise de narrativas de vida.

Salientamos, portanto, que as narrativas de vida são imprescindíveis na compreensão de fenômenos coletivos na pesquisa etnossociológica. Conforme vimos, a pesquisa etnossociológica se realiza a partir de narrativas de vida, que entendidas por Bertaux (2010) como fontes autobiográficas. Assim, percebemos que adotar tais fontes não implica estudar a individualidade, mas compreender as construções sócio-históricas e culturais percebidas pelas subjetividades dos sujeitos. Elucidadas essas questões, pontuamos, na próxima sessão, os critérios adotados para uma análise hermenêutica das narrativas de vida.

4.4 Critérios de análise das narrativas de vida

Antes de adentrarmos nos critérios de análise das narrativas de vida, vemos a necessidade de tecer algumas considerações sobre a Fenomenologia, corrente filosófica que se desenvolveu no século XX e teve como precursor o filósofo alemão Edmund Husserl (GIL, 2002).

A Fenomenologia tem como princípio a compreensão da dinâmica da construção de significados do homem em sua relação com o mundo vivido e com a própria experiência de ser no mundo. Entende-se por mundo, nesse contexto, não apenas o meio físico, mas tudo aquilo que circunda o sujeito e estabelece uma relação de significado.

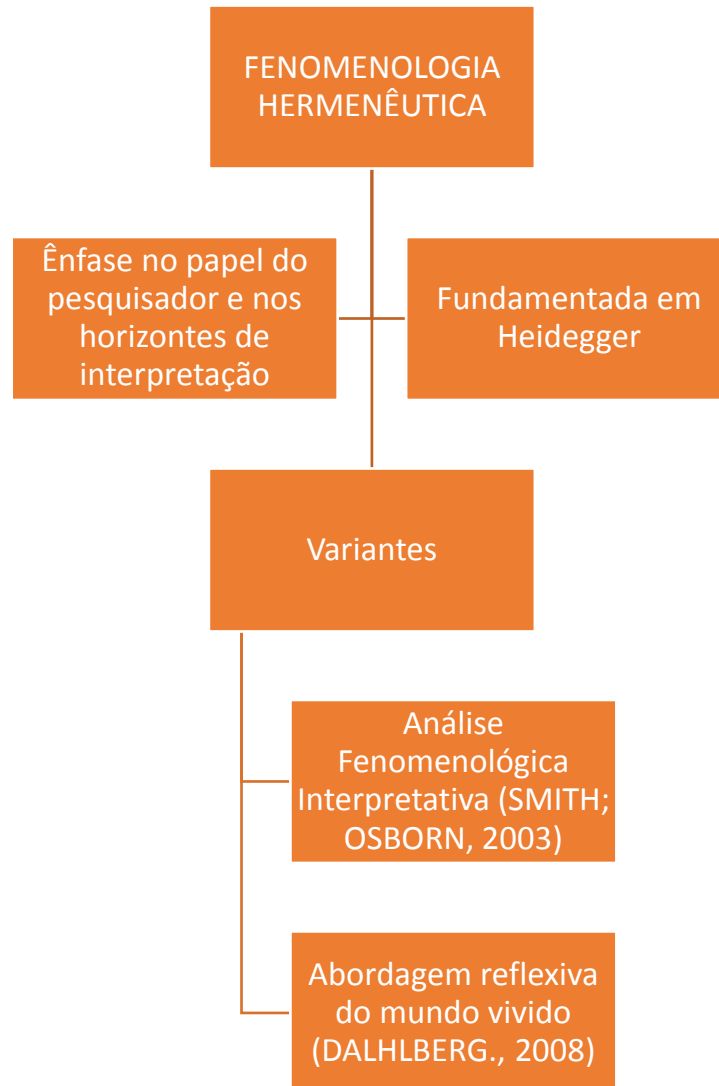
Inspirada nessa corrente filosófica, o método fenomenológico é uma postura investigativa, uma forma de abordar um determinado objeto de pesquisa, com ênfase na

compreensão da experiência vivida. Para a compreensão de um objeto de estudo, o método fenomenológico considera a trajetória histórica do sujeito, centrando-se na sua relação sujeito-objeto-mundo. Essa abordagem requer do pesquisador uma atitude fenomenológica, ou seja, uma postura aberta, receptiva, suspendendo qualquer juízo de valor e concepções que possa ter. Percebemos, nessa abordagem, um diálogo com a Etnossociologia de Bertaux (2010), segundo a qual o pesquisador precisa estar destituído de hipóteses prévias ao abordar as narrativas de vida.

A partir de um estudo realizado por Gil (2010), em que considerou as contribuições teóricas dos pesquisadores que se dedicam à pesquisa fenomenológica, convém ressaltar que o método fenomenológico não é um método de procedimento. Trata-se uma abordagem, uma postura investigativa que o pesquisador assume diante do objeto investigado e tem como característica a flexibilidade. Essa abordagem nos pareceu novamente coerente com a perspectiva etnossociológica de Bertaux (2010), que de igual modo tem como premissa uma postura indutiva de abordagem das narrativas de vida.

Mesmo diante de tais constatações, inquietava-nos o fato de não termos sequer uma orientação de como empreender uma análise interpretativa das narrativas coletadas. Prosseguimos com nossa busca e constatamos que o método fenomenológico divide-se em dois campos: a Fenomenologia Descritiva e a Hermenêutica (Figura 13). Esses dois campos se subdividem em diferentes vertentes metodológicas e variantes.

Figura 13 - Ramificações da Fenomenologia Hermenêutica



Fonte: Adaptado de Gil (2010).

A Fenomenologia Descritiva está centrada na descrição das experiências vividas. De inspiração husserliana, tem duas variantes: uma com enfoque na experiência vivida, explorada por Van Manen (1991) e outra que se concentra no mundo vivido, como os estudos de Ashworth (2003). Essa abordagem inspirou o trabalho de Van Kaam (1959), Colaizi (1978) e Giorgi (1985). Optamos por não adotar nenhuma dessas perspectivas em nosso estudo, pois nos interessa a compreensão e interpretação dos significados, que surgem a partir de nossa aproximação com o fenômeno.

A Fenomenologia Hermenêutica, fundamentada em Heidegger, dá ênfase no papel do pesquisador e nos horizontes de interpretação. Duas variantes surgem a partir dessa abordagem: a Abordagem Reflexiva do Mundo Vivido, de Dalhberg *et al.* (2008) e a Análise

Fenomenológica Interpretativa (*IPA*)¹⁹, de Smith e Osborne (2003). A primeira tende a descrever e explicar o mundo vivido de modo a ampliar nossa compreensão do ser humano e de sua experiência. A segunda vertente tem foco no indivíduo e busca compreender como determinada pessoa, em dado contexto, atribui sentido a determinado fenômeno. Por se alinhar com as questões de nossa pesquisa, optamos por adotar essa vertente em nossa investigação. Discorreremos sobre essa abordagem mais detalhadamente no próximo tópico.

4.4.1 A Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA)

Smith e Osborn (2003) definem como o objetivo da Análise Fenomenológica Interpretativa (*IPA*) explorar em detalhes como os participantes constroem o sentido do seu mundo pessoal e social. A principal tarefa de um estudo fundamentado na *IPA* é investigar os significados particulares, as experiências, eventos e estados vividos pelos participantes num determinado contexto social.

Essa metodologia está centrada na análise detalhada do mundo vivido pelo participante, cujo enfoque é explorar a experiência pessoal, com interesse voltado à percepção pessoal de um indivíduo em relação a um objeto ou evento, em oposição a uma tentativa de produzir uma indicação precisa do objeto ou do próprio acontecimento. Ao mesmo tempo, a *IPA* enfatiza que o exercício de pesquisa é um processo dinâmico, com um papel ativo para o pesquisador nesse processo.

Não se trata de um processo que depende exclusivamente do participante. Para se chegar ao sentido da experiência, também é imprescindível a presença do pesquisador. Para a *IPA*, o papel do pesquisador é fundamental para dar sentido ao mundo pessoal do participante, através de um processo de atividade interpretativa. Conforme ilustra Smith e Osborn (2003), esse processo interpretativo envolve dois estágios, ou seja, um exercício de dupla hermenêutica, a saber: a) os participantes dão sentido ao seu mundo; b) o pesquisador constrói o sentido que os participantes dão aos seus próprios mundos.

A *IPA*, portanto, está ligada à hermenêutica e às teorias de interpretação. É um método utilizado para abordar a narrativa de vida do participante, a partir de questões que o próprio pesquisador faz ao texto transcrito, a fim de obter uma análise detalhada do *corpus*. Nesse sentido, Smith e Osborn (2003) propõem algumas perguntas que podem auxiliar o processo interpretativo do pesquisador. São elas: O que a pessoa está tentando dizer aqui?

¹⁹A sigla vem do termo em inglês: *Interpretative Phenomenological Analysis*.

Tem algo implícito? Há alguma mensagem nas entrelinhas que talvez o participante disse se se dar conta? Neste sentido, interessa a essa abordagem compreender como os significados são construídos por indivíduos em seu mundo pessoal e social. Tais questões foram essenciais para nos orientar no exercício interpretativo de análise das narrativas de vida dos desapropriados.

Através das questões norteadoras da *IPA*, buscamos compreender, os significados que os ex-moradores revelam sobre a experiência de serem desapropriados e as construções discursivas que fazem de si, do outro e do lugar, a fim de analisar as categorias subjacentes às narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação, atendendo ao nosso primeiro objetivo de pesquisa. No próximo capítulo, apresentamos essa análise.

5 AS NARRATIVAS DE VIDA SOBRE A EXPERIÊNCIA DE SER DESAPROPRIADO

Atendendo ao primeiro objetivo de pesquisa, apresentamos neste capítulo a análise das narrativas, com o objetivo de analisar as categorias discursivas subjacentes às narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação, atendendo ao nosso primeiro objetivo de pesquisa.

Para tanto, adotamos uma postura indutiva de análise, guiando-nos pelas orientações de Smith e Osborn (2003), conforme já dissemos, no capítulo anterior. Assim, interessa-nos compreender os significados que os ex-moradores revelam sobre a experiência de serem desapropriados e as construções discursivas que fazem de si, do outro e do lugar. A partir dessa compreensão, elencamos as categorias discursivas que emergem das narrativas de vida.

5.1 Alice em: “Meu coração ficou lá”

Alice²⁰ sempre morou na Estância. Na época da entrevista, em setembro de 2016, contava com 31 anos, já casada e mãe de três filhos. Seus avós, nordestinos, foram uma das primeiras famílias a morar ali. A propriedade da família era grande, de modo que os filhos iam se casando e construindo suas casas no entorno da casa dos pais. “Eu nasci praticamente naquela casa de onde nós fomos desapropriados” (informação verbal)²¹. Mesmo tendo nascido no Hospital de Taipas, considera-se natural da Estância, pois seus pais já moravam ali quando ela nascera. Ali cresceu, casou-se e passou a morar numa casa aos fundos da casa de seus pais, junto do esposo e de seus três filhos.

Alice aponta como lembrança mais antiga da Estância o tempo de criança, quando brincava de casinha na casa de sua avó, agora já falecida. Recorda-se dos familiares que moravam todos por perto e dos vizinhos que considera como parte de sua família. Com nostalgia e tristeza, Alice narra sua história.

Percebemos no discurso de Alice uma idealização da infância. A infância dos tempos de outrora, quando brincava na rua até anoitecer, ao ar livre, correndo, andando de bicicleta na rua ou no amplo quintal da casa. Essa infância que vivera também pôde ser vivida

²⁰ Nome fictício.

²¹ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

por seus filhos, pois, segundo ela, “ainda dava para viver ali”. “As crianças tinham liberdade de brincar, [...] ficavam à vontade no bairro para andar de bicicleta, ficava à vontade dentro de casa, dentro do quintal que era muito grande”. Agora está tudo diferente. A casa onde mora tem “um quintalzinho muito pequeno”. Os filhos menores não sabem andar de bicicleta porque não tem espaço. Também “não tem como andar de bicicleta na rua porque é um lugar muito movimentado, não tem como, é muito perigoso”.

Alice afirma que o processo de desapropriação foi “um processo muito demorado que aos poucos foi acabando com a saúde de todo mundo. [A] saúde psicológica, principalmente, e aí reflete no corpo”. A dor de perder o lar, onde construiu a própria história, “foi uma experiência traumática”. Além de saber que deveria desocupar a casa, as incertezas em relação ao futuro, tais como: onde iria morar, quando terminaria o processo, qual seria o valor da indenização, o processo burocrático em si, causaram danos à saúde física e psicológica. Tanto que Alice relata que alguns vizinhos faleceram durante o processo:

Alguns vizinhos muito próximos faleceram, não sei se você soube. O T*, que morava do lado da minha casa. O B* faleceu, o pai do J* e da D*, que morava na rua da minha avó, faleceu também. Tem muita gente que foi embora também, eu acredito que foi por causa do nervoso que passa, a tristeza e tudo o mais que afeta a mente, acaba afetando o corpo também, e acaba afetando tudo (informação verbal)²².

A participante acredita que o processo do Rodoanel “pesou bastante, porque as pessoas ficaram debilitadas, por causa da tristeza, da chateação, do nervoso, [era] pressão que subia, muita coisa envolvida, que eles nem imaginam”. Nesse sentido, percebemos no discurso de Alice que suas impressões sobre o processo de desapropriação expressa não só um luto simbólico, expresso pela dor de perder o lugar onde se encontrava materializada sua história de vida, como também um luto real, pois alguns de seus vizinhos morreram, cuja *causa mortis* a participante atribui ao estresse causado pela desapropriação. A dor de perder a casa, de ser obrigada a sair do lugar onde se construiu uma vida inteira, vai além da dor psicológica: perpassa a alma e penetra o corpo.

Na hipótese de ter de escolher entre a atual moradia e a vida na Estância, Alice assim expressa:

Eu não desapeguei da Estância, meu coração ficou lá. Eu fico triste cada vez que eu lembro que eu nasci lá, me criei lá, tinha vínculos com muitas pessoas lá, além dos meus familiares que moravam lá próximo, e as pessoas todas, cada uma, foi para um

²² Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *Whats App* em 07 de setembro de 2016.

lado, e a gente praticamente não tem tanto contato [...] (informação verbal)²³.

No discurso de Alice, notamos um sentimento de pertencimento ao lugar. Atribuímos a isso diversos fatores, como: a) Alice não viveu em outro lugar que não fosse ali; b) Havia a família por perto: avós, tios, primos de primeiro e segundo graus. “A gente vivia próximo, ia na casa da outra, mesmo que tinha cinco minutinhos, 10 minutinhos: ‘ai, eu vou lá ver, vou dar um beijinho na tia, um beijo nas primas, vamos conversar’. E ia. Agora não. Agora a correria da vida não deixa, a gente não se vê, quase não se fala”; c) Além da família, havia uma boa relação com os vizinhos, eram como se fossem família também. Alice mantinha um senso de comunidade e ajuda mútua com os vizinhos, sempre prestando favores uns com os outros: “A gente saía e falava: ‘dá uma olhadinha na minha casa?’. E o vizinho olhava. [...] Os vizinhos eram como se fossem da família também”; d) Além da família, dos vizinhos, o fato de ter vivido a infância ali e de ver seus filhos vivendo as mesmas coisas que fizeram parte de sua infância contribuem para que exista esse sentimento de pertencimento ao lugar, imprimindo marcas de sua própria subjetividade e revivendo essa subjetividade a partir da experiência dos filhos. Ainda nesse sentido, Alice retoma mais adiante esse discurso quando relata o dia em que recebera a ordem de remoção:

O dia da nossa mudança foi muito triste. Foi um dia que a gente olhava para as paredes da nossa casa e pensava: “Pôxa, a gente viveu tantas coisas aqui, e de repente ter que deixar tudo para ser derrubado”. Eram histórias que tinham ali. Não era o físico, sabe, era o emocional. Era muito mais que tijolo, era muito mais que piso, que laje. Era muito mais que isso. Era um vínculo que a gente tinha com aquele lugar, e com aquela casa que, assim, aquela casa tinha um quintal enorme, sabe? As crianças tinham liberdade de brincar, de, sabe? (informação verbal)²⁴.

Todas as histórias vividas são presentificadas na casa. Perder seu próprio chão é perder a si mesmo e seu lugar no mundo. Entendemos esse excerto de sua fala como a expressão de um luto simbólico. “Pôxa, a gente viveu tantas coisas aqui, e de repente ter que deixar tudo para ser derrubado”. A casa derrubada representa uma parte de si que se foi, que sucumbiu diante da demolição. Esse luto simbólico de revela por diversas vezes, como nestes excertos: “No dia em que eu vi minha casa derrubada, eu chorei, porque ali ficaram enterradas naqueles escombros muitas histórias. A minha história de vida ficou ali”.

A escolha vocabular da participante nos remete ao campo semântico da morte: “derrubado”, “enterrado”, “escombros”. Foi na Estância que Alice nasceu, como ela afirma no

²³ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

²⁴ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

início da entrevista. Foi também na Estância que Alice “morreu”, já que a sua história de vida ficou ali enterrada naqueles escombros. Não haveria mais uma representação do vivido. A participante não poderia mais situar sua história de vida no lugar, já que este deixaria de existir. A partir do discurso de Alice, inferimos que, ter uma história de vida significava ter os familiares, os amigos e a casa onde “nascera”, onde foi criada, se casou e tivera os três filhos. Ela evoca, nesse sentido, uma memória afetiva positiva, que está relacionada às pessoas com as quais convivia, às experiências e valores compartilhados na família e na comunidade. A casa não é apenas a representação material, feita de paredes, tijolos, piso, laje. A casa é a representação do vivido, porque traz as marcas da memória de Alice, advindas da experiência de toda uma vida construída a partir dos valores convivência em família, com a comunidade, da infância lúdica.

O fato de Alice nascer, viver a infância e a adolescência, casar, ter os filhos e criá-los no mesmo lugar onde crescera, permitiu-lhe a criação de um vínculo que, semelhante às plantas, criou raízes com o passar do tempo. Sair do lugar onde sempre vivera, e contra a sua vontade, provoca na participante uma crise de desenraizamento não apenas por interromper o decurso da vida já esperada para si, mas também por interromper o futuro desejado para os próprios filhos:

Dá dó deles. Então, são coisas que eles não vão viver. Poderiam, porque ali ainda dava para viver, [havia ainda na Estância] muita coisa boa, mas nossos filhos não vão poder viver isso [brincar na roça, brincar na rua até escurecer, soltar pipa no campinho] que a gente viveu, que marcou pra caramba e que ficou lá²⁵. [...] É muito triste você imaginar que sua infância ficou ali mesmo, sabe? Muito triste imaginar que seus filhos que estavam fazendo isso, participando já da infância na rua da casa da minha vó e tudo, não iam mais ver aquilo (informação verbal)²⁶.

O fato de Alice afirmar que “ali ainda dava para viver” deixa implícito que a Estância Jaraguá de sua infância não era a mesma da época anterior à desapropriação, algo que também é mencionado pelas demais participantes, como veremos mais adiante. Contudo, Alice não entra em detalhes, procurando focar seu discurso nas coisas boas do lugar, o que nos permite afirmar que a visão que a participante tem do lugar, é idealizada.

Em razão disso, o discurso de Alice aponta para uma impossibilidade de adaptação em outro lugar. Essa inadaptação fica evidente em diversos segmentos do seu discurso: “Eu não me adapto aqui onde estou. Não é um lugar ruim, mas eu sinto falta de lá ainda”; “Não me recuperei em relação à desapropriação”. Na época da entrevista, havia dois

²⁵Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *Whats App* em 07 de setembro de 2016.

²⁶Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

anos que se mudara da Estância. E enumera diferentes razões para essa inadaptação: saudade dos vizinhos, dos familiares, de não poder realizar certos trabalhos, porque não tem a quem delegar o cuidado dos filhos quando ausente, da impossibilidade de as crianças irem sozinhas para a escola, da falta de confiança nos vizinhos, de os filhos não poderem mais brincar na rua. E mais, a moradia atual não tem escritura registrada em seu nome. “Tem a escritura da área toda, mas teria que desmembrar, e é uma burocracia muito grande que a gente não tem dinheiro”. Há 20% do valor da indenização em poder da justiça e o valor ainda não havia sido liberado. Alice teme de ter de passar novamente por um novo processo de desapropriação. Todas essas razões contribuem para a impossibilidade de se adaptar à nova moradia.

A notícia da desapropriação para a passagem do Rodoanel representa o ponto de ruptura que atinge o decurso da vida habitual. Neste estudo, compreendemos a ruptura como o ato de romper, de maneira brusca, o decurso da vida, não necessariamente em sentido negativo, embora o tenha sido para Alice. Soubera da desapropriação através dos vizinhos. “Começou um boca a boca, os vizinhos começaram a comentar. Tinha um carro do Rodoanel [Dersa] que dava as informações lá em Taipas, próximo da Estância. As pessoas tomavam informação lá [...] e passavam para a gente”.

Eu fui informada sobre esse processo, na verdade, por um oficial de justiça. Porque todos estavam recebendo a convocação para ir até a Dersa, para poder resolver, para poder ver se [a gente] aceitava a oferta da Dersa, ou não. Só que a gente não recebia essa convocação. Foi complicado porque a gente foi ficando por último nas propostas. E fomos ficando preocupados. Mas quando a gente menos esperava, chegou um oficial de justiça na nossa porta falando sobre a desapropriação, que nós seríamos desapropriados, quiséssemos ou não, aceitássemos ou não. Nós teríamos que sair de lá da nossa casa, e o valor, assim, absurdamente baixo (informação verbal)²⁷.

Ao saber da desapropriação pela “boca dos vizinhos”, Alice diz ter se sentido “bastante desorientada e preocupada demais”. Sentir-se desorientada é sentir-se sem direção, perdida, sem rumo e isso gerou, na participante, um intenso estresse emocional. Sua família não foi notificada formalmente na instância administrativa, em que o poder público e expropriado deliberam sobre o valor da indenização e o ato da expropriação. O primeiro contato formal já foi feito pela 3ª Instância Judicial²⁸, como se ela já tivesse passado pelas duas instâncias e tivesse recusado um valor determinado pelo poder público. Alice se ressentiu de ter sido ajuizada, de ter sido indenizada com um valor tão baixo, mesmo tendo acionado um advogado. O ressentimento da participante se revela na narrativa através de um

²⁷ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

²⁸ Ver Figura 01 na página 31.

sentimento de injustiça em relação ao poder público e um sentimento de impotência ao lidar com o processo de desapropriação, via instância judicial.

E quando saiu o valor, saiu de acordo com o que o perito do juiz tinha colocado. A gente se sentiu muito triste, porque as pessoas que receberam ofertas da Dersa, diretamente da Dersa, saíram muito bem de lá, conseguiram comprar uma casa igual ou melhor. E a gente não, a gente não ia conseguir. A gente foi ajuizada nem sabe porque foi, porque a gente não deixou de aceitar uma proposta, eles simplesmente não fizeram. A gente não entendia o motivo porque pessoas com casas similares ou inferiores tinham recebido propostas tão altas, e a gente uma proposta tão baixa. Com todos os que foram ajuizados ocorreu a mesma coisa. Então foi muito triste para gente, muito preocupante. Eu ficava bastante preocupada com a minha mãe, porque ela não é tão velha, mas ela também não está numa idade para passar tanta preocupação. Foi uma experiência muito traumática para mim, eu fiquei muito mal. No meu trabalho, as pessoas vinham conversar comigo porque eu chorava muito. Foi assim bem complicado o processo (informação verbal)²⁹.

Os excertos destacados, além de revelarem a nostalgia, angústia, revolta e, ao mesmo tempo, a impotência de Alice diante da decisão final do Judiciário, denunciam o que parece ser uma disparidade entre os valores pagos pelos imóveis e suas benfeitorias. Tal posicionamento aponta para um sentimento de injustiça, ao considerar, que pessoas que possuíam casas similares ou inferiores a dela, foram indenizadas com um valor superior ao seu. Para a narradora, ter sido ajuizada acarretou na compra de uma casa em condições inferiores ao seu imóvel antigo. O poder público é representado, em seu discurso, como um ente dotado de intensa força coercitiva, que se vale disso para ameaçar as pessoas, tomar delas o que lhe é próprio - no caso a moradia – e que não cumpre as prescrições feitas na Lei de Desapropriação por utilidade pública. Ou seja, não pratica a justiça. Em seu discurso, mesmo a Justiça parece ser conivente com o Executivo, o que lhe deixa sem ter a quem recorrer.

Alice conta que seus familiares “estão todos espalhados”, morando em diferentes bairros periféricos e em cidades da RMSP. Ela faz referência a uma fotografia tirada no jardim da casa da Estância. Procurou a foto para nos enviar, mas não encontrou. “Mas assim que eu achar eu vou. É que o tempo é curto. Agora eu estou fazendo estágio, estou fazendo faculdade, tenho três filhos para cuidar, e casa. Está tudo bem corrido para mim. Espero que logo melhore. Mas é isso” (informação verbal)³⁰.

Neste sentido, a vida de Alice segue o seu curso. O trabalho, a faculdade, a rotina diária vai tomando seu tempo, na esperança de que as coisas melhorem. Quando nos desculpamos por evocar lembranças tão dolorosas, Alice afirma: “Não tem problema você

²⁹ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

³⁰ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

falar, é gostoso, faz tempo que a gente não conversa, é bom conversar” (informação verbal)³¹.

No Quadro 03, apresentamos um panorama geral contendo as categorias discursivas e subcategorias presentes na narrativa de Alice, bem como as principais expressões que demarcam sua ocorrência:

Quadro 3 - Categorias discursivas presentes na narrativa de Alice

CATEGORIAS DISCURSIVAS	SUBCATEGORIAS	EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS
Memória afetiva positiva	Infância	“A minha lembrança mais antiga lá na Estância era a minha infância mesmo, que foi muito boa ali naquele lugar”. “A minha lembrança mais antiga lá era realmente a minha infância, quando eu brincava na casa da minha vó, que era na rua detrás da minha rua”.
	Proximidade dos familiares	“Meus familiares todos moravam lá”. “A gente vivia próximo, ia na casa da outra, mesmo que tinha cinco minutinhos, dez minutinhos: ‘ai, eu vou lá ver, vou lá dar um beijinho na tia, um beijo nas primas, vamos conversar’. E ia. Agora não. Agora a correria da vida não deixa, a gente não se vê, quase não se fala”.
	Vizinhos como parte da família	“Os que não eram familiares eram como se fossem familiares, porque a gente convivia junto há tanto tempo”.
Desapropriação	Adoecimento do corpo e da mente	“O processo todo de desapropriação foi um processo muito demorado que, aos poucos, foi acabando com a saúde de todo mundo. A saúde psicológica, principalmente, e aí reflete no corpo. As pessoas vão ficando doentes. Enfim, foi complicado”. “Muito vizinhos queridos já faleceram, eu acredito que essa questão do Rodoanel pesou bastante, porque as pessoas ficaram debilitadas, por causa da tristeza, da chateação, do nervoso. Pressão que subia, muita coisa assim envolvida, que eles nem imaginam”. “Alguns vizinhos muito próximos faleceram, não sei se você soube. O T*, que morava do lado da minha casa. O B*, que morava na rua da minha avó, faleceu também”. Tem muita gente que foi embora também, eu acredito que foi por causa do nervoso que passa, a tristeza e tudo o mais que afeta a mente, acaba afetando o corpo também, e acaba afetando tudo”.
	Sentimento de perda	“Foi uma experiência muito traumática para mim, eu fiquei muito mal. No meu trabalho, as pessoas vinham conversar comigo porque eu chorava muito”.
	“Desempatia” por parte do poder público	“Eu fui informada sobre esse processo, na verdade, por um oficial de justiça. Porque todos estavam recebendo a convocação para ir até a Dersa, para poder resolver, para poder ver se aceitava a oferta da Dersa, ou não. Só que a gente não recebia essa convocação”.
	Força coercitiva do Estado	“Mas quando a gente menos esperava, chegou um oficial de justiça na nossa porta falando sobre a

³¹ Informação fornecida por Alice, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 07 de setembro de 2016.

		desapropriação, que nós seríamos desapropriados, quiséssemos ou não, aceitássemos ou não, nós teríamos que sair de lá da nossa casa, e o valor, assim, absurdamente baixo”.
	Oportunismo	“Apareceram vários advogados [que] prometiam mundos e fundos para as pessoas. [...] Estavam querendo se aproveitar das pessoas”.
	Insegurança	“A gente ficou muito preocupada, não sabia quando ia sair, não sabia se íamos ter dinheiro para comprar uma casa”.
Perspectiva negativa do fenômeno	Oposição ao discurso do poder público	“Eu não acho que é uma coisa assim que vá trazer tantos benefícios à população. Para minha vida, só trouxe malefícios, não benefícios”.
	Revolta	“É claro que é muito triste. Além de você sair de um lugar que não quer sair, um lugar que é seu, que você viveu toda a sua vida ali, você ainda tem que sair com uma merreca que não dá para nada”.
	Injustiça	“A gente foi ajuizada nem sabe porque foi, porque a gente não deixou de aceitar uma proposta, eles simplesmente não fizeram”. “A gente não entendia o motivo porque pessoas com casas similares ou inferiores tinham recebido propostas tão altas, e a gente tão baixa. Com todos os que foram ajuizados ocorreu a mesma coisa”. “Eu não me recuperei em relação à desapropriação. Tem 20% do valor que a gente não recebeu ainda. [...] São três anos de processo e a gente não recebeu ainda. [...] Quer dizer, é muito triste tudo isso, eu fico chateada sempre, sempre”.
	Impotência	“[...] chegou um oficial de justiça na nossa porta falando sobre a desapropriação, que nós seríamos desapropriados, quiséssemos ou não, aceitássemos ou não, nós teríamos que sair de lá da nossa casa”. “Nunca eu ia conseguir comprar casa nem inferior à que a minha mãe tinha”. “Quando saiu o valor, saiu de acordo com o que o perito do juiz tinha colocado. A gente se sentiu muito triste, porque as pessoas que receberam ofertas da Dersa, diretamente da Dersa, saíram muito bem de lá, conseguiram comprar uma casa igual ou melhor. A gente não, a gente não ia conseguir”
Sentimento de pertencimento	Casa como testemunho do vivido	“Eu nasci praticamente naquela casa de onde nós fomos desapropriados”. “O dia da nossa mudança foi muito triste. Foi um dia que olhava para as paredes de nossa casa e pensava: ‘Poxa, a gente viveu tantas coisas aqui, e de repente ter que deixar tudo para ser derrubado’”. “Eram histórias que tinham ali. Não era o físico, sabe, era o emocional”. “Era muito mais que tijolo, era muito mais que piso, que laje. Era muito mais que isso”. “Era um vínculo que a gente tinha com aquele lugar, e com aquela casa que, assim, aquela casa tinha um quintal enorme, sabe? As crianças tinham liberdade de brincar, de, sabe?”
	Apego à Estância	“Eu nasci lá”. “Eu não desapeguei da Estância, meu coração ficou lá”.
	Luto simbólico	“No dia em que eu vi a minha casa derrubada, eu chorei, porque ali ficaram enterradas naqueles

		<p>escombros muitas histórias. A minha história de vida ficou ali”.</p> <p>“[Havia ainda na Estância] muita coisa boa, mas nossos filhos não vão poder viver isso que a gente viveu, que marcou pra caramba e que ficou lá. Se você ver como está devastado lá você chora. Eu fui até lá e saí de lá mal”.</p> <p>“É muito triste você imaginar que sua infância ficou ali mesmo, sabe? Muito triste imaginar que seus filhos que estavam fazendo isso, participando já da infância na rua da minha vó e tudo, não iam ver mais aquilo”.</p> <p>“Muito vizinhos queridos já faleceram, eu acredito que essa questão do Rodoanel pesou bastante, porque as pessoas ficaram debilitadas, por causa da tristeza, da chateação, do nervoso. Pressão que subia, muita coisa assim envolvida, que eles nem imaginam”.</p> <p>“Alguns vizinhos muito próximos faleceram, não sei se você soube. O T*, que morava do lado da minha casa. O B*, que morava na rua da minha avó, faleceu também”.</p>
Crise de desenraizamento	Crise de desenraizamento Inadaptação na nova moradia	“Eu não me adapto aqui onde estou. Não é um lugar ruim, mas eu sinto muita falta de lá ainda”.
	Reclusão em relação à vizinhança atual	<p>“A gente não tem nenhum vizinho que a gente confie, e eu jamais confiaria mesmo, porque em 2 anos de convivência a gente não conhece ninguém”.</p> <p>“É uma coisa difícil você começar novamente do zero uma relação com pessoas, lidar com pessoas é difícil. Lá a gente sabia como eram as pessoas, aqui elas são totalmente diferentes, é uma outra cultura”.</p>
	Insegurança	<p>“E também em relação à segurança, porque não conheço quase ninguém aqui e a gente fica preocupada”.</p> <p>“Agora eu tenho que deixar de fazer coisas, deixar de trabalhar em tais horários, para poder cuidar das crianças, não deixar sozinhas”.</p>
	Moradia inadequada aos anseios pessoais	<p>“A gente mora num sobrado, são dois sobrados, que tem um quintalzinho muito pequeno. Eles [os filhos menores] não sabem nem andar de bicicleta sem rodinha, e lá meu filho mais velho teve oportunidade, sabe?”</p> <p>“Aqui não tem como andar de bicicleta na rua porque é um lugar muito movimentado, não tem como, e também é muito perigoso”.</p> <p>“Não tem como andar de bicicleta no quintal porque não tem quintal”.</p>
	Escola distante de casa	“Lá as escolas eram bem próximas, aqui já não são tanto, já não são tão próximas”.
	Distância dos familiares e amigos	<p>“Eu fico muito triste cada vez que eu lembro que eu nasci lá, eu me criei lá, tinha vínculos com muitas pessoas lá, além dos meus familiares que moravam próximos, e as pessoas todas, cada uma, foi para um lado, e a gente praticamente não tem tanto contato”.</p> <p>“Os vizinhos lá eram pessoas que a gente se entendia, a gente conversava. Aqui não é a mesma coisa”.</p> <p>“Lá eu estava muito próxima da família[...] e isso [a desapropriação] acabou complicando muito essa questão”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Portanto, o discurso de Alice revela a instauração de uma crise de desenraizamento diante da desapropriação do lugar onde nasceu, cresceu, viveu sua infância, tornou-se mulher, casou-se e constituiu para si uma família. Essa crise se evidencia na narrativa pela constante comparação entre o mundo vivido e bom de outrora, em detrimento aqui-agora, marcado pelos percalços e dificuldades. Na narrativa de vida de Alice, percebemos uma mulher que se sentia realizada no modo como a vida seguia o seu curso. A desapropriação, nesse ínterim, desencadeia o processo de crise.

5.2 Bárbara em: “Eu tinha vontade de vender e sumir dali”

Bárbara³², casada, costureira, mãe de quatro filhas, contava, à época da entrevista, com 58 anos de idade. Seus pais são migrantes nordestinos e descendentes de italianos. Quando se mudou para a Estância, “era só mato. Umas três casas e só. “Uma selva”. Nem rua havia, os moradores que iam, aos poucos, abrindo a rua. Diferentemente de Alice, que traz uma memória afetiva positiva do lugar, a visão de Bárbara sobre a Estância segue uma perspectiva diferente, focada nos desafios e dificuldades de viver ali, portanto, uma memória negativa do lugar.

Sofri muito, Paula. Porque quando chovia era só por Deus. Deus preparou um fusquinha para o [esposo]. Não podia chover, porque se chovesse os poucos vizinhos que tinham, tinham que levar o carro até lá em cima. Às vezes atolava nas valetas. Meu Deus do céu! Que sofrimento! Que sofrimento! Era sofrimento para sair de carro, era sofrimento para sair com as crianças a pé. Eu lembro que uma vez eu saí, estava quente, fui levar as meninas para escola, não tinha muita casa, fui levar até lá embaixo na Parada. Quando eu voltei, eu estava grávida, levei um tombo, furei o meu joelho nas pedrarias do chão. Fiquei ali de cama por vários dias, com aquele buraco no joelho, só por Deus (informação verbal)³³.

Como vimos, Bárbara menciona o atoleiro que o bairro ficava em decorrência das fortes chuvas que assolavam o trecho. Ela destaca a infraestrutura precária do bairro, que prejudicava o tráfego de veículos. “Era terrível. Era... Pensa numa rua cheia de buracos, quando chovia o carro caía naquelas valetas, que não dava nem para subir”. Apesar dos problemas concernentes à falta de infraestrutura no bairro, Bárbara reconhece a solidariedade das pessoas da comunidade, visto que “os poucos vizinhos que tinham” ajudavam a desatolar o carro, como também davam assistência uns aos outros quando necessitavam.

³² Nome fictício.

³³ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

Fiquei ali de cama por vários dias, com aquele buraco no joelho, só por Deus. Mas graças a Deus, os poucos vizinhos que tinham eram muito bons, porque, vendo eu daquele jeito, eu lembro que a [vizinha] foi em casa, cuidou, fez uns remédios de ervas, pôs no meu joelho, me ajudou ali, quer dizer, tudo assim, muito unido. Ali na Estância, o povo era assim, os poucos que tinham eram bem unidos. Quando ficavam sabendo de alguma coisa, sempre procuravam ajudar a gente (informação verbal)³⁴.

Embora não tenha como a lembrança mais antiga da Estância uma memória lúdica vivida no lugar, como foi o caso de Alice, Bárbara narra duas situações as quais ela chama de “lembrança boa”. Isso nos faz perceber que, para a participante, lembrança antiga seja associada a lembranças boas. Uma delas é a saudade das filhas pequenas que, apesar do trabalho dedicado ao cuidado, considera um momento prazeroso. Além disso, recorda-se com ternura dos momentos de ajuntamento com a “irmandade” da igreja da qual faz parte.

Agora, lembrança boa? As lembranças que mais me dão saudade são de quando as meninas eram tudo pequenininhas. Essas são as minhas lembranças boas que eu tenho muita saudade. De quando elas eram pequenas. Davam trabalho, mas foi muito bom, foi muito prazeroso. Também uma lembrança boa era de quando nós nos reuníamos depois do culto da Estância em casa. Você lembra disso? A irmandade toda? Foi muito bom, né? Né Paula? Lembranças boas! Todo mundo se reunia, qualquer coisa que tinha na igreja a gente se reunia tudo lá em casa. Foram lembranças muito boas, ter você junto de nós foi muito bom. Nós éramos bem simples, mas tudo para nós era festa, né? (informação verbal).

Para Bárbara, “lembrança boa” dá saudade, não tristeza de não ter mais aquele momento, pois ela sente falta do tempo em que as filhas eram pequenas e dos momentos em que recebia os irmãos da igreja em sua casa. Essas recordações falam mais de seu amor às meninas e seu engajamento na comunidade religiosa do que de um enraizamento ao local, sentimento inexistente discursivamente e corroborado pelo fato da família ter colocado à venda inúmeras vezes sua casa.

As dificuldades e limitações de se viver na Estância são postas em relevo pela participante, contrapondo-se ao pensamento de Alice, para quem “ainda dava para viver ali”. As dificuldades de se viver em um lugar “longe de tudo” a angustiava de tal modo que sua vontade não era apenas de ir embora, mas de “vender tudo e sumir dali”, ao contrário de Alice que em momento algum cita as limitações de se viver em um lugar como a Estância Jaraguá. O conselho do pai, relatado em tom profético, prenuncia uma possibilidade de escape daquela situação adversa. Esse conselho lhe dava forças para não vender a casa:

³⁴ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

Mas uma coisa eu me lembro muito bem: várias vezes eu coloquei o meu terreno à venda, e meu pai sempre falava para mim: "Filha, não desista, um dia o progresso vai chegar aí. Não desista!" Mas tinha hora que eu tinha vontade de vender e sumir dali, Paula, porque era longe de tudo, não tinha nenhum bar ali, só tinha o Expedito com uma vendinha lá embaixo, sabe? Tudo o que precisava tinha que ir lá embaixo na Parada comprar, lá no mercado. Que só tinha um mercado, era bem pouca gente ali. (informação verbal)³⁵.

Quando o asfalto chegou, houve intriga na vizinhança. Havia vizinhos solidários, mas também havia vizinhos problemáticos. Havia os problemas de acessibilidade e a falta de equipamentos públicos, mas também havia a solidariedade dos vizinhos, o “calor humano” dos membros da igreja e a saudade das crianças pequenas. Diferente do discurso de Alice, que relembra as experiências positivas, declarando que sua história de vida ficou enterrada na Estância, Bárbara demonstra não ter uma “vida” lá, ao ressaltar os aspectos negativos do lugar. Apenas em relação à convivência com as pessoas é que a participante parece ponderar, ao enumerar as experiências boas e ruins que ali vivenciara.

Os significados construídos por Bárbara sobre a experiência de desapropriação seguem rumos opostos aos significados atribuídos por Alice. Enquanto esta conta que foi “um processo traumático, que aos poucos foi acabando com a saúde de muita gente”, para Bárbara, recordar-se do momento em que soube da desapropriação é motivo de risadas: “Ai, meu Deus do céu! Quando eu lembro, eu até dou risada”. Notamos, aqui, um primeiro indício de ressignificação da experiência de desapropriação. Relata com detalhes o diálogo que empreendeu com a filha e o funcionário da Dersa, que fazia as medições do local, inclusive utiliza os termos técnicos tratados pelo funcionário. Foi pega desprevenida pela notícia, mas desta feita soube “diretamente” do Poder Executivo, representado pelo funcionário da Dersa, antes mesmo de o processo ser instaurado. Na época, estava cuidando dos preparativos para casar a segunda filha. De fato, o modo de narrar de Bárbara assume um tom cômico, cheio de idas e vindas, ora correndo atrás dos preparativos para casar uma filha após a outra, providenciando a papelada e resolvendo as burocracias para receber a indenização, ora cuidando da filha mais velha recém-operada.

Ai, meu Deus do céu! Quando eu lembro, eu até dou risada. Eu já tinha casado a [primeira filha]. Ela morava no meu quintal lá com a gente, e a [segunda filha] estava se preparando para casar. Eu tinha saído com ela para ver, acho que foi enxoval, vestido de noiva. Um dia estava voltando e vi uns caras com umas máquinas, fazendo um buraco na frente da calçada da tia [nome da tia]. [...] Eles estavam fazendo é... como se fala? É... medição de solo. Até então eu não sabia o quê que era isso. Eu falei: “Nossa, [nome da segunda filha], que que eles estão

³⁵ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

fazendo ali? Eu vou perguntar”. A [nome da filha]: "nossa, mãe, a senhora é curiosa, mãe!". Eu falei: "Lógico, eu vou perguntar!". Parei o rapaz e falei para o rapaz: "o que vocês estão fazendo aí?". "Nós estamos fazendo uma medição de solo". "Pra quê?". "É pro Rodoanel". Eu falei: "Que quê isso, moço?". Daí ele me explicou o que que era. Se desse certo, o Rodoanel ia passar ali, nós tínhamos que desapropriar tudo ali. Eu falei: "cê tá ficando doido? Como desapropriar, moço? Eu moro aqui!" Na época fazia o que: 22? 23 ou 24 anos que eu estava ali?. "É, dona, mas não se preocupa não que isso demora um pouquinho, e quando for desapropriar, eles vão indenizar vocês". Ahh, minha filha, daí começou a minha história, minha vida, meu dilema (informação verbal)³⁶.

Apesar do tom cômico do discurso de Bárbara, podemos perceber o impacto que a notícia da desapropriação causou na participante, expresso no excerto: “cê tá ficando doido? Como desapropriar, moço? Eu moro aqui!” (informação verbal)³⁷. Tal afirmação nos parece indicar que a participante declara a posse do imóvel, ao passo que o funcionário da Dersa procura tranquilizá-la, ao afirmar que a desapropriação é um processo moroso e que o governo vai indenizá-la. Notamos aqui um sentimento de descrença diante do fenômeno da desapropriação, que nos leva a pensar sob duas perspectivas: Será se a moradora compreende que, o fato de ela morar ali há tantos anos fosse alguma espécie de prerrogativa que impedisse o Estado de executar a ação de desapropriar? Ou, por outro lado, será se a participante está atônita pelo fato de vislumbrar, na desapropriação, uma maneira de escapar da vida que levava na Estância? Justificamos esses questionamentos, no fato de Bárbara ter indicado, no início da narrativa, a voz profética do pai, segundo o qual “um dia o progresso” iria chegar ali.

Enquanto a história de vida de Alice parece ter acabado com o início da desapropriação, para Barbara ali se iniciava sua história, sua vida, seu dilema. A desapropriação também representa um ponto de ruptura na narrativa de Bárbara. É o momento em que sua vida, sua história, começa de fato a ser construída, permeada de burocracias, dificuldades e incertezas.

Interessante notar que a fala do funcionário da Dersa, reproduzida pela participante nestes termos: "É, dona, mas não se preocupa não que isso demora um pouquinho, e quando for desapropriar, eles vão indenizar vocês" (informação verbal)³⁸, nos revela o início de uma negociação de igual para igual: vendedor x comprador. Ao longo de sua narrativa, percebemos que Bárbara não se sente “desapropriada”. Fica evidente que para ela se tratou de uma negociação, em que ela tinha uma casa para vender e o governo teve interesse em comprar.

³⁶ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

³⁷ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

³⁸ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

O desejo de ir embora retira de Bárbara o peso da desapropriação. Em sua narrativa, tratou-se de uma negociação. O governo “queria comprar” e ela e o marido “queriam vender”. Esse tipo de pensamento desestabiliza e subverte a ordem de desapropriação. Não existiria a supressão do direito de posse sobre o imóvel, ainda que haja ressarcimento, nem a existência dos sujeitos ativo e passivo, imprescindível, segundo a Lei de Desapropriação. A construção narrativa de Bárbara descaracteriza a unilateralidade do ato desapropriatório.

A participante narra uma série de procedimentos técnicos próprios da ação de expropriar, depois um longo processo de espera e, enquanto isso, a participante ia “casando as filhas”. “Casei a [segunda filha], casei a [terceira filha], e nada. O negócio parou, estatizou. Você sabe como que é o pessoal do mundo, né? Fica todo mundo aterrorizando, e um fala uma coisa, outro fala outra. Ai. Meu Deus do céu” (informação verbal)³⁹. Nesse excerto, fica subentendido que, apesar da demora e dos boatos negativos da vizinhança, Bárbara não perdeu a fé, pois, no discurso evangélico, dizer que uma “pessoa é do mundo” significa dizer que este alguém “não tem fé em Deus”.

Durante os preparativos para o casamento da filha mais nova, a Dersa retoma os procedimentos de fotografar a casa para a avaliação da indenização. Nesse período, Bárbara conta que teve de se dividir entre os preparativos do casamento, a papelada e a convalescência da filha mais velha após uma cirurgia. Três meses após casamento da filha caçula, a família de Bárbara é “convidada” a procurar uma nova moradia.

Depois que ela casou, três meses depois, eles chamaram a gente tudo, falou que a gente tinha que desapropriar lá, procurar casa. Daí começamos a procurar, procurar, procurar, até que Deus preparou aqui. Acertou a gente e a gente mudou. Eles dão um prazo, eles falam: "olha, vocês têm um prazo para desocupar lá". Então, Deus preparou, a gente achou o cantinho nosso aqui. Quando eu desapropriei, eu entreguei a chave para eles. Daí a casa ficou lá. Quando eu voltei lá um tempo, minha casa estava toda no chão, misericórdia (informação verbal)⁴⁰.

O discurso de Bárbara aponta para uma resignificação da experiência vivida com a desapropriação. É a Bárbara de hoje lançando um olhar para a Bárbara de outrora, que vivia uma vida de dificuldades e distante de suas projeções pessoais. A casa de outrora não representava os anseios de Bárbara. Mas a casa de agora é diferente: “a gente achou o cantinho nosso aqui”. Finalmente Bárbara encontrou o seu lugar. Um lugar denominado “cantinho nosso”. Diante disso, percebemos que a participante passa a desenvolver vínculos

³⁹ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

⁴⁰ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

afetivos com a nova moradia.

Chamou-nos a atenção o modo como a narradora relata o momento em que se concretiza o ato desapropriatório: “Quando eu desapropriei, eu entreguei a chave para eles. Daí a casa ficou lá” (informação verbal)⁴¹. Notamos que a participante não afirma “Quando eu fui desapropriada”, mas sim “quando eu desapropriei”, na voz ativa do verbo, ou seja, foi Bárbara quem desapropriou a si mesma da casa, que não é mais sua casa, apenas “a casa”. A casa que o governo comprou. “Entregar a chave” é uma expressão comum usada no ramo imobiliário, quando da venda ou aluguel de um imóvel ou carro, mas que não faz muito sentido no ato desapropriatório, por suscitar algumas questões, que são: faz sentido entregar as chaves ao governo, se este irá demolir a casa? Para que o governo precisa da chave, se um trator não precisa de uma porta aberta para demoli-la? Portanto, Bárbara não se sente desapropriada. O que ocorreu ali, para a participante, foi uma negociação de compra e venda, em que o ato de “entregar as chaves” consolida o final de uma negociação. “A casa ficou lá” e com ela uma vida de limitação e dificuldades. É como se a casa antiga não significasse mais nada para ela, agora que uma nova fase de vida se iniciava na casa nova. Chegamos a essa conclusão quando a participante assim declara, ressignificando a experiência:

Lá, Deus me deu aquele terreno, eu criei minhas filhas, casei todas elas, foi uma vida inteira, mas Paula, se eu não tivesse aquilo, se Deus não tivesse preparado aquele terreno, aquela casinha para mim, será que hoje eu teria a casa dos meus sonhos? [...] Eu tendo aquele terreno, tendo tudo aquilo lá que Deus me deu, o governo comprou e eu tive condições de comprar uma casa, Paula, pronta! (informação verbal)⁴².

Nessa perspectiva, percebemos no excerto citado a finalização de um ciclo de vida em um lugar marcado pela dificuldade de locomoção e acesso aos bens públicos, pela limitação financeira de não poder terminar a construção da casa. Inclusive o encerramento de uma etapa da vida, a “missão materna”, de anos de dedicação no cuidado e preparação das filhas para o casamento. O ato de desapropriação encerra o que podemos denominar ciclo da limitação, para dar início a algo que parecer ser, pela narrativa, um ciclo da prosperidade, que seria a fase da realização de um projeto pessoal, “a casa dos sonhos”, ou seja, a concretização do futuro imaginado e desejado para si.

Ainda assim, um retorno à casa antiga não deixa de impactar Bárbara: “Quando eu

⁴¹ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

⁴² Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

voltei lá um tempo, minha casa estava toda no chão, misericórdia” (informação verbal)⁴³. Enquanto no ato desapropriatório, após a entrega das chaves, “a casa ficou lá”, aqui era “minha casa” que “estava toda no chão”, o que nos parece indicar que ver os destroços de sua moradia a fez suscitar as memórias do que vivera ali. Notamos que, em momento algum da narrativa, a participante menciona em seu discurso o fato de que a Estância Jaraguá estava ruindo em meio às demolições, como fizera Alice em sua narrativa. Só nesse excerto específico, Bárbara parece se dar conta do que acontecera ali. A casa antiga parece assumir, no excerto citado, a mesma perspectiva discursiva de Alice: a casa como testemunha do vivido. Assim, para a participante, a casa não se constitui, apenas, de paredes e tijolos, mas é também o lugar onde as experiências de vida tomam concretude, sendo, portanto, carregadas de significado.

Olha na hora assim você fica meio triste. Mas por outro lado... Eu fiquei triste, não vou falar para você que eu não fiquei triste. Fiquei. Mas por outro lado, eu fiquei feliz porque, se você ver o que Deus me deu, você vai entender o que eu estou te falando.[...] Porque Paula, eu queria, eu sempre quis ter uma sala para receber a Irmandade na minha casa. Eu nunca tive uma sala na minha casa porque você sabe as condições da gente (informação verbal)⁴⁴.

Nesse momento, seus sentimentos tornam-se confusos, como que se sentisse culpada por ter ficado meio triste, triste e ao mesmo tempo feliz. Triste por saber que a antiga casa estava “daquela maneira”. Feliz por “Deus” ter lhe dado a casa dos sonhos. Bárbara não se permite ficar triste, pois as dificuldades que havia vivenciado e o “prêmio” que recebera lhe davam muito mais motivos para viver feliz do que triste por algo que já havia ficado para trás.

É uma tendência no discurso de Bárbara adotar uma nova perspectiva diante do fenômeno da desapropriação, ressignificando a experiência vivida, ao destacar os aspectos positivos que a desapropriação lhe proporcionou. No excerto destacado, notamos um sentimento de gratidão “a Deus” pela oportunidade de adquirir o terreno, ter criado as filhas ali, ter cumprido a missão de encaminhá-las em suas novas trajetórias. É o fim do ciclo da limitação, como já dissemos. Na perspectiva de Bárbara, entretanto, tudo isso fazia “parte de um plano maior de Deus” para a realização de seu sonho. Dito de outro modo, a desapropriação foi um mal necessário:

⁴³ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

⁴⁴ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

Quatro filhas, tudo para casar, era difícil. Eu queria terminar a minha casa, tanto que eu comprei azulejo, tijolo, ferro, areia. Consegui fazer só aquela garagem que você lembra, enorme. Daí os tijolos estavam lá cercado em cima. Lá não consegui acabar, daí nós lá na frente fizemos para a [filha mais velha]. Deus preparou, os irmãos se reuniram ou vieram fizeram a casa da [filha mais velha] para ela casar, mas eu não consegui. Aí eu não conseguia terminar a minha casa do jeito que a gente sempre sonha, porque a gente tem um sonho, e ter um sonho não é pecado. Eu tinha um sonho de ter uma casa, uma sala tudo pintadinha, e eu não tive essas condições, e os custos de vida também aumentando. Era difícil. Eu tendo aquele terreno, tendo tudo aquilo lá que Deus me deu, o governo comprou e eu tive condições de comprar uma casa, Paula, pronta! Prontinha, com piso, só não estava pintada, mas deu Deus condições de pintar, por os móveis dentro da casa, eu vou tirar foto e vou mandar para você para você entender o que eu estou te falando. Eu vou tirar não sei se hoje, ou amanhã. Eu tiro e mando para você entender o que eu estou te falando. Deus me deu uma casa novinha, então eu fiquei triste por ver daquela maneira, mas não me entristeci tanto, porque foi dessa maneira que Deus fez para eu poder ter essa casa que eu tenho hoje (informação verbal)⁴⁵.

Diante disso, percebemos no discurso de Bárbara uma resignificação da experiência de ser desapropriada, isto é, a participante lança um novo olhar ao passado, que procura explicar suas experiências como que movidas por uma força maior. As escolhas que a vida lhe impôs, as dificuldades que vivera eram apenas os meios necessários para que hoje ela tivesse a casa que sempre sonhara ter.

“Filha, não desista, um dia o progresso vai chegar aí. Não desista!” (informação verbal)⁴⁶. É como se nos ecoasse aos ouvidos o conselho de seu pai. Sua resistência diante das dificuldades foi muito bem recompensada. De fato, o “progresso” chegou, não através de benfeitorias para a comunidade, como equipamentos públicos como poderíamos ter inferido, mas através da obra do Rodoanel Mário Covas. Foi por intermédio dela, nas palavras de Bárbara, que “Deus fez para eu poder ter essa casa que eu tenho hoje”.

Percebemos que o discurso de Bárbara se alinha ao discurso do poder público, que compreende a obra como um projeto que pretende lidar com os congestionamentos da cidade e promover uma via de acesso ao escoamento da produção do país por via terrestre, aérea e marítima. Pelo menos, ela achava que seria, não fosse o fato de que as obras estivessem paradas, à época da entrevista. Contudo, a obra trouxe benefícios para ela, conforme destacamos a seguir.

Eu achava que ia trazer muitos benefícios mas pelo que eu estou vendo a obra está parada e vai ser difícil dar continuidade pela situação que está o nosso país. Vai ser muito difícil, Paula, porque ali vai muito dinheiro. Vai muito dinheiro e está parado. Está parado. Você não vê prosperidade. Eu achava que ia assim: “nossa, vai em frente!”, mas pelo que eu estou vendo, não vai não, filha, cada vez que eu passo ali

⁴⁵ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

⁴⁶ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

não vejo modificação. Assim, está parado, eu sei que está tudo parado. Acho que devido à crise do país, do jeito que anda vai ser muito difícil. Bom, por outro lado, para mim foi uma obra de Deus, uma obra de Deus. Coisa que eu não sonhava, que eu não esperava, e Deus realizou. Às vezes, Deus faz umas coisas que a gente nem entende (informação verbal)⁴⁷.

Mudar para a nova casa não trouxe impactos significativos em sua rotina, a não ser pelo serviço doméstico, que aumentou porque a casa é maior. Seu tom não é de reclamação. A diferença é que agora ela está feliz, na casa que sempre sonhou ter:

Não mudou muita coisa não, Paula, minha rotina. Quer dizer, o serviço aumentou porque a casa é grande. É uma casa de 3 quartos, 3 banheiros, sala, copa, cozinha, garagem, uma área lá atrás, não é muito grande, mas é assim: matéria de trabalho aumentou um pouquinho, e eu continuo naquela de costurar. Eu costuro bastante, costuro para fora. Quer dizer: então não mudou muito a minha rotina não. Assim, as visitas que eu fazia lá na Piedade, lá na Estância, eu continuo fazendo. Continuo trabalhando ajudando o [marido]. Não mudou muita coisa não (informação verbal)⁴⁸.

Interessante notar o modo como Bárbara interpreta minhas palavras quando lhe indago sobre quais mudanças houve em sua rotina, agora, morando na casa nova. A palavra “mudança”, para a participante, assume duas nuances: uma relacionada à rotina de trabalho, atividades religiosas e afazeres domésticos; outra, relacionada a uma mudança de personalidade, pelo fato de agora estar morando em uma casa melhor do que a anterior.

Estou muito feliz por Deus ter me dado essa casa linda maravilhosa, mas assim dentro de mim não mudou nada. Vivo dentro dessa casa como se eu tivesse lá na Estância. Quer dizer, tem gente que muda porque tem uma casa bonita. Muda de casa e muda de personalidade. Eu continuo a mesma coisa em relação a casa. Só contente, muito contente (informação verbal)⁴⁹.

A participante, além de ressaltar o fato de que a nova moradia é maior que a anterior, destaca também os atributos estéticos da nova casa, que é “linda maravilhosa”. No excerto citado, chama a atenção ao fato de que a nova casa não lhe impôs uma mudança de personalidade, uma espécie de arrogância de quem tem algo e se julga melhor do que outra pessoa de condição financeira distinta. E reafirma que a única mudança que lhe ocorreu foi estar contente, e enfatiza, “muito contente”.

Em relação à distância das filhas, agora que cada uma delas mora distante de si, isso não parece ser um problema para Bárbara, visto que elas se veem sempre que possível e se falam todos os dias. Além disso, os compromissos que o casal tem com a igreja acabam

⁴⁷ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

⁴⁸ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

⁴⁹ Informação fornecida por Bárbara, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 19 de outubro de 2017.

tirando-lhes o tempo de receber visitas. Isso parece, de algum modo, suprir o vazio causado pelo distanciamento da família.

Em momento algum Bárbara se sente injustiçada diante do valor da indenização, ao contrário de Alice, que defende ter recebido um valor extremamente inferior ao que considerava justo e que afirma que pessoas com propostas direto da Dersa receberam uma indenização melhor. Inferimos, pelo discurso de Bárbara, que ela pode ter sido um desses casos, tendo em vista que os procedimentos técnicos delineados em sua fala correspondem aos procedimentos determinados em lei, que vimos no Capítulo 2 desta tese.

Nesse sentido, pergunto à Bárbara como ela explica o fato de haver tanta divergência nos valores das indenizações. Ela expõe uma série de percalços e burocracias existentes no processo, e justifica que não é para qualquer pessoa que você está vendendo a sua casa, mas para o governo. Como dificuldades, a participante atribui isso a uma falha do próprio sujeito desapropriado, devido à falta de algum documento, ter restrição em cartório, ou a casa estar em processo de inventário. Por fim, afirma não saber a razão. E admite a crença de que “a cada um Deus faz da maneira que ele quer, não é verdade? Às vezes, Deus faz uma reviravolta para favorecer os filhos dele. Então, isso é uma coisa que muitos não compreendem, infelizmente”. Assim, a participante reafirma a crença de que a desapropriação foi uma intervenção divina para a realização de seus projetos pessoais.

Diante disso, apresentamos no Quadro 04 um panorama geral contendo as categorias discursivas presentes na narrativa de Bárbara, bem como suas recorrências e principais expressões:

Quadro 4 - Categorias discursivas presentes na narrativa de Bárbara

CATEGORIAS DISCURSIVAS	SUBCATEGORIAS		EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS
Memória afetiva positiva	Infância das filhas		“Agora, lembrança boa? As lembranças que mais me dão saudade são de quando as meninas eram tudo pequenininhas. Essas são as minhas lembranças boas que eu tenho muita saudade. De quando elas eram pequenas. Davam trabalho, mas foi muito bom, foi muito prazeroso”.
	Ajuntamentos cristãos		“Também uma lembrança boa era de quando nós nos reuníamos depois do culto da Estância em casa. Você lembra disso? A irmandade toda? Foi muito bom, né? Né Paula? Lembranças boas!” “Todo mundo se reunia, qualquer coisa que tinha na igreja a gente se reunia tudo lá em casa”.
Visão ponderada sobre os vizinhos	Aspectos positivos	Solidariedade dos vizinhos	“Mas graças a Deus, os poucos vizinhos que tinham eram muito bons, porque, vindo eu daquele jeito, eu lembro que a [vizinha] foi em casa, cuidou, fez uns remédios de ervas, pôs no meu joelho, me ajudou ali, quer dizer, tudo assim,

			<p>muito unido.”</p> <p>“Ali na Estância, o povo era assim, os poucos que tinham eram bem unidos. Quando ficavam sabendo de alguma coisa, sempre procuravam ajudar a gente”.</p>
	Aspectos Negativos	Implicância dos vizinhos	<p>“Até que um dia chegou o asfalto, mas esse asfalto, para chegar na porta da minha casa, eu sofri muito, porque não sei se você lembra da #. A # pagava uns caras para não deixar uma calçada na porta da minha casa. Você não tem noção do que aquela mulher aprontou”.</p>
Memória negativa do lugar	Infraestrutura precária		<p>“Sofri muito, Paula. Porque quando chovia era só por Deus. Deus preparou um fusquinha para o [esposo]. Não podia chover, porque se chovesse os poucos vizinhos que tinham, tinham que levar o carro até lá em cima. Às vezes atolava nas valetas”.</p> <p>“Meu Deus do céu! Que sofrimento! Que sofrimento! Era sofrimento para sair de carro, era sofrimento para sair com as crianças a pé”.</p> <p>“Eu lembro que uma vez eu saí, estava quente, fui levar as meninas para escola, não tinha muita casa, fui levar até lá embaixo na Parada. Quando eu voltei, eu estava grávida, levei um tombo, furei o meu joelho nas pedrarias do chão. Fiquei ali de cama por vários dias, com aquele buraco no joelho, só por Deus”.</p> <p>“Mas tinha hora que eu tinha vontade de vender e sumir dali, Paula, porque era longe de tudo, não tinha nenhum bar ali, só tinha o Expedito com uma vendinha lá embaixo, sabe?”</p> <p>“Tudo o que precisava tinha que ir lá embaixo na Parada comprar, lá no mercado. Que só tinha um mercado, era bem pouca gente ali”.</p> <p>“A minha rua, quando eu comprei o terreno ali, nem rua tinha, os vizinhos que foram abrindo para fazer uma rua para a gente passar, mas era terrível: era... pensa numa rua cheia de buracos, quando chovia o carro caía naquelas valetas, que não dava nem para subir”.</p>
Sentimento momentâneo de descrença			<p>“Parei o rapaz e falei para o rapaz: ‘o que vocês estão fazendo aí?’. ‘Nós estamos fazendo uma medição de solo’. ‘Pra quê?’. ‘É pro Rodoanel’. Eu falei: ‘Que quê isso, moço?’’. Daí ele me explicou o que que era. Se desse certo, o Rodoanel ia passar ali, nós tínhamos que desapropriar tudo ali. Eu falei: ‘cê tá ficando doido??? Como desapropriar, moço? Eu moro aqui!’”</p>
Processo de desapropriação	Ressignificação da experiência	Parte de um plano maior na concretização do sonho	<p>“Olha na hora assim você fica meio triste. Mas por outro lado... Eu fiquei triste, não vou falar para você que eu não fiquei triste. Fiquei. Mas por outro lado, eu fiquei feliz porque, se você ver o que Deus me deu, você vai entender o que eu estou te falando”.</p> <p>“Lá, Deus me deu aquele terreno, eu criei minhas filhas, casei todas elas, foi uma vida inteira, mas Paula, se eu não tivesse aquilo, se Deus não tivesse preparado aquele terreno, aquela casinha para mim, será que hoje eu teria a casa dos meus sonhos?”</p>

		<p>“Eu não conseguia terminar a minha casa do jeito que a gente sempre sonha, porque a gente tem um sonho, e ter um sonho não é pecado. Eu tinha um sonho de ter uma casa, uma sala tudo pintadinha, e eu não tive essas condições, e os custos de vida também aumentando. Era difícil”.</p> <p>“Eu tendo aquele terreno, tendo tudo aquilo lá que Deus me deu, o governo comprou e eu tive condições de comprar uma casa, Paula, pronta!”</p> <p>“Deus me deu uma casa novinha, então eu fiquei triste por ver daquela maneira, mas não me entristeci tanto, porque foi dessa maneira que Deus fez para eu poder ter essa casa que eu tenho hoje”.</p> <p>“Bom, por outro lado, para mim foi uma Obra de Deus, uma obra de Deus. Coisa que eu não sonhava, que eu não esperava, e Deus realizou. Às vezes, Deus faz umas coisas que a gente nem entende”.</p> <p>Em relação à casa, também estou muito feliz por Deus ter me dado essa casa linda maravilhosa, mas assim dentro de mim não mudou nada. Vivo dentro dessa casa como se eu tivesse lá na Estância. Quer dizer, tem gente que muda porque tem uma casa bonita. Muda de casa e muda de personalidade. Eu continuo a mesma coisa em relação à casa. Só contente, muito contente. Às vezes Deus faz uma reviravolta para favorecer os filhos dele.</p>
Perspectiva sobre o Rodoanel	Assimilação do discurso do poder público	<p>“Eu achava que ia trazer muitos benefícios mas pelo que eu estou vendo a obra está parada e vai ser difícil dar continuidade pela situação que está o nosso país. Vai ser muito difícil, Paula, porque ali vai muito dinheiro. Vai muito dinheiro e está parado. Está parado. Você não vê prosperidade. Eu achava que ia assim: ‘nossa, vai em frente!’, mas pelo que eu estou vendo, não vai não, filha, cada vez que eu passo ali não vejo modificação”.</p>
Vida dividida em ciclos	Ciclo da limitação	<p>“Eu queria, eu sempre quis ter uma sala para receber a Irmandade na minha casa. Eu nunca tive uma sala na minha casa porque você sabe as condições da gente. Quatro filhas, tudo para casar, era difícil”.</p> <p>“Eu queria terminar a minha casa, tanto que eu comprei azulejo, tijolo, ferro, areia. Consegui fazer só aquela garagem que você lembra enorme. Daí os tijolos estavam lá cercando em cima. Lá não consegui acabar”.</p> <p>“Eu não conseguia terminar a minha casa do jeito que a gente sempre sonha, porque a gente tem um sonho, e ter um sonho não é pecado. Eu tinha um sonho de ter uma casa, uma sala tudo pintadinha, e eu não tive essas condições, e os custos de vida também aumentando. Era difícil”.</p>
	Ciclo da prosperidade	<p>“Eu tive condições de comprar uma casa, Paula, pronta! Prontinha, com piso, só não estava pintada, mas deu Deus condições de pintar, por os móveis dentro da casa, eu vou tirar foto e vou mandar para você para você entender o que eu estou te falando”.</p> <p>“Bom, por outro lado, para mim foi uma Obra de</p>

		Deus, uma obra de Deus. Coisa que eu não sonhava, que eu não esperava, e Deus realizou. Às vezes, Deus faz umas coisas que a gente nem entende”. “Em relação à casa, também estou muito feliz por Deus ter me dado essa casa linda maravilhosa, mas assim dentro de mim não mudou nada. Vivo dentro dessa casa como se eu tivesse lá na Estância. Quer dizer, tem gente que muda porque tem uma casa bonita. Muda de casa e muda de personalidade. Eu continuo a mesma coisa em relação à casa. Só contente, muito contente”.
Enraizamento na nova moradia		“Então, Deus preparou, a gente achou o cantinho nosso aqui”. “Estou muito feliz por Deus ter me dado essa casa linda maravilhosa”.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Vimos, portanto, que a narrativa de vida de Bárbara pode ser compreendida em dois ciclos, os quais denominamos aqui como o ciclo da limitação e o ciclo da prosperidade. O primeiro é marcado pela memória negativa do lugar, pela visão ponderada sobre os vizinhos, considerando a solidariedade de alguns e a implicância de outros. Além disso, percebemos a valoração positiva dos momentos de ajuntamento com os membros da igreja e a saudade do tempo em que as crianças eram pequenas. O sentimento inicial de Bárbara diante do fenômeno da desapropriação é o da descrença, mas depois, ao passo que narra os procedimentos envolvidos no processo burocrático e as demandas do dia a dia familiar, a narrativa cede lugar à ressignificação da experiência de desapropriação.

Inicia-se, então, o segundo ciclo, o da prosperidade. A desapropriação assume o significado de ser parte de um “plano maior de Deus” para a concretização de seu projeto pessoal (“a casa dos sonhos”). Assim como Alice, a casa antiga representa o testemunho do vivido e, nesse sentido, é dotada de significado. Sua perda traz um sentimento de tristeza, que é subjulgado pelo sentimento da felicidade de ter a casa que sempre sonhou. Assim, a demolição da casa antiga representou o mal necessário, “a maneira pela qual Deus realizou seu sonho”. Logo, não foi mérito seu, mas do transcendente, que ela fosse recompensada por todos os infortúnios que vivera na Estância Jaraguá.

Portanto, Bárbara se apresenta como uma mulher realizada ao concluir sua missão de cuidar e casar as filhas. O ciclo de limitações e dificuldades, que culminou com o ato da desapropriação, cede lugar a um novo ciclo de vida, o da prosperidade. Nessa nova fase da vida, Bárbara passa a focar sua atenção nas coisas que fazem sentido para ela: costurar, cuidar da casa e das atividades que desempenha na igreja. Diante disso, a moradia atual não é apenas

uma casa nova, “pronta, prontinha”, “linda maravilhosa”, mas “o cantinho nosso”, sendo, dessa forma, dotada de ludicidade.

Finalmente, Bárbara parece ter encontrado o seu lugar no mundo, diferentemente de Alice, que ficou desorientada com a desapropriação, a ponto de não conseguir se adaptar na nova moradia. Enquanto para Alice a desapropriação chega para interromper o decurso de uma vida feliz e realizada, na narrativa de vida de Bárbara a desapropriação dá início a uma vida feliz e de concretização dos sonhos.

5.3 Carol em: “As coisas foram mudando e a vizinhança ficou perigosa”

A lembrança mais antiga de Carol⁵⁰, 25 anos, data por volta dos seus seis anos de idade quando, durante as férias escolares, crianças e adolescentes se juntavam na rua para brincar de carrinho de rolimã até tarde. A participante relata que até seus quinze anos de idade, a Estância Jaraguá era um lugar “gostoso e bem tranquilo” de se viver. “Todo mundo se conhecia e se falava, as crianças podiam ficar na rua sem preocupação. Porém, depois dessa idade as coisas foram mudando e a vizinhança ficou perigosa, não tínhamos tanta liberdade de ficar na rua” (informação verbal)⁵¹.

Podemos perceber que a narradora, a princípio, partilha do mesmo sentimento de Alice em relação ao lugar, ou seja, Carol guarda uma memória afetiva positiva da infância vivida na Estância, lugar representado como uma espécie de “refúgio” onde as crianças podiam brincar livremente, onde se sentiam seguras.

A idade de Carol, 15 anos, um marco cultural na vida feminina, em que o ser-menina se torna o ser-moça, coincide também com o tempo em que a Estância deixa de representar um lugar seguro, por abrigar uma “vizinhança perigosa”. Com isso, o discurso da narradora parece apontar, nessa perspectiva, para um desapego ao lugar, já que a Estância Jaraguá perdera valores importantes para Carol, que são a segurança e a liberdade.

A experiência de Carol com a desapropriação se assemelha à de Alice. Conforme vimos, Alice afirma ter tomado conhecimento da obra através dos comentários dos vizinhos. Ou seja, segundo as duas participantes, não houve uma notificação formal aos moradores, por parte da Dersa, informando-lhes de que aquela área seria desapropriada. Ao contrário de Bárbara, que recebera uma oferta direto da Dersa, Alice e Carol, no entanto, foram acionadas

⁵⁰ Nome fictício.

⁵¹ Informação fornecida por Carol, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 12 de outubro de 2018.

via instância judicial, como se tivessem recusado uma proposta em primeira instância. Uma proposta que sequer fora feita:

Nós só ficamos sabendo quando o DR [a Dersa] já começou a passar nas casas e fazer a metragem. No meu caso foi pior, porque nós fomos pegos de surpresa. Eles mediram e não fizeram a primeira proposta, já colocaram direto na justiça, o que fez com que recebêssemos um valor bem inferior da casa em comparação aos primeiros moradores que foram notificados (informação verbal)⁵².

No discurso de Carol, assim como no de Alice, o poder público é representado como um ente que se revela dotado de poder de mando, ao valer-se de sua força coercitiva para fazer o que lhe aprouver, e de “desempatia”, que definimos como a incapacidade de se colocar no lugar do outro.

As participantes atribuem a culpabilidade pelo ônus financeiro ao Poder Executivo, sob a alegação de que este “pulou etapas do processo”, ao ignorar as duas primeiras instâncias, administrativa e judicial, nas quais expropriante e expropriado entram em acordo sob o valor indenizatório, conforme prescrito na Lei de Desapropriação por Utilidade Pública. Diante disso, as duas participantes revelam um ressentimento frente ao poder público, pois ser ajuizada, isto é, ter sua indenização imposta por um juiz, sem qualquer negociação prévia, conforme as participantes relataram, acarretou numa indenização de valor inferior ao esperado e, em consequência, na aquisição de moradia inferior, para Alice, e na aquisição de uma dívida não planejada para a compra de uma nova casa, para Carol.

Em relação ao processo de desapropriação, a narradora lança um olhar inicial para a experiência de viver em lugar em que tudo está desmoronando a sua volta:

O processo foi complicado porque começaram a tirar as casas e depois pararam, então a gente teve que ficar no meio dos escombros das outras casas. O que causava um grande desconforto, principalmente para as pessoas mais velhas que não queriam sair de lá porque foram eles que “começaram” a Estância e tudo mais (informação verbal)⁵³.

O desconforto mencionado por Carol nos parece indicar dois horizontes de interpretação. Um deles pode advir do fato de que os resíduos sólidos pudessem implicar na saúde, segurança e qualidade de vida dos mais idosos, daí ser a causa do grande desconforto. Outra possível interpretação pode estar atrelada ao fato de que as pessoas mais velhas, por

⁵² Informação fornecida por Carol, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 12 de outubro de 2018.

⁵³ Informação fornecida por Carol, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 12 de outubro de 2018.

terem maior apego ao lugar, estivessem “emperrando” o processo de remoção, se recusando a deixar suas casas. Esse desconforto pode ser percebido na fala de outros desapropriados. “Faixa de Gaza”, por exemplo, foi uma metáfora atribuída à Estância por uma ex-moradora para se referir à fase das demolições. Ou seja, o lugar passa a ser comparado a uma zona de guerra, por causa da quantidade de destroços espalhados por todos os lados, conforme vimos nas Figuras 04 e 05 que apresentamos no segundo capítulo desta tese.

Percebemos que há um alinhamento do discurso de Carol e o discurso mostrado pelo poder público, no que se refere à importância da obra, o que revela que a narradora parece ter assimilado o discurso do poder público nesse quesito. Sua opinião sobre o Rodoanel é a de que, “depois de pronta, é algo importante, pois facilita a vida de muitos”. No entanto, não acredita que a obra será concluída, e aponta as falhas do processo: “[...] além da demora, tem um descaso muito grande. Algumas casas estão lá por falta de verba”, ou seja, ao que nos parece, o governo já gastou todos os recursos disponíveis para pagar as devidas indenizações, faltando dinheiro em caixa para indenizar os últimos moradores. Além disso, “descobrimos que houve algumas casas que saíram sem necessidade, pois não iriam atrapalhar a obra”, relata Carol.

Além do alinhamento de discursos entre o poder público e a participante em relação à relevância da obra para a cidade, há também uma insatisfação da narradora quanto à forma como foi conduzido o processo e às consequências negativas para si e para os outros moradores. Nesse sentido, o discurso de Carol se revela dotado de empatia, que é a capacidade que o ser humano tem de se colocar no lugar do outro, algo que, a nosso ver, a distancia do discurso do poder público. Nessa lógica, observamos que Carol adota uma postura ponderada em relação ao Rodoanel: considera a obra importante para a cidade, mas reprova o descaso com que o poder público conduziu o processo: “já colocaram direto na justiça, o que fez com que recebêssemos um valor bem inferior da casa em comparação aos primeiros moradores que foram notificados”, ou seja, “não pagaram um valor justo”; “algumas casas ainda estão lá por falta de verba”⁵⁴; “houve algumas casas que saíram sem necessidade” (informação verbal)⁵⁵.

Sobre sua experiência com a desapropriação, a participante afirma existir dois lados: o lado bom e o lado ruim da experiência. O lado bom está relacionado a dois valores que são importantes para Carol em relação à moradia: a segurança, a mobilidade e a

⁵⁴ À época da entrevista, em 12 de outubro de 2018.

⁵⁵ Informação fornecida por Carol, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 12 de outubro de 2018.

acessibilidade. Na sua infância, podia brincar livremente na rua. Sentia-se segura, tinha liberdade. Depois que a vizinhança ficou perigosa, passou a ser inseguro estar na rua. Perdeu-se a liberdade. O lugar onde mora atualmente “é mais próximo de tudo”, o que lhe dá mobilidade e acesso aos equipamentos públicos, “coisa que não tinha na Estância”, além de fazer-lhe sentir mais segura.

Contudo, o lado ruim da experiência com a desapropriação se deve à aquisição de uma dívida não planejada para o financiamento do novo imóvel. Além disso, a narradora aponta como fator negativo a distância dos familiares e dos amigos. Inclusive, para Carol, a separação da família foi a única coisa que mudara em sua rotina: os pais foram para a RMSP, e o irmão mora em São Paulo, em outro bairro. Antes, moravam todos na mesma rua. Entretanto, tais fatores negativos não são suficientes para que Carol queira retornar à vida antiga.

O lado bom é que aqui é mais próximo de tudo e me sinto mais segura, mas como não pagaram um valor justo e ainda estamos na justiça, acabamos entrando em dívidas que antes nós não tínhamos, já que lá era casa própria e agora estamos pagando financiamento. Também sinto muita falta dos meus familiares e amigos. Mas eu não voltaria para lá (informação verbal)⁵⁶.

Entre a vida na Estância e o lugar atual, a participante prefere, “sem dúvida nenhuma”, o lugar onde mora hoje, “por questões de facilidade de locomoção, tudo próximo e com facilidade. Coisa que eu não tinha na Estância”. Em vista disso, a desapropriação devolve-lhe não só os valores perdidos, a segurança e a liberdade, como também a mobilidade e acessibilidade que lhe eram negadas na Estância Jaraguá.

Diante disso, apresentamos um quadro geral contendo as categorias e subcategorias discursivas presentes na narrativa de Carol, bem como os excertos que ilustram essas categorizações.

⁵⁶ Informação fornecida por Carol, em entrevista realizada via *WhatsApp* em 12 de outubro de 2018.

Quadro 5 - Categorias discursivas presentes na narrativa de Carol

CATEGORIAS DISCURSIVAS	SUBCATEGORIAS	EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS	
Memória afetiva positiva	Lúdico-infantil	“[...] nas férias nós brincávamos na rua com carrinho de rolimã”.	
	Segurança	“Juntava todas as crianças e adolescentes e ficávamos brincando até tarde juntos”	
Memória negativa do lugar	Insegurança	“As coisas foram mudando e a vizinhança ficou perigosa, não tínhamos tanta liberdade de ficar na rua”.	
	Falta de mobilidade e acessibilidade	“Eu sem nenhuma dúvida prefiro o lugar que moro hoje, por questões de facilidade de locomoção, tudo próximo e com facilidade. Coisa que não tinha na Estância”.	
Processo de desapropriação	Desconforto de conviver no meio dos escombros	“A gente teve que ficar no meio dos escombros das outras casas. O que causava um grande desconforto”.	
	Desempatia por parte do poder público	“Nós só ficamos sabendo quando o DR [a Dersa] já começou a passar nas casas e fazer a metragem”. “No meu caso foi pior, porque nós fomos pegas de surpresa”. “Eles mediram e não fizeram a primeira proposta, já colocaram direto na justiça, o que fez com que recebêssemos um valor bem inferior da casa em comparação aos primeiros moradores que foram notificados”. “[...] não pagaram um valor justo”.	
Perspectiva ponderada do Rodoanel	Assimilação do discurso do poder público	“Eu acredito que depois de pronta é algo importante, que facilita a vida de muitos”.	
	Falhas do processo	“[...] além da demora, tem um descaso muito grande”. “Algumas casas estão lá por falta de verba”. “[...] descobrimos que houve algumas casas que saíram sem necessidade, pois não iriam atrapalhar a obra”.	
Ponderação da experiência	Aspectos positivos	Segurança	“aqui [...] me sinto mais segura”.
		Mobilidade	“Eu sem nenhuma dúvida prefiro o lugar que moro hoje, por questões de facilidade de locomoção, tudo próximo e com facilidade”. “Aqui é mais próximo de tudo”
	Aspectos negativos	Aquisição de dívidas	“[...] como não pagaram um valor justo e ainda estamos na justiça, acabamos entrando em dívidas que antes nós não tínhamos”. “[...] lá era casa própria e agora estamos pagando financiamento”.
		Distância dos familiares e amigos	“Também sinto muita falta dos meus familiares e amigos”. “Nós nos separamos, meus pais e minha irmã casada foram para **, pois era o único lugar que dava para comprar uma casa sem financiamento. [...] “Meu irmão está no *”. “[...] no começo foi bem complicado ficar longe deles, já que antes morávamos todos na mesma rua”.
Ressignificação da experiência	Moradia adequada aos anseios de segurança, mobilidade e acessibilidade	“aqui [...] me sinto mais segura”. “Eu sem nenhuma dúvida prefiro o lugar que moro hoje, por questões de facilidade de locomoção, tudo próximo e com facilidade”. “Aqui é mais próximo de tudo”.	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O percurso discursivo da narrativa de vida de Carol é guiado pela ponderação. A participante resalta os prós e contras da desapropriação, como era e o que mudou na Estância. Contudo, sua narrativa não tem a nostalgia de Alice, nem a felicidade de Bárbara, mas assume uma perspectiva analítico-comparativa de sua experiência com a desapropriação. Sua nova moradia agrega três valores importantes para ela atualmente: segurança, mobilidade e acessibilidade. Com isso, a participante resgata a sensação de liberdade, perdida nos tempos de criança. Por essa razão, mesmo estando distante da família e dos amigos, “não voltaria para lá”.

Não podemos dizer que a participante revela um enraizamento na nova moradia, tal qual expressou Bárbara ao descrever “a casa dos sonhos”. Não diríamos também que a desapropriação chega para concretizar o futuro idealizado de Carol, assim como se apresenta na narrativa de Bárbara. Contudo, entendemos que a desapropriação lhe serviu para atender às suas atuais demandas como jovem em fase de construção de carreira na cidade grande.

Nosso propósito, neste capítulo, foi analisar as narrativas de vida das participantes da pesquisa, Alice, Bárbara e Carol, a fim de analisar as categorias discursivas imanentes de suas narrativas de vida, atendendo ao primeiro objetivo de pesquisa. Para tanto, optamos por uma postura indutiva de análise, destituída de qualquer perspectiva teórica pré-estabelecida, a fim de empreender um processo interpretativo de dupla hermenêutica, seguindo a perspectiva da *IPA*. Apresentamos a seguir um quadro-síntese contendo todas essas classificações.

Quadro 6 – Quadro síntese das categorias discursivas das narrativas sobre a desapropriação

EU-AQUI-AGORA ↔ EU-LÁ-OUTRORA			
PARTICIPANTE	PERCEPÇÃO DA CONDIÇÃO ATUAL	INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SER DESAPROPRIADO	RELAÇÃO COM A ESTÂNCIA JARAGUÁ
ALICE	Crise de desenraizamento Inadaptação à atual moradia	Perspectiva negativa do fenômeno	Memória afetiva positiva das pessoas e do lugar
BÁRBARA	Enraizamento na atual moradia	Parte de um plano maior na concretização de um sonho	Memória ponderada das pessoas Memória negativa do lugar
CAROL	Adaptação à nova moradia	Perspectiva ponderada da experiência: perdas x ganhos	Memória ponderada do lugar
TRANSFORMAÇÃO DOS ESTADOS			
PROPRIETÁRIO → EX-PROPRIADO → PROPRIETÁRIO			

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como vimos no quadro síntese apresentado, as narrativas de vida sobre a desapropriação apresentam um “eu” que se narra no aqui-agora e que (re)constrói um outro, (um ele) que vivia lá na Estância, a partir dos acontecimentos que vivenciou. Assim, o sujeito que se narra parte de um estado inicial, como proprietário de um imóvel na Estância Jaraguá, vivencia a desapropriação, fenômeno que desencadeia a transformação do estado de proprietário para ex-proprietário, até chegar a um estado final, como proprietário de um imóvel em outra localidade. Essa dinâmica converge para a base teórica da Semiótica Discursiva Greimasiana, teoria linguística que busca explicar a produção e interpretação do discurso. Por essa razão, consideramos que a proposta semiótica fornece os fundamentos teóricos para investigar as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais os sujeitos se confrontam, nosso segundo objetivo de pesquisa, direcionando-nos assim para as categorias discursivas sobre a experiência de ser desapropriado, terceiro objetivo desta investigação. Empreendemos essa análise na próxima sessão.

5.4 As narrativas de vida sobre a desapropriação à luz da Semiótica Discursiva

Atendendo ao segundo objetivo da pesquisa, nesta sessão, empreendemos uma análise das narrativas de vida a fim de investigar as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais os sujeitos se confrontam. Nesta análise, retomamos os pressupostos teóricos da Semiótica Discursiva para compreender o discurso do enunciador, a fim de indicar os percursos gerativos do sentido que os ex-moradores constroem em suas narrativas de vida. A partir dessa compreensão, podemos caracterizar o discurso de desapropriados, à luz da Semiótica Discursiva.

As relações imbricadas entre os sujeitos desapropriados e os objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam, tais como: lugar, família e comunidade são elencadas como objetos de análise.

5.4.1 “*Eu não me adapto aqui onde estou*”

Alice resume sua situação atual na sentença: “eu não me adapto aqui onde estou”. Partindo disso, percebemos que organiza o seu discurso de modo detalhado, afirmando seu sentimento de pertença com os valores presentes na Estância onde nascera, ao mesclar efeitos de realidade, quando remete a certos lugares (as brincadeiras na casa da avó, a rua detrás da minha rua, o quintal enorme, a igreja na rua de casa, as paredes da casa) e a certas pessoas (a família, a avó, vizinhos, primas, tia). Assim, a participante resgata um passado distante e feliz e reorganiza-o, a fim de dizer-se no *aqui-agora*. Trata-se de uma descrição marcada por impressões e sentimentos de saudosismo, revolta, ressentimento e nostalgia pela perda da moradia, que podemos resumir na sentença: “meu coração ficou lá”. Nesse sentido, Alice percebe-se fisicamente na nova moradia, mas emocionalmente na Estância.

Num nível mais abstrato, temos uma oposição semântica: enraizamento/ *versus* / desenraizamento. Ao longo da narrativa, há uma afirmação do /enraizamento/, quando o *eu/enunciador* afirma seu sentimento de pertença ao espaço vivido (“Eu não desapeguei da Estância, meu coração ficou lá. Eu fico muito triste cada vez que eu lembro que eu nasci lá, eu me criei lá, eu tinha vínculos com muitas pessoas lá”). Com a desapropriação, imposta pelo poder público o *eu/enunciador* é impelido a realizar a performance de deixar a Estância, em busca de uma nova moradia. Nesse momento, tem-se a negação do /enraizamento/ e a afirmação do /desenraizamento/, visto que o *eu/enunciador* não se reconhece nessa nova moradia por se ver distante da família, dos vizinhos e das comodidades de outrora. Assim, o termo

/enraizamento/ é o elemento semântico considerado eufórico, ou seja, de valor positivo, enquanto o /desenraizamento/ é o elemento disfórico, de valor negativo. Nesse sentido, a relação de sucessividade na narrativa se instaura da seguinte forma: afirmação do enraizamento (*lá* – Estância), negação do enraizamento (*aqui* – atual moradia), afirmação do desenraizamento (*agora*).

Nessa perspectiva, observamos um enunciador que, em conjunção com um primeiro objeto de valor (Ov1), a casa da Estância, passa à disjunção com ele quando é desapropriado pelo poder público e entra em conjunção com um novo Ov, a casa atual (Ov2). O Ov1 é (re)criado na imaginação do enunciador de maneira bastante positiva (“os vizinhos eram como familiares, as crianças tinham liberdade para brincar”, “eu com minhas primas éramos muito juntas”). Podemos afirmar que se trata de uma (re)criação maniqueísta, já que os valores negativos da antiga moradia foram silenciados, salvo por uma única ressalva feita pelo enunciador de modo implícito (“ainda dava para viver ali”).

Já no Ov2, a moradia atual inscreve valores de natureza negativa (“quintalzinho muito pequeno”, “local movimentado”, “perigoso”, “não tem nenhum vizinho em que a gente confie”, “tenho que deixar de fazer coisas para cuidar das crianças”, “não deixar sozinhas”), exceto por uma pequena remissão a um possível fator positivo (“não é um lugar ruim”). Sendo assim, o Ov1 (figurativizado como Estância), mostra-se, pois como objeto desejável (*querer-ser*), mas impossível (*não-poder-ser*), gerando no enunciador “estados de espírito”, que poderíamos descrever como saudade, nostalgia, desgosto, até uma certa frustração de não *poder* estar mais em conjunção com ele (a não ser pela memória). Por outro lado, o Ov2 (figurativizado como a atual moradia), é totalmente rejeitado, mostrando-se como objeto indesejado (*não-querer-ser*), visto que o enunciador não pontua sequer um aspecto positivo de se viver no espaço atual.

Na relação com os outros sujeitos, o *eu/enunciador* refere-se ao poder público, em grande parte, como *eles ou Dersa* (debreagem actancial enunciva). O sujeito, para sair do seu espaço, passa a ser manipulado por provocação e, por fim, sancionado negativamente (“seríamos desapropriados, quiséssemos ou não, aceitássemos ou não. Nós teríamos que sair de lá da nossa casa, e o valor assim, absurdamente baixo”). Isso leva o *eu/enunciador* (sujeito do *dever*) a levar consigo um certo ressentimento do poder público (sujeito do *querer*), ente causador de todos seus dissabores, através de uma obra que, para si, “só trouxe malefícios, e não benefícios”. Por essa razão, o *eu/enunciador* é obrigado a entrar em disjunção com o Ov1 (a Estância) e tudo o que este representa (família, amigos, liberdade) e ir em busca de outra moradia, que por sua vez não agrega os valores presentes na anterior. Com isso, o *eu-enunciador*

é levado a rejeitar tudo o que é novo, inclusive os vizinhos (“a gente não tem nenhum vizinho em quem a gente confie”).

No âmbito das projeções de pessoa, espaço e tempo, trata-se de um *eu* (debreagem actancial enunciativa) inscrito em um *aqui* (a atual moradia) e de um *agora*, ambos debreagens enunciativas (espacial e temporal): “Eu não me adapto aqui onde estou”. Contudo, a maior parte da narrativa se remete a um *lá* (na Estância) e a um *então* (no passado) que são presentificados, ou seja, aproximados da presente instância de enunciação, ao empregar, na maior parte da narrativa, os tempos do sistema do presente (pretérito perfeito 1, presente e o futuro do presente). Diante disso, o enunciador se assume como um *eu-exilado*, pois compara de forma subjetiva o espaço enunciativo (*aqui*) e o enuncivo (*lá*), enfatizando que o *lá* é melhor do que o *aqui*.

O *eu/enunciador* também se vale da embreagem para aproximar o enunciatário do momento da narração (“é muito triste *você imaginar que sua infância* ficou ali mesmo, sabe? Muito triste imaginar que *seus filhos* que estavam fazendo isso, participando já da infância na rua da minha vó e tudo, não iam ver mais aquilo”). Com isso, o enunciador traz o enunciatário para o momento da enunciação, gerando um efeito de empatia, trazendo o enunciatário para se colocar no lugar do enunciador para que, desse modo, possa compartilhar do vivido.

Quanto aos temas e figuras, notamos a predominância de um percurso figurativo que poderíamos denominar “percurso figurativo da idealização nostálgica”, visto que o *eu/enunciador* recorre a diversas figuras positivas para (re)construir a Estância a partir de suas lembranças: as brincadeiras na rua da casa da avó, os familiares por perto, amizade e carinho das primas e tias, vizinhos queridos e prestativos, liberdade de os filhos andarem de bicicleta na rua e no quintal grande que havia na casa. Essas figuras se encadeiam sob o tema maior da idealização, envolvendo subtemas variados, que vão desde os valores familiares aos culturais (a solicitude e amizade dos vizinhos, dos familiares). Nesse discurso, a enunciativa silencia sobre tudo o que poderia “degradar” a condição de lugar ideal, que em nada lembra um bairro da periferia de uma cidade como São Paulo, com seus problemas e dificuldades. Como vimos, uma única figura negativa aparece, e ainda de modo implícito, pressuposta a partir do vocábulo “ainda” no excerto: “ainda dava para viver ali”.

No Quadro 07, sintetizamos as projeções da enunciação no enunciado do *eu/enunciador 1*.

Quadro 7 - Percurso gerativo do sentido do eu/enunciador 1

CATEGORIAS DISCURSIVAS	LÁ-OUTRORA	AQUI-AGORA
	ENRAIZAMENTO IDEALIZAÇÃO NOSTÁLGICA DA ESTÂNCIA	DESENRAIZAMENTO REJEIÇÃO AO NOVO ESPAÇO
RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS	Família próxima	Família “espalhada”
	Bons vizinhos	Falta de confiança nos vizinhos
	Tinha a quem delegar o cuidado dos filhos na sua ausência	Não tem a quem delegar o cuidado dos filhos na sua ausência
LUGAR/MORADIA	Escola por perto: os filhos iam desacompanhados ou na companhia dos vizinhos	Escola distante: necessidade de acompanhamento de um dos pais
	Liberdade para os filhos brincarem na rua e no quintal	Falta de liberdade: rua movimentada, urbanizada e quintal muito pequeno
	Projeção da infância de si para os filhos	Ruptura da infância idealizada para os filhos
	“Casa” como testemunho do vivido	“Casa” desprovida de significado
	Apego à moradia da Estância Jaraguá	Inadaptação à moradia atual

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Portanto, percebemos, nessa primeira narrativa, um *eu/enunciador* cujo passado harmonioso e feliz contrasta com os desafios e dificuldades da moradia atual e, por não se encaixar nesse novo espaço, por não pertencer a ele, passa a viver de lembranças. Estas são (re)elaboradas e presentificadas, de modo a fazer com que, por meio delas, o enunciador possa lidar, por assim dizer, com a condição atual de exílio.

5.4.2 “A gente achou o cantinho nosso aqui”

A visão geral de Bárbara para a experiência de desapropriação se define na afirmação: “a gente achou o cantinho nosso aqui”. Em torno dessa visão, a participante organiza o seu discurso narrando os desafios e dificuldades vivenciados na antiga moradia, afirmando a insatisfação com a vida que levava e justificando as razões pelas quais ela se sente feliz na atual moradia.

O *eu/enunciador* cria efeitos de realidade, pela remissão a certas situações da vida cotidiana descritas com riqueza de detalhes, situando-as em certos lugares e pessoas (a vendinha do Expedito, a calçada da tia A*). Assim, a participante resgata um passado marcado pela dificuldade e reorganiza-o, a fim de dizer-se no *aqui-agora*. Diferentemente da narrativa anterior, o *eu/enunciador* dedica boa parte da narrativa a enumerar as dificuldades de se viver na Estância, diante do enfrentamento das condições precárias de infraestrutura e dos desafios enfrentados durante o processo de desapropriação.

Num nível mais abstrato, temos uma oposição semântica: precariedade/ *versus* / prosperidade. Ao longo da narrativa, há uma afirmação da /precariedade/, quando o *eu/enunciador* enumera os aspectos negativos da antiga moradia (empurrar o carro ladeira acima em meio ao atoleiro, furar o joelho nas pedras em decorrência de uma queda na durante a gravidez, ser longe de tudo, a casa de dois cômodos, não ter condições financeiras de terminar a casa, aumento dos custos de vida). Com a desapropriação, o *eu/enunciador* realiza a performance de deixar a Estância, em busca de uma nova moradia. Nesse momento, tem-se a negação da /precariedade/ e a afirmação da /prosperidade/, visto que o *eu/enunciador* reconhece a nova moradia como “o cantinho nosso”, distante das dificuldades de *lá-outrora*. Assim, o termo /precariedade/ é o elemento semântico considerado disfórico, ou seja, de valor negativo, enquanto a /prosperidade/ é o elemento eufórico, de valor positivo. Nesse sentido, a relação de sucessividade na narrativa se instaura da seguinte forma: afirmação da precariedade (*lá* – Estância), negação da precariedade (*aqui* – atual moradia), afirmação da prosperidade (*agora*).

Nessa perspectiva, percebemos um *eu/enunciador* que está em conjunção com um objeto (a casa da Estância), porém esta não representa o objeto de valor (uma casa melhor). Nesse sentido, o *eu/enunciador* sai de um estado inicial de disjunção com a casa indesejada e passa para um estado de conjunção com “a casa dos sonhos”, quando é desapropriado pelo poder público (sujeito do *querer*). Nesse sentido, o Ov1 (a vida na Estância em relação ao espaço) é (re)criado pelo enunciador de maneira negativa, salvo pela remissão à saudade da

infância das filhas (“saúde [...] de quando as meninas eram tudo pequeninhas”), da solidariedade dos vizinhos (“os poucos vizinhos que tinham eram muito bons”) e dos ajuntamentos religiosos (“lembrança boa era quando nós nos reuníamos depois do culto da Estância em casa”). Já no Ov2 (a moradia atual), o *eu/enunciador* inscreve valores de natureza positiva (“a casa dos sonhos”, uma casa pronta, prontinha”, “Deus me deu uma casa novinha”, “Estou muito feliz por Deus ter me dado uma casa linda maravilhosa”). Sendo assim, o Ov1 (figurativizado como Estância), mostra-se, pois como objeto indesejável (*não-querer-ser*), e mesmo nocivo (*querer-não-ser*), tanto que o *eu-enunciador* atesta a “vontade de vender e sumir dali”. Tal sentimento imprime do enunciador “estados de espírito”, que poderíamos descrever como sofrimento, privação e indignação por *não querer* mais estar em conjunção com ele. Por outro lado, o Ov2 (figurativizado como a atual moradia), é totalmente aceito, mostrando-se como objeto desejado (*querer-ser*), visto que o enunciador pontua apenas um aspecto positivos da nova residência.

Na relação com os outros sujeitos, o *eu/enunciador* refere-se ao poder público, em grande parte, como *eles* ou *o governo* (debreagem actancial enunciativa). Nessa relação, o sujeito não se sente desapropriado (sujeito do *dever*), ou seja, não se sente “obrigado” pelo poder público para deixar a moradia. Trata-se de uma negociação: o *eu-enunciador* tem uma casa que quer vender, e o governo quer comprar para construir uma rodovia de grande porte (“É para o governo que você está vendendo”, “Eu, tendo aquele terreno, tendo tudo aquilo lá que Deus me deu, o governo comprou”). Assim, o poder público (agente desapropriador) age sobre o outro (sujeito desapropriado) para levá-lo a vender sua propriedade, oferecendo-lhe uma recompensa, isto é, um objeto de valor positivo (uma indenização). Operou-se, por parte do poder público, uma manipulação por tentação (ao oferecer uma recompensa). Entretanto, para o *eu-enunciador*, isso foi “uma reviravolta de Deus para favorecer os filhos dele”.

No que se refere às projeções de pessoa, espaço e tempo, não é de se surpreender que, sendo uma narrativa de si, trata-se de uma debreagem actancial enunciativa, pois há um *eu/enunciador* inscrito no discurso, presente em um *aqui* (debreagem espacial enunciativa) e um *agora* (debreagem temporal enunciativa). Assim como na narrativa anterior, existem as oposições habituais entre o *aqui/agora* (enunciativos) e o *lá-outrora* (enuncivos). O *lá* e o *então* são presentificados, construídos a partir dos tempos do sistema do presente (pretérito perfeito 1, presente e o futuro do presente), mas também apresentam o sistema do pretérito (pretérito perfeito 2, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito). No trecho em que narra o momento em que soube da desapropriação, o *eu/enunciador* recorre a fatos de sua vida para situar o tempo da narração e faz uso de debreagens internas, quando

reproduz a fala do profissional de topografia e de sua filha em discurso direto, de modo a criar um efeito de verdade, de autenticidade de seu relato. Além disso, o *eu/enunciador* faz uso do que Fiorin (2011, p. 63) denomina como *narrativa profética*, “em que os acontecimentos narrados são vistos como posteriores à narração”. É o trecho em que o *eu/enunciador* cita o conselho do pai: “Filha, não desista, um dia o progresso *vai chegar* aí. Não desista!” (Grifos nossos). Assim, nessa narrativa lança um olhar ao passado para falar das dificuldades que vivera na Estância Jaraguá, comparando de modo subjetivo o espaço enunciativo (*aqui*) e o enuncivo (*lá*), enfatizando que o *aqui* é melhor do que o *lá*, seguindo um movimento contrário à narrativa anterior.

Além desses mecanismos, o *eu/enunciador* adota a embreagem como estratégia argumentativa. Ao adotar o pronome “você” no lugar de “a pessoa” (ele), o enunciador traz o enunciatário para dentro da narração para que este perceba toda a burocracia envolvida no processo desapropriatório e aceite o argumento de que muita gente que ainda não recebeu a indenização é porque não atentou para todos os processos envolvidos.

Se **você** tiver alguma coisa no cartório, se **você** deve alguma coisa no cartório, tem que acertar. **Você** tem que pagar, **você** entendeu? Se **você** não paga, fica pendente, e o governo não paga! [...] Não é **você** pagar e falar “eu paguei”, tirei xerox e manda. Ou manda uma foto. Não é isso não. **Você** tem que pagar sim, não é nem assim, vamos supor, pagar com aquele papelzinho que quando **você** paga no mercado, na lotérica. **Você** tem que pagar no banco, tem que estar autenticado, entendeu? Se tiver qualquer restrição no seu nome ou no nome da esposa, **ah minha filha**, se **você** não acertar não pensa **você** que vai receber não, viu? Não vai mesmo! Então, se tiver qualquer restrição, Paula, infelizmente, se a pessoa não acertar, é difícil. Tem que acertar, porque é para o governo que **você** está vendendo. É difícil!” (Grifos nossos).

Quanto aos temas e figuras, notamos a predominância de percurso figurativo anti-tético: o antes, na Estância, poderíamos denominar “percurso figurativo da precariedade”, visto que o *eu/enunciador* recorre a diversas figuras negativas para (re)construir a Estância a partir de suas lembranças (“era longe de tudo, furei meu joelho nas pedrarias no chão, rua cheia de buracos, quando chovia o carro caía naquelas valetas”); e o de agora, na atual moradia, que podemos chamar “percurso figurativo da prosperidade”, que se desenvolve a partir de figuras positivas como “a casa dos sonhos, uma casa pronta! Prontinha!, casa linda maravilhosa, casa novinha”. Ao que nos parece, na visão do *eu/enunciador*, o que havia de bom na Estância está relacionado aos valores às pessoas e seus valores culturais (solicitude dos vizinhos, ajuntamentos da igreja, a infância das filhas), porém, o espaço em si e a moradia não traz nenhuma figura positiva. Nesse percurso, o *eu/enunciador* denuncia os problemas infraestrutu-

rais do bairro e aponta as limitações da antiga moradia. Em contraponto, enaltece a moradia atual.

Diante disso, sintetizamos, no Quadro 08, as projeções da enunciação no enunciado do *eu/enunciador 2*.

Quadro 8 - Percurso gerativo do sentido do eu/enunciador 2

CATEGORIAS DISCURSIVAS	LÁ-OUTRORA	AQUI-AGORA
	PRECARIEDADE	PROSPERIDADE
RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS	Solidariedade dos vizinhos	Não menciona
	Implicância dos vizinhos	
	Saudade da infância das filhas	Distância das filhas
	Saudade dos ajuntamentos com os membros da igreja	Engajamento nas atividades da igreja
LUGAR/MORADIA	Ausência de urbanização	Bairro urbanizado
	Dificuldade de acesso aos equipamentos públicos	Acessibilidade aos equipamentos públicos
	Dificuldade de mobilidade	Fácil mobilidade
	Casa pequena	Cantinho nosso
	Insatisfação com a infraestrutura da casa	Casa dos sonhos, linda maravilhosa

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Portanto, percebemos, nessa segunda narrativa, um *eu/enunciador* cujo passado sofrido em decorrência dos desafios e dificuldades de se viver na Estância foi recompensado pela aquisição de uma moradia maior e melhor, realizando assim o sonho de ter a casa que sempre desejara. Diante disso, o *eu-enunciador*, lançando um olhar ao passado, ressignifica-o, atribuindo a Deus o mérito pela realização de seus sonhos. Na visão desse *eu/enunciador*, todas as dificuldades pelas quais passara eram desafios pré-determinados por Deus para que pudesse ter hoje “a casa dos sonhos”.

5.4.3 “Aqui é perto de tudo”

Com esse título, resumimos a percepção deste terceiro *eu/enunciador* sobre o modo como significou a experiência de desapropriação. Diferentemente das outras duas narrativas, aqui o discurso é organizado de modo a apontar as principais mudanças ocorridas na Es-

tância, antes e depois da desapropriação, trazendo uma reflexão sobre os pontos negativos e positivos da experiência.

O *eu/enunciador* cria efeitos de realidade, ao remeter à infância um modo de vida feliz e tranquilo (Nós brincávamos na rua com carrinho de rolimã, juntava todas as crianças e adolescentes e ficávamos brincando até tarde juntos). Depois dessa fase, por volta de seus 15 anos de idade, isso não é mais possível, visto que se tornou perigoso ficar na rua. As complicações só vão aumentando com a desapropriação, o que a impele a se mudar para uma nova casa, onde, apesar da dívida contraída com o financiamento e a distância dos pais, o *eu/enunciador* se mostra satisfeito, pois onde vive considera um lugar seguro e perto de tudo.

Nesse sentido, em um nível mais abstrato, temos uma oposição semântica: precariedade / *versus* / prosperidade, visto que, ao longo da narrativa, há uma afirmação da /precariedade/, quando o *eu/enunciador* põe em relevo a presença de vizinhos “perigosos”, que lhe limitou o acesso ao livre trânsito na rua onde morava e a dificuldade de locomoção pelo fato de que a Estância carecia de equipamentos públicos (“tudo era longe”), o que também foi mencionado na segunda narrativa. Na nova moradia, contudo, tem-se a negação da /precariedade/ e a afirmação da /prosperidade/, visto que o *eu/enunciador* declara que “sem nenhuma dúvida”, prefere o espaço atual, por facilitar o deslocamento aos espaços públicos da cidade, “coisa que não tinha na Estância”.

Nessa lógica, o termo /precariedade/ é o elemento semântico considerado disfórico, ou seja, de valor negativo, enquanto a /prosperidade/ é o elemento eufórico, de valor positivo. Assim, a relação de sucessividade na narrativa se instaura da seguinte forma: afirmação da precariedade (*lá* – Estância), negação da precariedade, afirmação da prosperidade (*aqui/agora* – atual moradia). Com isso, percebemos que as narrativas de Carol e Bárbara se alinham, pois ser desapropriada significa viver um processo de ascensão social: para Carol, significa sair da precariedade de um lugar perigoso e sem acesso à vida urbana, para a prosperidade, isto é, sentir-se segura e estar perto de tudo; para Bárbara, representa sair de uma moradia precária para a casa dos sonhos.

Nessa perspectiva, constatamos na narrativa de Carol um *eu/enunciador* que, inicialmente em um estado de conjunção com um Ov – o espaço onde vivia (Ov1), passa à disjunção com ele e à conjunção com um novo Ov – a nova moradia (Ov2), o que se constitui como uma transformação de estados, conforme vimos nas narrativas anteriores. O que muda são as relações que os sujeitos mantêm com esses Ovs em cada narrativa. Aqui, o Ov1 é (re)criado, num tempo anterior ao passado, de forma positiva (lembança do tempo feliz em que brincava livremente com os amigos na rua), pelo menos até que um acontecimento (a

chegada de vizinhos perigosos) abala a “infância feliz”. Diante disso, o Ov1 passa a ser (re)criado de forma negativa, visto que não agrega em si “a liberdade de ficar na rua”, nem o acesso à urbanidade tão necessário à vida na cidade grande.

Quando é desapropriado pelo poder público (sujeito do *poder* e do *querer*), o *eu/enunciador* (sujeito do *dever*) é levado a realizar a performance de mudar para uma nova casa, realizando assim a transformação dos estados. Trata-se de uma relação unilateral: o poder público, sujeito do *poder* e do *querer*, age sobre o morador (sujeito do *dever*) para fazê-lo *querer* ou *dever ser* desapropriado. Para tanto, o sujeito do *poder* se utiliza da manipulação, seja por tentação (oferecendo uma recompensa), seja por intimidação (por meio de uma ameaça), ou por ambas. Por conta disso, o sujeito do *dever*, por sua vez, não tem alternativa senão aceitar o que lhe é posto (a indenização) e procurar outro espaço.

No Ov2 (o espaço atual), o *eu/enunciador* inscreve valores de natureza positiva (“aqui é próximo de tudo e me sinto mais segura”), ressaltando os aspectos negativos (“não pagaram um valor justo, ainda estamos na justiça, “acabamos entrando em dívidas que antes não tínhamos, já que lá era casa própria e agora estamos pagando financiamento”). Ocorre aqui a fase da sanção, em que o *eu/enunciador* avalia as perdas e os ganhos com a desapropriação. Diferente das narrativas anteriores, em que o *eu/enunciador* 1 sofre um “castigo” e o *eu/enunciador* 2 recebe um “prêmio”, o *eu/enunciador* 3 recebe “prêmios e castigos”. Por *castigos*, atribuímos ao fato de *contrair uma dívida de financiamento imobiliário e estar distante da família*; por *prêmios*, remetemo-nos ao *acesso à urbanidade e à sensação de segurança que a nova moradia lhe proporciona*.

Na relação com o outro, o *eu/enunciador* refere-se ao poder público como *eles* ou *o DR*⁵⁷ (debreagem actancial enunciativa) e, em grande parte, oculta-se a pessoa do discurso, como nas narrativas anteriores, ficando subentendida na pessoa do verbo ([eles] “não fizeram a primeira proposta”, [eles] “já colocaram direto na justiça”).

Quanto às projeções do enunciador no enunciado, assim como vimos nas narrativas anteriores, há um *eu/enunciador* inscrito no discurso (debreagem actancial enunciativa), presente em um *aqui* (debreagem espacial enunciativa) e um *agora* (debreagem temporal enunciativa). De igual modo, existem as oposições entre o *aqui/agora* (enunciativos) e o *lá-outrora* (enuncivos), projeções que já são de se esperar em decorrência da própria natureza da narrativa sobre a experiência de desapropriação. Nessa narrativa, o eu que (se) narra usa tanto os tempos enunciativos como os enuncivos. Para dizer-se no *agora*, ao relatar como está sua

⁵⁷ Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

vida hoje pós-desapropriação e suas impressões sobre o Rodoanel, usa os tempos do sistema do presente (“Eu *acredito* que depois de pronta *é* algo importante, pois *facilita* a vida de muitos”); para dizer-se no *outrora*, ao contar (se) sobre a infância e o processo de desapropriação, usa os tempos do sistema do pretérito (“Todo mundo se *conhecia* e se *falava*”; “O processo *foi* complicado porque *começaram* a tirar as casas e depois *pararam*, então a gente *teve* que ficar no meio dos escombros das outras casas”). Em contraponto às narrativas anteriores, o *eu/enunciador* não faz uso de debreagens internas, ou seja, não se utiliza do discurso direto para acentuar o tom de verdade em sua narrativa, também não recorre ao discurso indireto, para trazer a voz de outras pessoas ao texto. Assim, concentra-se nos movimentos do *aqui* versus *lá*, alternando efeitos de subjetividade e objetividade no discurso.

Em suma, na narrativa desse *eu/enunciador*, figuras como “brincávamos na rua com carrinho de rolimã”, “era gostoso e tranquilo”, “todo mundo se conhecia e se falava”, “as crianças podiam ficar na rua sem preocupação” remetem-nos ao percurso figurativo da harmonia; depois, em figuras como “a vizinhança ficou perigosa”, “não tínhamos tanta liberdade de ficar na rua”, notamos um percurso figurativo da periculosidade; em seguida, figuras como “começaram a tirar as casas”, “ficar no meio dos escombros”, aponta para um percurso figurativo do caos; por fim, “facilidade de locomoção, tudo próximo e com facilidade”, são figuras que nos remetem a um percurso da harmonia, retomando assim a situação inicial da narrativa.

Nesse percurso, não foi possível perceber neste *eu/enunciador* “estados de espírito” como a idealização nostálgica do *eu/enunciador 1*, nem o contentamento do *eu/enunciador 2*. Contudo, há duas remissões à falta dos familiares e amigos que denotam um dos aspectos negativos da condição atual: “Também sinto falta dos meus familiares e amigos” e “Como faz cinco anos que nós nos mudamos, estou acostumada com a distância, mas no começo foi bem complicado ficar longe deles, já que antes morávamos todos na mesma rua”. Este último excerto remete-nos a um conflito anterior e aponta para uma superação em decorrência do tempo já vivido na moradia atual.

Nessa perspectiva, apresentamos no Quadro 09 as projeções da enunciação no enunciado do *eu/enunciador 3*:

Quadro 9 - Percurso gerativo do sentido do eu/enunciador 3

CATEGORIAS DISCURSIVAS EMANENTES	LÁ-OUTRORA PRECARIEDADE		AQUI-AGORA PROSPERIDADE
	ANTERIOR	CONCOMITANTE	
RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS	Todo mundo se conhecia e se falava	Vizinhança se tornou perigosa	Vizinhança não denota perigo
	Proximidade da família e dos amigos		Distância da família e dos amigos
LUGAR/MORADIA	Lugar seguro, onde as crianças podiam brincar livremente na rua	Insegurança: vizinhança perigosa	Segurança
	Dificuldade de mobilidade		Presença de mobilidade urbana
	Dificuldade de acesso aos equipamentos públicos		Acesso aos equipamentos públicos
	Casa própria		Casa financiada
	Inexistência de dívidas		Aquisição de dívidas

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao analisarmos o Quadro 09, constatamos que o *eu/enunciador 3* adota uma perspectiva analítica, procurando ponderar os ganhos e perdas decorrentes da experiência de desapropriação. Apesar dos aspectos negativos da mudança, o *aqui é melhor* do que o *lá*, seguindo a mesma perspectiva do *eu/enunciador 2*. Portanto, não há neste *eu/enunciador* uma remissão nostálgica ao espaço, nem às pessoas. Também não há uma ressignificação da experiência de ser desapropriado, como parte de um plano maior para a conquista de uma moradia melhor. Para este enunciador, importa-lhe apropriar-se dos espaços, isto é, ter acesso às comodidades que a vida urbana pode lhe proporcionar, como a segurança e a livre circulação na cidade.

Nosso propósito, nesta sessão, foi investigar as representações do *eu/enunciador* em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais os sujeitos se confrontam. Assim, fundamentando-nos na Semiótica Discursiva para compreender os discursos dos enunciadores, podemos indicar os percursos gerativos do sentido que atravessam tais textos. Para finalizar, apresentamos a seguir um quadro-síntese contendo essas representações.

Quadro 10 - Representações dos sujeitos desapropriados em relação aos objetos de valor com os quais confrontam

SUJEITOS	EU-LÁ-OUTRORA	EU-AQUI-AGORA
ALICE	ENRAIZAMENTO	DESENRAIZAMENTO
BÁRBARA	PRECARIEDADE	PROSPERIDADE
CAROL	PRECARIEDADE	PROSPERIDADE

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme vimos no Quadro 10, há um processo de transformação do estado inicial para o estado final, cujo elemento desencadeador da transformação é a desapropriação. Essa transformação afeta a relação entre o sujeito e o objeto. O objeto de valor representado na moradia de Alice é o enraizamento: o sujeito, desapropriado do lugar de onde se sentia pertencido, passa a viver de lembranças, revelando uma idealização nostálgica do passado perdido. Tal condição, ser desapropriado, revela a sua condição de desenraizamento, pois implica na rejeição de tudo o que se relaciona a atual moradia.

Já em Bárbara, como vimos, sua construção narrativa parte de um estado inicial de precariedade, revelado na descrição minuciosa das dificuldades vividas na moradia anterior. Com a desapropriação, há uma transformação dos estados de precariedade para a prosperidade, pois ao ser desapropriado, o sujeito ascende socialmente, pois adquire os recursos necessários à compra da moradia dos sonhos. Com isso, passa a viver uma fase de prosperidade, em contraponto à precariedade da moradia anterior.

Por fim, a narrativa de Carol parte de um estado inicial de precariedade para um estado final de prosperidade. Assim como Bárbara, Carol também vive um processo de ascensão social desencadeada pela desapropriação. O que muda nas duas narrativas são os objetos concretos sobre os quais seus valores se encerram: para Bárbara, é a casa em si; para Carol, é o acesso à urbanidade, é ter acesso à cidade e estar perto de tudo.

Neste capítulo, tivemos como objetivo investigar as representações do eu/enunciador em relação com os objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam. Com isso, encaminhamo-nos ao chegar ao terceiro objetivo desta investigação, que é categorizar o discurso do desapropriado. Empreendemos essas reflexões no próximo capítulo.

6 CATEGORIAS DISCURSIVAS DO EU DESAPROPRIADO

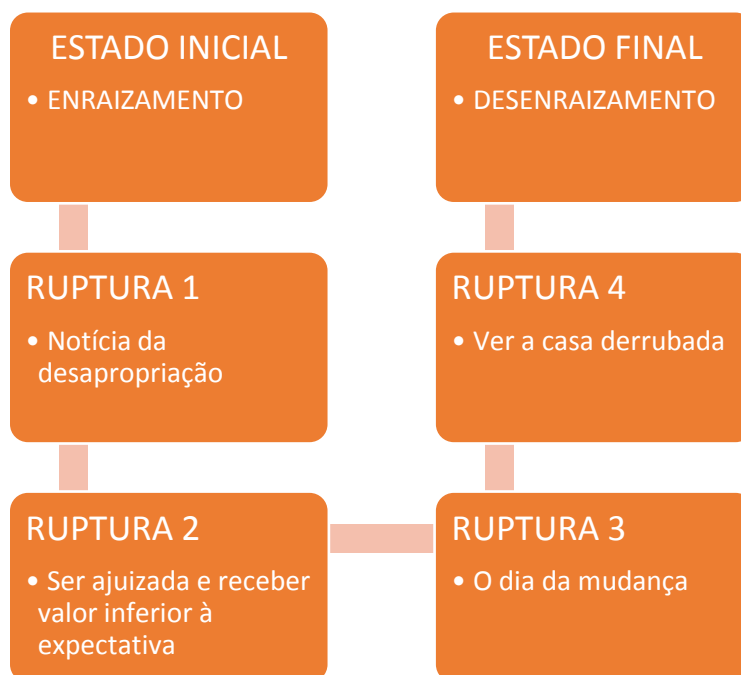
É próprio do narrar memorialístico rever impressões, corrigir a cronologia, pôr num mesmo patamar passado, presente e futuro. Ao olhar o passado, o eu pode atribuir a esse ou aquele ponto de ruptura a razão pela qual o hoje se encontra desse ou daquele modo. O que ganha relevância é que aquele instante vivido tem a força de mudar o que virá adiante, mas, acima de tudo, ele altera o modo de ver o passado. Geralmente, é no porvir que eles carregam que podem residir as grandes ou pequenas mudanças. Entretanto, é sempre ao início de um episódio - ou ao que o eu entende como início - que o sujeito se reportará a cada nova criação narrativa.

Nas narrativas analisadas, os sujeitos, nesse movimento de olhar para trás para seguir adiante, atribuíram sentido a diversos episódios que determinaram o dizer de si no *aqui- agora*. Denominamos de pontos de ruptura esses acontecimentos que modificam, por assim dizer, o decurso habitual da vida. Assim, na próxima sessão, analisaremos como se instauram em cada narrativa esses pontos de ruptura, a fim de chegarmos a três categorias discursivas sobre a experiência de ser desapropriado: o enunciador desterritorializado, o enunciador territorializado e o enunciador multiterritorializado.

6.1 O enunciador desterritorializado

A perspectiva de Alice revela uma condição de exílio: o sujeito, desapropriado do lugar de onde se sentia pertencido, passa a viver de lembranças. Tal condição - ser desapropriado - implica na rejeição de tudo o que se relaciona a atual moradia. A narrativa de vida se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era melhor do que o aqui (moradia atual). Mostramos na Figura 14 a transformação dos estados do enunciador desterritorializado e os pontos de ruptura que desencadearam essa transformação.

Figura 14 - Transformação dos estados do enunciador desterritorializado



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O enunciador desterritorializado detém o maior número de pontos de ruptura. Seu apego emocional ao lugar é tão acentuado que cada ponto de ruptura é vivido com intenso sofrimento. Este se inicia a partir da notícia da desapropriação e vai se intensificando, deixando marcas no sujeito a ponto de ele se perceber desnorteado, desenraizado, “despertencido”, expatriado.

Plantar o eu memorialístico em dado lugar do passado não apenas aponta onde estão as raízes formadoras de quem. Põe à mostra as relações com o meio e com outras existências. Estão unidas às esferas da imaginação e da percepção, do desejo e da realização, na concretização do existir (CERTEAU, 1998).

No exílio, trazer à memória é voltar à paisagem perdida, mas ainda desejada. O apego ao lugar se fortalece a cada novo contar, como também pelo desgosto sentido no momento atual. O lugar ganha veneração, pois é onde está ancorada a experiência com a felicidade. Ao oralizar o vivido, o eu enunciador desterritorializado busca a solidariedade de seu interlocutor, para que o narrado se sustente em outra realidade (a de quem ouve) e ganhe algum *status* de verdade, encontrando um reforço do externo ao que está sendo dito.

Para Certeau (1998), o espaço posto em prática - transformado em lugar - faz um recorte que é ressignificado pelo vivido/sentido. A redução do lugar serve ao endereçamento

da lembrança e aqui, particularmente, do desejado. Portanto, na memória pode-se recuperar momentaneamente o perdido. O eu exilado pode retornar a sua pátria.

Os três atos de narrativização, transmissão, recepção e apropriação, conforme afirma Lani-Bayle (*apud* MAIA-VASCONCELOS, 2011), sofrem uma mutilação no eu exilado. Toda experiência do que foi vivido escapará às futuras gerações. Isto é, os filhos não terão a infância vivida em liberdade, a segurança de correr na rua, de serem guardados por vizinhos que eram como da família. Só existe a possibilidade da transmissão e da recepção. A apropriação não é mais viável porque o lugar não mais existe, foi tomado.

Para Pallasmaa (2013, p. 119), as edificações criadas pelo homem, além de servirem para atender à corporalidade humana, são também nossas extensões e projeções mentais, isto é, “são exteriorizações de nossa imaginação, memória e capacidade de conceitualização”. Portanto, as cidades e as edificações que construímos, bem como outros objetos que nos servem e que foram criados pelo homem, “estruturam nossas experiências existenciais e lhes conferem significados específicos”.

Assim, o enunciador desterritorializado, imbuído pelo sentimento de perda do lugar habitado, atribui sentido às paredes da casa onde se materializa sua história de vida, ao quintal da casa onde fora possível viver sua infância e perpetuá-la na vida dos filhos. Afetos são alimentados, hábitos são consolidados. Permite-se a procriação, proteção e defesa de seus habitantes. As paredes da casa, o chão da morada é marcado pelas referências que se configuram no enunciador desterritorializado as lembranças de uma vida. Tudo isso está conectado ao lugar, que sofre um processo de personalização para lhes servir de testemunho.

Por tais razões, o percurso gerativo do sentido do enunciador desterritorializado se define pela idealização nostálgica do passado, situado geograficamente, a partir da remissão ao nascimento, à infância feliz, cercada pelos familiares e amigos, as brincadeiras na rua, o casamento e o nascimento dos filhos. O ponto de ruptura com o cenário ideal é instaurado com a notícia da desapropriação, que implica numa série de infortúnios como o ajuizamento, o valor inferior da indenização, as incertezas do porvir, o que gera um sentimento de oposição ao discurso do poder público, ente responsabilizado pela sua condição de sofrimento. Além disso, o enunciador desterritorializado se ressentido de ter sido tomado de seu lugar, onde se sentia pertencido e, por isso, passa por um processo de luto, tanto real (pela morte de ente queridos que não suportaram a dor de perder o lugar) quanto simbólico, pela perda do lugar significado.

6.2 O enunciador territorializado

A perspectiva de Bárbara, por sua vez, revela uma condição de realização pessoal: o sujeito não se sente pertencido à moradia anterior, por isso ser desapropriado é o meio pelo qual adquire os recursos necessários à moradia dos sonhos. Com isso, o sujeito passa a viver uma fase de prosperidade, em contraponto à precariedade da moradia anterior.

A narrativa de vida do enunciador territorializado se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era ruim, mas o aqui (moradia atual) é bem melhor. O enunciador territorializado sente-se pertencido à nova moradia, pois esta representa a realização de um sonho. Assim, apresentamos na Figura 15 a transformação dos estados do enunciador territorializado e os pontos de ruptura e desafios que desencadearam essa transformação.

Figura 15 - Transformação dos estados do enunciador territorializado



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O discurso do enunciador territorializado apresenta dois pontos de ruptura e uma série de desafios necessários para a conquista da casa que sempre almejou. O primeiro ponto de ruptura apresentado pelo enunciador territorializado se dá no momento em que este toma conhecimento da obra através de um profissional da Dersa (e não pelo rumor dos vizinhos), ou seja, o comunicado ocorre de maneira oficial, através do próprio órgão do governo. Este enunciador já tinha manifestado a intenção de “vender tudo e sumir dali”, logo a desapropri-

ção foi a oportunidade com a qual não contava. Por essa razão, não denominamos de ponto de ruptura os diversos momentos vividos durante o processo de desapropriação, mas de “desafios”, pois tais acontecimentos serviram de “trampolim” para a aquisição do objeto de desejo: a casa dos sonhos. Apesar da estranheza causada pela imagem da casa derrubada, o enunciador territorializado ressignifica o momento, justificando que se não fosse por isso, não teria agora “a casa dos sonhos”. Os desafios e dificuldades que ali vivera foram interpretados pelo enunciador como “o modo como Deus fez para que tivesse a casa dos sonhos”.

O percurso gerativo do sentido do enunciador territorializado é marcado pela visão negativa do espaço anteriormente habitado, onde não se sente pertencido, pois o lugar não atende às suas expectativas. O ponto de ruptura com o cenário indesejado é instaurado a partir da desapropriação, condição através da qual o sujeito territorializado vê a possibilidade de escape desse cenário indesejado. Para esse sujeito, a desapropriação passa ser vista como uma negociação, um processo através do qual ambas as partes obtêm aquilo que desejam: o poder público, a obra de relevância social; o desapropriado, uma casa melhor. Com isso, o enunciador territorializado ressignifica a experiência e entende a desapropriação como o meio pelo qual alcança o objeto de desejo. Em conclusão, a narrativa de vida do enunciador territorializado se constrói a partir da premissa de que o aqui/agora é melhor do que o lá/outro.

Para o enunciador territorializado, pensar nas edificações é mais do que refletir sobre um conjunto de cômodos organizados em uma residência. A casa proporciona o abrigo não apenas aos corpos, mas, sobretudo, às subjetividades. A importância que o lugar de moradia assume na vida do enunciador territorializado vai além de um imóvel para o qual se busca a posse. É a gratificação pelo esforço de uma vida, recompensa onde o eu não deve sofrer julgamento por suas atitudes, onde verá perdurar sua existência, suas tradições familiares e costumes pessoais.

Nesse sentido, tomar posse de um lugar supõe mais do que assinar papéis e realizar um pagamento. Segundo Reis (2017), envolve diversos fatores relacionais abstratos. É preciso que o lugar habite a mente do indivíduo para que o indivíduo habite o lugar. Em outras palavras, viver num lugar e chamá-lo de “seu” acontece muito antes da concretização do morar físico. Estão imbricados o dentro e o fora. O desejo íntimo de um sujeito por uma moradia que corresponda a seus anseios e aos seus valores.

Tal “conscientização do lugar”, para Pallasmaa (2013), faz do espaço habitado um território específico onde as abstrações humanas se concretizam, onde o sonho se faz visível. Entretanto, essa é uma questão que merece mais aprofundamento. Ter a posse concreta e abstrata de um lugar serve igualmente à localização do homem no mundo (PALLASMAA,

2013). O ser humano está sempre indo ou voltando de algum lugar. Contudo, apropriar-se de um espaço para o qual se possa voltar, não importa quantas vezes se parta, oferece uma noção de perpetuação, quase tanto quanto a de procriação. É a garantia de abrigo não somente para si como para os seus. Para o enunciador territorializado, todos esses elementos se concretizam na nova morada. Para o enunciador desterritorializado, entretanto, esses valores foram enterados nos escombros da antiga moradia.

Sem esses elementos, que mais do que de identificação, são de enraizamento, o enunciador desterritorializado está não apenas desprotegido. Ele perde o referencial físico de sua localização significativa. Já o enunciador territorializado abriga-se num lugar que se perfaz em seu espaço existencial, materializado discursivamente como “cantinho nosso” o seu lugar no mundo.

6.3 O enunciador multiterritorializado

A perspectiva de Carol, por fim, revela uma condição de liberdade, de mobilidade, de acesso à urbanidade, elementos que lhes eram negados na moradia anterior. Desse modo, ser desapropriada lhe permitiu ter acesso à vida urbana, aos bens culturais da cidade, à apropriação dos espaços urbanos. Trata-se, portanto, da representação de um enunciador multiterritorializado, pois o sujeito não demonstra apego a uma casa em si: nem a anterior, nem a atual, mas à facilidade de acesso à vida urbana que residir no atual imóvel pode lhe proporcionar.

A narrativa de vida do enunciador multiterritorializado se constrói a partir da premissa de que lá (na Estância) era perigoso, mas o aqui (moradia atual) é seguro e “perto de tudo”. Ao realizar uma análise geral desta narrativa, chegamos ao percurso apresentado na Figura 16.

Figura 16 - Transformação dos estados do enunciador multiterritorializado



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Antes mesmo que as obras do Rodoanel chegassem à Estância, este enunciador já havia “rompido”, por assim dizer, o decurso da vida habitual, em decorrência da chegada dos “vizinhos perigosos”, que lhe minaram a liberdade e a segurança de poder transitar livremente na rua, durante as brincadeiras com os amigos. O outro ponto de ruptura só vai se instaurar diante do valor da indenização, que considerara inferior, acarretando na aquisição de um financiamento imobiliário. Mesmo diante dos aspectos negativos diante da perda da moradia, o enunciador multiterritorializado alega não querer voltar para a antiga morada.

Os discursos engendrados pelo filtro da pós-modernidade se valem da liberdade do ir e vir, das vantagens de se ter o “mundo às mãos” (HALL, 2014). Sob este pensamento, o lugar passa a ser compreendido como meio. Embora o indivíduo retorne diariamente ao espaço onde reside, a necessidade ou desejo de partir definitivamente não se configura em bagagem emocional. O caráter de mobilidade se assenta no espírito de transitoriedade presente nas práticas sociais da modernidade tardia (HALL, 2014). O percurso gerativo do sentido, para o enunciador multiterritorializado, não se dá entre a inter-relação dentro/fora, como ocorre no enunciador desterritorializado e territorializado. Pelo contrário, predomina a valorização do ambiente externo sobre o espaço onde se faz residência.

Assim, o enunciador multiterritorializado não se sente pertencido a uma moradia específica. Antes, opta pelo não lugar, nas vias concretas da mobilidade abstrata, no “chegar mais rápido e melhor”. Este é um fenômeno tão sólido nos dias atuais que os meios de transporte e pontos de passagem procuram oferecer comodidades e confortos que só seriam possí-

veis de ser encontrados em uma casa (AUGÉ, 2012). No entanto, tais espaços - meios de transporte, aeroportos, rodoviárias, estações, hotéis e pousadas, entre outros pontos de passagem - são desprovidos de singularidades, que só poderiam ser atribuídas por uma subjetividade. Portanto, perdem a condição de lugar, sendo denominado como não lugares, espaços físicos onde a extensão humana se dá pela “[...] circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios ou os grandes centros comerciais” (AUGÉ, 2012, p. 36).

O não lugar é também uma forma de exercício do espaço. Não pode ser confundido com o vazio, pois serve a um propósito específico para o qual foi criado, estando aberto a aprimoramentos que facilitem seu propósito de existir, que é garantir o trânsito. Nesses espaços, o enunciador multiterritorializado continua a praticar suas extensões e interações. O que se visa é o acesso e a comunicação entre polos, entre um ponto de partida e outro de chegada, algo que sugeriria que o *não lugar* não é somente físico, ele se encontra também na virtualidade.

Ao fazer opção pelo *não lugar*, o enunciador multiterritorializado renuncia a opção de se limitar à pertença de apenas “uma casa”, preferindo pertencer *ae tudo*. É multiterritorializado por preferir a liberdade do ir e vir, a passagem facilitada, a resignar-se a viver distante dos grandes centros, às margens da vida social que lhe permite a urbanidade.

Portanto, compreendemos que o percurso gerativo do sentido do enunciador multiterritorializado é marcado pela visão negativa do espaço antes habitado, onde não se sente pertencido, pois limita-lhe o acesso à vida urbana, tanto pelas condições de segurança como pela precariedade do transitar. O ponto de ruptura com esse cenário indesejado é instaurado a partir da desapropriação, condição através da qual o enunciador multiterritorializado passa a estar “perto de tudo”, ainda que tenha recorrido a um financiamento para adquirir um novo imóvel em decorrência da indenização “injusta”. A esse sujeito, não importa os significados atribuídos ao lugar habitado, nem à antiga moradia, tampouco a atual. Importa a ele ter acesso à circulação acelerada e facilitada, à urbanidade e à apropriação dos espaços.

Com isso, finalizamos esta sessão apresentando três categorias discursivas que caracterizam o discurso do desapropriado nesta investigação, bem como a instauração dos pontos de ruptura que desencadearam essas transformações. Encaminhamo-nos, pois, para as considerações finais desta tese.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se desenvolveu a partir de uma motivação pessoal, diante da inquietação de compreender o modo como pessoas desapropriadas de sua moradia narram suas experiências com esse fenômeno. Como menciono na introdução, eu mesma me senti desapropriada de meu lugar quando tive de me mudar para o Ceará. Inúmeras outras vezes me senti expatriada, quando precisei mudar da casa dos meus pais para uma casa só minha, depois quando me mudei para Fortaleza, para fazer o Estágio do Doutorado. Mais despertencida ainda me senti quando precisei voltar para Juazeiro do Norte, ao término do Estágio, e não reconheci mais a minha casa como minha, visto que ela estava destituída de minha personalização: desorganizada, suja, o matagal cobrindo o quintal e a ausência dos meus cactos e suculentas, que não pude trazer de Fortaleza.

O processo de construção do objeto de pesquisa foi um processo exaustivo, uma trajetória marcada por angústias e por um sentimento de impotência, motivado pelo receio de não dar conta da complexidade do estudo. Eu me sentia a própria Rapunzel quando resolve sair da torre com José: ora um tanto de euforia por penetrar novos territórios, ora um tanto de frustração por me sentir incapaz de continuar na busca por categorizações coerentes.

Durante a construção da tese, contabilizei 15 versões do QNP. Comparando a última versão com a primeira, percebo o quão distante eu estava do meu objeto de pesquisa e o quanto essa metodologia me ajudou a apurar minhas questões de pesquisa e os objetivos. É importante que o pesquisador saiba que os objetivos de uma tese não são estanques. Eles podem ser modificados ao longo da pesquisa, à proporção que novos dados vão surgindo e o pesquisador percebe que o objetivo inicialmente determinado não dá conta da complexidade das descobertas. Por isso, é preciso ir ajustando as lentes e reformulando os objetivos ao longo do percurso.

Diante disso, retomo a partir de agora as questões que motivaram a enveredar pelos caminhos desta tese. A primeira questão de pesquisa foi: a) Quais categorias discursivas emergem das narrativas dos desapropriados?

Percebo nessas três narrativas duas categorias mais amplas, as quais denominei “**eu/aqui/agora**” e “**eu /lá/outro**”, pois os sujeitos da pesquisa, a partir das experiências que protagonizaram, narram-se no aqui/agora reconstruindo um outro que viveu na Estância de outro. A partir dessas categorias, observei emergir outras três subcategorias, referentes ao modo como compreendem a experiência de desapropriação: **a percepção do lugar atual, a interpretação da experiência de ser desapropriado e a relação com o lugar anterior.**

De cada uma dessas subcategorias, sobressaem-se três perspectivas singulares de dar sentido à experiência de ser desapropriado. Em relação à percepção do lugar atual, as narrativas de vida revelam uma **crise de desenraizamento e inadaptação à atual moradia** (Alice), o **enraizamento na atual moradia** (Bárbara) e a **adaptação à nova moradia** (Carol). Em relação à interpretação da experiência de ser desapropriado, as narrativas de vida apontam para uma **perspectiva negativa do fenômeno** (Alice), uma **perspectiva ponderada: perdas x ganhos** (Carol), e como **parte de um plano maior na concretização de um sonho** (Bárbara). Em relação à percepção do lugar anterior, revelam uma **memória afetiva positiva das pessoas e do lugar** (Alice), uma **memória ponderada das pessoas** e uma **memória negativa do lugar** (Bárbara) e uma **memória ponderada do lugar** (Carol).

A segunda questão de pesquisa teve por interesse observar: b) Quais são as representações do eu/enunciador em relação aos objetos de valor positivo ou negativo com os quais se confrontam?

Neste quesito, observei que as desapropriadas revelam um processo de transformação motivado pelo fenômeno da desapropriação, saindo do estado inicial de proprietária de um imóvel na Estância Jaraguá (**eu-lá-outro**), seguido da apropriação desse imóvel pelo poder público mediante indenização, para um estado final de proprietária de outra moradia em outro lugar (**eu-aqui-ago**). Essa transformação afeta a relação entre as desapropriadas e o valor simbólico que a casa representa para elas.

Tomando como base as categorias mais amplas já mencionadas na questão anterior, o **eu-lá-outro** valoriza a moradia de dois modos: **enraizamento** e **precariedade**; já no **eu-aqui-ago**, a moradia é valorada como **enraizamento** e **prosperidade**. Explicamos melhor a seguir.

Em Alice, o objeto de valor representado no **eu-lá-outro** é o **enraizamento**, pois a participante, desapropriada do lugar onde se sentia pertencida, vive da idealização nostálgica do passado perdido, presa nas lembranças dos tempos bons de outrora. A condição de ter sido desapropriada de “seu” lugar implica na rejeição de tudo o que está relacionado à atual moradia, revelando assim sua condição de **desenraizamento** no **aqui-ago**.

Em Bárbara e Carol, o objeto de valor representado no **eu-lá-outro** é a **precariedade**, pois as participantes enumeram as dificuldades e limitações enfrentadas quando residiam na Estância Jaraguá. Com a desapropriação, as participantes vivem um processo de ascensão social, representado de duas formas: na concretização do sonho de adquirir a casa dos sonhos (Bárbara); e na facilidade de acesso à vida urbana, que lhe permite transitar pelos espaços de forma segura e facilitada. Com isso, as participantes passam a viver

uma fase de **prosperidade**, em contraponto à precariedade do **eu-lá-outrora**. As narrativas se diferenciam pelas “lentes” com as quais interpretam a desapropriação: Bárbara, pela ótica religiosa; Carol, pela sociológica.

Por fim, na terceira questão de pesquisa, guiei-me pelo seguinte interesse: c) Quais são as categorias que caracterizam os discursos dos desapropriados? Após empreender as análises das narrativas de vida fundamentadas na IPA e na Semiótica Discursiva, compreendi três modos de significar a experiência de desapropriação, que revelam a existência de três representações discursivas de desapropriados: o **enunciador desterritorializado**, o **enunciador territorializado** e o **enunciador multiterritorializado**.

Denominamos **enunciador desterritorializado** o sujeito que, desapropriado do lugar de onde se sentia pertencido, passa a viver de lembranças. Tal condição - ser desapropriado - implica na rejeição de tudo o que se relaciona à atual moradia. A narrativa de vida se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era melhor do que o aqui (moradia atual). Seu apego emocional ao lugar é tão acentuado que cada ponto de ruptura é vivido com intenso sofrimento. Este se inicia a partir da notícia da desapropriação e vai se intensificando, deixando marcas no sujeito a ponto de ele se perceber desnorteado, “despertencido”, expatriado.

No exílio, trazer à memória é voltar à paisagem perdida, mas ainda desejada. O apego ao lugar se fortalece a cada novo contar, como também pelo desgosto sentido no momento atual. O lugar ganha veneração, pois é onde está ancorada a experiência com a felicidade. Ao oralizar o vivido, o enunciador desterritorializado busca a solidariedade de seu interlocutor, para que o narrado se sustente em outra realidade (a de quem ouve) e ganhe algum *status* de verdade, encontrando um reforço do externo ao que está sendo dito.

O percurso gerativo do sentido do enunciador desterritorializado se define pela idealização nostálgica do passado, situado geograficamente, a partir da remissão ao nascimento, à infância feliz, cercada pelos familiares e amigos, as brincadeiras na rua, o casamento e o nascimento dos filhos. O ponto de ruptura com esse cenário ideal é instaurado com a notícia da desapropriação, que implica numa série de infortúnios como o ajuizamento, o valor inferior da indenização, as incertezas do porvir, o que gera um sentimento de oposição ao discurso do poder público, ente responsabilizado pela sua condição de sofrimento. Além disso, o enunciador desterritorializado se ressentido de ter sido tomado de seu lugar, onde se sentia pertencido e, por isso, passa por um processo de luto, tanto real (pela morte de ente queridos que não suportaram a dor de perder o lugar) quanto simbólico, pela perda do lugar significado.

Por outro lado, denominamos aqui **enunciador territorializado** o sujeito que não se sente pertencido à moradia anterior, por isso ser desapropriado é o meio pelo qual adquire os recursos necessários à moradia que deseja. Com isso, o sujeito passa a viver uma fase de prosperidade, em contraponto à precariedade da moradia anterior.

A narrativa de vida do enunciador territorializado se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era ruim, mas o aqui (moradia atual) é bem melhor. Por isso, o enunciador territorializado sente-se pertencido à nova moradia. As dificuldades enfrentadas durante o processo são interpretadas pelo enunciador como parte de um plano maior para a concretização da casa dos sonhos.

O percurso gerativo do sentido do enunciador territorializado é marcado pela visão negativa do espaço anteriormente habitado, onde não se sente pertencido, pois o lugar não atende às suas necessidades. O ponto de ruptura com o cenário indesejado é instaurado a partir da desapropriação, condição através da qual o sujeito territorializado vê a possibilidade de escape desse cenário indesejado. Para esse sujeito, a desapropriação passa ser vista como uma negociação, um processo através do qual ambas as partes obtêm aquilo que desejam: o poder público, a obra de relevância social; o desapropriado, uma casa melhor. Com isso, o enunciador territorializado ressignifica a experiência e entende a desapropriação como o meio pelo qual alcança o objeto de desejo. Em outras palavras, viver num lugar e chamá-lo de “seu” acontece muito antes da concretização do morar físico. Estão imbricados o dentro e o fora. O desejo íntimo de um sujeito por uma morada que corresponda a seus anseios e aos seus valores. Portanto, o enunciador territorializado abriga-se num lugar que se perfaz em seu espaço existencial, materializado discursivamente como o “cantinho nosso”, o seu lugar no mundo.

Por fim, o **enunciador multiterritorializado** não demonstra ter apego emocional a uma casa em si: nem a anterior, nem a atual, mas à facilidade de acesso à vida urbana que morar no atual imóvel pode lhe proporcionar. Sua narrativa de vida se constrói a partir da premissa de que o lá (moradia anterior) era perigoso, mas o aqui (moradia atual) é seguro e “perto de tudo”.

O percurso gerativo do sentido, para o enunciador multiterritorializado, não se dá na inter-relação dentro/fora, como ocorre no enunciador desterritorializado e territorializado. Pelo contrário, predomina a valorização do ambiente externo sobre o espaço onde se faz residência.

Assim, o enunciador multiterritorializado não se limita a pertencer a uma casa. Antes, opta pelo não lugar, nas vias concretas da mobilidade abstrata, no “chegar mais rápido

e melhor”. Este é um fenômeno tão sólido nos dias atuais que os meios de transporte e pontos de passagem procuram oferecer comodidades e confortos que só seriam possíveis de encontrar em uma casa (AUGÉ, 2012). No entanto, tais espaços - meios de transporte, aeroportos, rodoviárias, estações, hotéis e pousadas, entre outros pontos de passagem - são desprovidos de singularidades, que só poderiam ser atribuídas por uma subjetividade. Portanto, perdem a condição de lugar, sendo denominado como não lugares, espaços físicos onde a extensão humana se dá pela “[...] circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios ou os grandes centros comerciais” (AUGÉ, 2012, p. 36).

O percurso gerativo do sentido do enunciador multiterritorializado é marcado pela visão negativa do espaço antes habitado, onde não se sente pertencido, pois o lugar não atende às suas necessidades de locomoção, nem à liberdade de transitar pelos não lugares de forma segura. A esse sujeito, não importa os significados atribuídos ao lugar habitado, nem à antiga moradia, tampouco a atual. Ao optar pelo *não lugar*, o enunciador multiterritorializado prefere o *tudo*, ou seja, a passagem facilitada, a circulação acelerada, a liberdade do ir e vir, a apropriação dos espaços urbanos, a resignar-se à distância dos grandes centros, às margens da vida social que lhe permite a urbanidade.

Ao responder cada uma dessas questões de pesquisa, que corresponde a cada um dos objetivos específicos desta tese, chegamos ao nosso objetivo geral, o de analisar narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação, à luz da IPA e da Semiótica Discursiva, a fim de categorizar o discurso do desapropriado.

Nossa tese, portanto, é a de que as narrativas de vida sobre a desapropriação selecionadas nesta pesquisa revelam três modos singulares de significar o vivido. Escolhemos para cada um desses percursos três designações condizentes aos sentidos que tais narrativas exprimem: o enunciador desterritorializado, com um apego ao **lá-outro**; o enunciador territorializado, com um apego **aqui-agora**, no lugar onde se faz residência; o enunciador multiterritorializado, com um apego ao **aqui-agora**, mas nos espaços de circulação, na apropriação dos espaços urbanos que lhe permite a residência atual.

Diante disso, chego à conclusão de que a desapropriação é, sem dúvidas, uma experiência traumática, pois interrompe o decurso habitual da vida do sujeito no lugar onde constrói relações e significa sua existência. Entretanto, cada sujeito se narra de modo singular. Para o enunciador **desterritorializado**, a desapropriação é uma experiência que enclausura, pois este se realizava no **lá-outro**. Para o enunciador **territorializado** e **multiterritorializado**, a desapropriação é uma experiência que emancipa. A diferença é que o

territorializado se realiza no **aqui-agora** ao obter no presente a casa que sempre sonhou ter, daí a idealização eufórica do objeto de desejo; o **multiterritorializado** também se realiza no **aqui-agora**, mas não na casa nova, e sim na apropriação dos espaços urbanos, condizentes com seus anseios de transitar com segurança, desfrutando da liberdade de ir e vir, algo que lhe era negado na moradia anterior.

Vale lembrar que essas três categorizações discursivas foram feitas por uma questão metodológica e de arranjo analítico. Contudo, elas não podem ser estanques. Isso porque a porosidade do sujeito faz com que, em algum momento, o sujeito pode se sentir desterritorializado, em outros momentos, multiterritorializado ou territorializado. Alice, por exemplo, não é tão desterritorializada que não possa seguir com sua vida (“[...] estou fazendo faculdade, tenho três filhos para cuidar, e casa. Está tudo bem corrido para mim. Espero que logo melhore”). Bárbara, por sua vez, não é tão territorializada na casa nova que não possa se emocionar ao falar da antiga casa (“Quando eu voltei lá um tempo, a minha casa estava toda no chão, misericórdia”). Até mesmo Carol não é tão multiterritorializada assim que não sinta falta dos amigos e da família (“Também sinto muita falta dos meus familiares e amigos”).

Nesse sentido, não tenho a pretensão de afirmar que todas as narrativas de vida de desapropriados vão revelar apenas enunciadores “desterritorializados”, “territorializados” ou “multiterritorializados”. Entretanto, compreendo sim que é possível que qualquer pessoa, em situações similares, possam se sentir “desterritorializadas”, “territorializadas” ou “multiterritorializadas” em algum momento da vida, ao experimentarem a dor (ou alívio) de serem desapropriadas do lugar onde fazem residência.

As implicações metodológicas desta tese vão desde o uso das técnicas digitais para a coleta dos dados, até a minuciosa descrição dos procedimentos utilizados no tratamento das narrativas. Consideramos uma abordagem inovadora nos estudos com narrativas de vida, que certamente irá auxiliar pesquisadores de outras áreas, não só da Linguística, no manuseio com as narrativas, desde a coleta, armazenamento, transcrição e análise destas.

Assim, esta tese se valeu de diferentes dispositivos tecnológicos para compensar o fato de eu estar longe dos participantes da pesquisa. Recorri a esse dispositivo para lidar com a limitação de recursos financeiros para realizar as entrevistas de modo presencial. Como não obtive uma bolsa de doutorado, posto que a seleção a qual submeti foi na modalidade Dinter (Doutorado Interinstitucional) e tive que cursar o doutorado concomitante ao trabalho, sem licença para estudos, o modo como solucionei o problema da escassez de recursos para viagem foi o uso das tecnologias digitais para o levantamento do *corpus*. Pautada nos princípios etnossociológicos para a coleta de narrativas, empreendi uma série de etapas com a

finalidade de me aproximar do sujeito pesquisado, até ele se sentir confiante para compartilhar comigo sua experiência com a desapropriação. Essas etapas foram as seguintes:

- Criação de uma página no *Facebook* para compartilhar fotos antigas, para me conectar com essas pessoas;
- Contato inicial pelo *Messenger*, a fim de estabelecer uma conversa informal, que desse margem para que eu falasse da pesquisa e formalizasse o convite para a participação;
- Confirmado o aceite, troca de *WhatsApp* para a realização da entrevista narrativa semi-estruturada.

Cabe enfatizar aqui que essas etapas são passos da pesquisa qualitativa, adotadas estrategicamente para me aproximar do sujeito pesquisado, de modo a minimizar o distanciamento geográfico.

Finalizada essa etapa de coleta de dados, novamente cerquei-me de diversos dispositivos tecnológicos no tratamento dos dados, sempre com o cuidado de que nenhum dado se perdesse, da seguinte forma:

- Armazenamento dos áudios em nuvem, através do aplicativo *Dropbox*;
- Conversão dos áudios para o formato *MP3*, através de um conversor de áudio *online*;
- Reprodução do áudio no computador, através do aplicativo *Windows Media Player* e transcrição por voz usando o celular, através do aplicativo *Word Online*;
- Revisão das transcrições, análise e categorização dos dados através do *software MaxQDA*. Após duas tentativas frustradas e uma licença paga em dólar praticamente perdida, desisti do *software* e optei por elaborar as categorizações de próprio punho, usando as narrativas transcritas e impressas em papel, lápis e marca-textos coloridos, pois as categorizações feitas no *software* não faziam sentido para mim alguns meses depois de tê-las elaborado.

Todos os dispositivos acima mencionados, com exceção do *software MaxQDA*, encontram-se disponíveis gratuitamente para uso na *Internet* e/ou no *Play Store*.

Para gerar os mapas da Estância Jaraguá, no capítulo de contextualização, o aplicativo *Google Earth* foi de suma relevância, pois me permitiu mostrar o início da urbanização do bairro ainda na década de 1980, como também no ano que antecedeu a desapropriação em 2012 e sete anos após a demolição das casas, em 2019. Achei interessante mostrar para o leitor não apenas as narrativas de vida sobre a desapropriação, mas também o impacto do em-

preendimento no lugar, a fim de uma melhor compreensão das transformações desencadeadas na vida dos participantes da pesquisa.

Neste sentido, este estudo suscitou possibilidades metodológicas de se engendrar pesquisas com narrativas de vida. Além disso, sua relevância se assenta no fato de levantar discussões necessárias e urgentes no âmbito do discurso, sobretudo nos estudos que se preocupam com narrativas de vida em Linguística, a partir da apropriação de diferentes fios teóricos, oriundos da Etnossociologia, da Análise Fenomenológica Interpretativa e da Semiótica Discursiva, partindo não de um texto artificialmente elaborado, fictício, para satisfazer determinada construção teórica, mas da própria língua em funcionamento, do próprio ato de linguagem que busca significar o mundo e construir a realidade social, que é a narrativa de experiência vivida.

Esta pesquisa, ainda que não tenha sido o seu objetivo primordial, tem implicações sociais e políticas que, em virtude da necessária delimitação temática, foram postas de lado e podem ser retomadas em pesquisas futuras. Como implicações sociais, destaco aqui a questão do gênero: todas as narrativas de vida analisadas são de mulheres. Chegamos a coletar narrativas de homens, mas descartamos para análise, pela excessiva objetivação e insuficiência de dados que permitisse sustentar as categorizações. As mulheres desta pesquisa sentem de modo diferente. São mulheres fortes, protagonistas de suas de suas trajetórias, que se desdobram para dar conta da complexidade da vida da mulher brasileira, entremeadas de afazeres relacionados ao cuidado da casa, filhos, trabalho, carreira e estudos. A desapropriação “tira o chão” de uma, “dá um chão em que pisar” para outra, e dá “asas” para a terceira. Contudo, a experiência de ser desapropriada não lhes priva da força de persistirem na busca por seu lugar no mundo.

Como implicações políticas, temos a própria construção do Rodoanel Mário Covas, razão pela qual o instituto da desapropriação foi acionado. A obra está em seu 21º ano de construção, ano em que concluiu esta pesquisa, sem que tenha sido concluída. Diversas denúncias relacionadas ao superfaturamento da obra, desvios de recursos e indenizações exorbitantes e injustas foram denunciadas pela mídia, inclusive casos de pessoas que, até a data da presente pesquisa, não foram indenizadas. Nas narrativas analisadas, inclusive, há menção sobre tais irregularidades no pagamento das indenizações.

Outra questão levantada pelas narrativas de vida foi o endividamento. Com a indenização que recebera, Alice não conseguiu comprar uma casa em condições similares à que morava, assim como Carol. Desse modo, as participantes, se quisessem continuar morando na cidade, deveriam “pagar o preço”. Alice “paga o seu preço” morando numa casa “inferior a

que tinha”, sem escritura pública individual, por isso teme ser desapropriada novamente e, assim, perder a moradia. Carol, para ter acesso a uma moradia melhor localizada, teve que recorrer a um financiamento imobiliário. Bárbara, contudo, só tem acesso à moradia que sonhou porque optou sair da cidade e morar fora da cidade de São Paulo.

Notamos, pelas narrativas de vida dessas mulheres, um descaso do poder público em relação ao bem comum de seus cidadãos, que são tratados sem um mínimo de empatia, coagidos a aceitarem qualquer que fosse a indenização. Acuados e sem ter a quem recorrer, essas pessoas não tem alternativa que não fosse ceder o seu lugar ao “progresso”.

Desta feita, uma possibilidade de pesquisa futura seria analisar o discurso do poder em sua força persuasiva, elencando as estratégias argumentativas utilizadas no exercício de convencer os cidadãos paulistanos a se apropriarem do discurso do poder, que legitima a necessidade urgente de construção do anel viário. O *corpus* de análise poderia ser o vídeo oficial de propaganda da construção do Rodoanel Mário Covas, bem como os informativos da Dersa que relatam o andamento da obra e as ações realizadas frente à comunidade situada na linha do traçado. Um desses encartes chega a tratar que a Floresta da Cantareira será devolvida ao seu “legítimo habitante”. Na foto, encontra-se a imagem de um bugio.

Esta tese suscitou também outras questões importantes para os estudos em narrativas de vida, principalmente no que se refere à análise dos dados, à metodologia da pesquisa, às próprias questões políticas e, sobretudo, ao estudo da linguagem a partir da realidade concreta, levando em conta o sujeito em suas singularidades. Assim, pretendo, em pesquisas futuras, retomar os conceitos de narrativa e experiência, a fim de trazer as contribuições desta pesquisa para tais conceituações.

Um dos aprendizados que gostaria de destacar nesta pesquisa foi o domínio das estratégias teórico-metodológicas necessárias à escrita de uma tese. Esta não acontece de um dia para o outro, mas que demanda anos a fio de estudo, reflexões, renúncias, desapego, escrita e reescrita. Lidar com as narrativas, espreme-las em busca do sentido, das autoconstruções discursivas, a fim de estabelecer as categorias é um exercício que requer muita de reflexão e capacidade de abstração. Eu sempre estava a conversar com minha orientadora, membros do Gelda, colegas de trabalho na Unidade da Urca em Missão Velha, sobre minhas inquietudes ao longo da análise das narrativas. Acredito que socializar minhas descobertas e ouvir o que esses estudiosos tinham a dizer sobre minhas abstrações foram duas ações cruciais na construção das categorias discursivas.

Além disso, tive de buscar auxílio nas estratégias de produtividade, gestão de tempo e *coaching*, apropriando-me de técnicas apontadas por Christian Barbosa e Gerônimo

Theml. Assim, acredito que os professores de Metodologia da Pesquisa poderiam atualizar suas ementas, em busca de um instrumental adequado para lidar com a procrastinação e o bloqueio criativo, hábitos que minam a produtividade acadêmica. É preciso um pouco de *coaching*, neurociência, mudança de hábitos, criação de rotinas, desafios e recompensas para que o pesquisador dê conta de produzir ciência diante do mundo acelerado, das crescentes demandas que a vida social e a universidade exigem do pesquisador.

Escrever esta tese, embora este não tenha sido o objetivo, foi também um processo de autoconstrução, de um olhar para dentro de mim em busca de respostas para perguntas que sequer haviam sido formuladas. Construo aqui nesta tese minha jornada como pesquisadora, atravessada pelas narrativas de Alice, Bárbara, Carol, que dialogam com a história de tantos migrantes, imigrantes e refugiados, que vivem no cotidiano os dilemas e desafios de sair dos lugares onde constroem suas histórias. São milhares de pessoas todos os dias, à revelia das problemáticas que lhes são impostas, como a desapropriação, conflitos armados e falta de emprego, impulsionadas a deixar o meio social onde vivem para se embrenhar mundo afora, movidos pela esperança de uma condição de vida melhor.

Isso nem sempre acontece. Por isso, prefiro recriar o velho ditado, substituindo “o tempo cura todas as feridas”, para “o narrar-se cura todas as feridas”. Desde a Revolução Cognitiva (HARARI, 2017), nós nos constituímos como seres capazes de narrar o mundo social através da linguagem. Somos fabricantes de histórias, narradores de nossas peripécias, e assim vamos dando sentido, encontrando caminhos, criando uma lógica no meio do caos para dar sentido às nossas experiências. Somos seres de linguagem, através da qual construímos a realidade, movidos pela nossa capacidade imaginativa. E, desse modo, seguimos o decurso da vida, numa constante interação com o outro e o com o meio social, alçando novas trajetórias, em busca do sentido de ser, estar e nos relacionar com o mundo. Ao passo que Alice, Bárbara e Carol fabricaram suas histórias, construindo-se a si mesmas numa jornada marcada por dificuldades, construía-se do mesmo modo minha jornada como pesquisadora, cujo olhar atento se via refletido na trajetória das participantes.

Compreender as dinâmicas que se realizavam em seus discursos exigiu de mim um movimento de aproximação e distanciamento. Por vezes, os olhos marejavam, a voz tornava-se embargada, os sentimentos evocados impunham que se abandonasse o trabalho e fosse espiarescer em outras demandas, como lavar uma louça, um “mói” de roupa, regar os cactos, brincar com o filho pequeno ou, até mesmo, ir tomar um cappuccino italiano no *Kava Café*. Noutros momentos, meu olhar se aguçava, permitindo assim a reflexão sobre as dinâmicas engendradas nos textos, o que me levava a avançar nas abstrações acerca do objeto de estudo.

Lidar com essas narrativas também me provocou a enfrentar meus dilemas mais íntimos, relacionados ao meu lugar no mundo e à minha construção como pesquisadora e pessoa.

Diante disso, percebemos que esta tese, ainda que não fosse seu objetivo, revela, em outra instância, a construção de um eu pesquisador desapropriado de si e do seu lugar, que se vê diante de um dilema de escrever uma tese em meio aos desafios de conciliar as demandas da vida familiar, social, profissional com as demandas que a vida acadêmica lhe impõe. Apesar dos desafios, que não são privilégios meus, posso dizer que cumpri com o meu propósito. A escrita desta tese traz também a construção de uma pesquisadora que se forma ao passo que escreve. Esta trajetória, contudo, não termina aqui. Cumpre-se, apenas, um requisito para que possa alçar voos independentes, que certamente me levarão a outras histórias, a novos desafios e, quem sabe (é o que espero), a outros mares nunca antes navegados.

REFERÊNCIAS

ASHWORTH, P. D. An approach to phenomenological psychology: the contingencies of the lifeworld. **Journal of Phenomenological Psychology**, v. 34, n.6, p.145–156, 2003.

ABAGGE, Y. R. **Breves comentários sobre o instituto da desapropriação**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/20007-20008-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ANDRADE, F. R. S. **Autoconceitos de leitura erigidos a partir de narrativas de vida de professores alfabetizadores**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2019.

ARAÚJO, G. Um mês após desabamento de prédio em SP, duas pessoas seguem desaparecidas. **G1**, São Paulo, 01 jun 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/um-mes-apos-desabamento-de-predio-em-sp-duas-pessoas-seguem-desaparecidas.ghtml>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

ARAÚJO, J.; PIMENTA, A. A.; COSTA, S. A proposta de um quadro norteador de pesquisa como exercício de construção do objeto de estudo. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 175-188, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015115>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do Discurso. FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística: II. Princípios de análise**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BELLAN, A. C. D. **Territórios alisados; trajetórias fluidas; narrativas rugosas: a história da remoção de uma favela**. 2007. 304 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, 2007.

BERGSON, H. **O que Aristóteles pensou sobre o lugar**. Trad. Anna Lia A. de Almeida Prado. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Trad. Zuleide A. C. Cavalcante, Denise M. G. Lavallée. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRAGA, R. C. **Direito de propriedade e a Constituição Federal de 1988**. 2009. 45 f. Monografia (Especialização em Direito Constitucional) – Escola Superior de Magistratura, Fortaleza, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 mai. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-

lei/Del3365compilado.htm>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRUNER, J. **Fabricando histórias**: direito, literatura, vida. Tradução de Fernando Cássio. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. *In*: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989, p. 81-92.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. São Paulo: Paulus, 2010.

BURNIER, J. R. **Falta de moradia é um dos principais problemas das cidades brasileiras**. *Jornal Hoje*, G1, 14/07/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/07/falta-de-moradia-e-um-dos-principais-problemas-das-cidades-brasileiras.html>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CALDEIRA, T. P. R. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. **Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003**. Goiânia, 16 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. Ângela Correia e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. Trad. Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**: um guia prático para análise qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. Dados Eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

CORDEIRO, J. A. **Nova Jaguaribara**. 2010. Disponível em: <<http://site1382380002.hospedagemdesites.ws/?p=850>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

DELORY-MOMBERGER, C. **Biografia e Educação**: figuras do indivíduo-projeto. Trad. Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da S. Neto, Luis Passeggi. Natal-RN: EDUFRN;

São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **As histórias de vida:** da invenção de si ao projeto de formação. Trad. Albino Pozzer. Natal-RN; Porto Alegre; Salvador: EDUFRN; ediPUCRS; EDUNEB, 2014.

DERSA. Desenvolvimento Rodoviário S.A. **Rodoanel Mário Covas:** trecho Norte - estudos ambientais. São Paulo: Image Nature - Comunicação e Sustentabilidade, 2010.

_____. **Rodoanel Trecho Norte:** guia de desapropriação e reassentamento. São Paulo: FSC, [2010?].

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

FERRAROTTI, F. **Histórias e histórias de vida:** o método biográfico nas Ciências Sociais. Tradução de Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi. Natal: EDURFN, 2014.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denys. **A Cidade Antiga.** Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Versão para eBook, 2006. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/eLibris/cidadeantiga.html>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

GIL, A. C. O projeto na pesquisa fenomenológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 4., 2010, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro, 2010, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/44.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. São Paulo: Lamparina Editora: 2014.

HARARI, Y. N. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. 26. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo.** 15. ed. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Universitária São Francisco, 2005.

JOSSO, Marie-Christine. Corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan./abr. 2012.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LARA, G. M. P. Abrindo as portas: a voz dos imigrantes e refugiados. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 28-48, 2017.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACHADO, I. L.; LESSA, C. H. Reflexões sobre o gênero narrativa de vida do ponto de vista da análise do discurso. *In*: JESUS, S. N.; SILVA, S. M. R. (Orgs.). **O discurso & outras materialidades**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, v. 1, p. 102-122.

MAIA-VASCONCELOS, S. M. **Clínica do Discurso**: a arte da escuta. Fortaleza: Premium, 2005.

_____. Histórias de vida e genealogia: categoria narrativa específica em busca do tempo perdido... **Revista Linha d'Água**, n. 24, v. 02, p. 313-328, 2011.

_____; CARDOSO, Maria Neurielli Figueiredo. Novas Fronteiras Linguísticas: um estudo sobre o gênero autobiográfico. **Revista Eutomia**, ano II, n. 01, p. 652-664, jul. 2009.

MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NOVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Tradução de Maria Nóvoa. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014.

PALLASMAA, J. **A Imagem Corporificada**: imaginação e imaginário na arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 135-148, jul./dez. 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PENNA, A. C. A fenomenologia da linguagem em Merleau-Ponty. **Arq. Bras. Psic.**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 20-35, jul./set. 1986. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19307/18049>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

PINEAU, G. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 2, v. 32, p. 329-343, mai./ago. 2006.

_____.; LE GRAND, Jean-Louis. **As histórias de vida**. Tradução de Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi. Natal: EDURFN, 2012.

PINHEIRO, L. V. R. **Fontes ou recursos de informação**: categorias e evolução conceitual. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pcbib/article/view/8809>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

RAJAGOPALAN, K. Linguagem e cognição do ponto de vista da Linguística Crítica. **Veredas, Revista de Estudos Lingüísticos**, Juiz de Fora, v. 06, n. 01, p. 91-104, jan/jun. 2002.

REIS, E. R. O lugar do sentido. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.**, Belém, v. 9, n. 2, p. 109-123, mai./ago. 2017.

RESENDE, E. S. A. Trauma e crise de significados na articulação de identidades coletivas na política internacional.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200003&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 14 fev. 2016.

RIBEIRO, M. F. B. **Memória de Concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste: 2002.

RIGON, A. **Cadastros Técnicos para Fins de Desapropriação**: o caso do Rodoanel Mario Covas Trecho Norte. São Paulo/ Guarulhos/ Arujá 2012-2015. 2016. 91 f. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades) – Programa de Educação Continuada em Engenharia. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SALMON, C. **Storytelling**: La machine à fabriquer les images et à formater les sprits. Paris: La Découverte, 2007.

SALMON, C. **Storytelling**: la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits. Paris: La Découverte, 2007.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. Requerimento 13 – RDS 1288/2006, de 28 de junho de 2006. Voto de Júbilo, Louvor ou Congratulações. Congratulações a Avelino José da Rocha pelo aniversário do Bairro Taipas. Disponível em: <http://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=13&ANO_PCSS_CMSP=2006&COD_PCSS_CMSP=1288>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. Mapa subprefeituras. 2002. Disponível em: <<http://www.sp-turismo.com/bairros-sp.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

São Paulo. Assembleia Legislativa. Decreto nº 36.677 de 22 de abril de 1993. Delega competência ao Secretário de Transportes para autorizar a concessão de obra pública relativa à Via de Interligação Rodoviária – RODOANEL. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-36677-22.04.1993.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

São Paulo. Assembleia Legislativa. Decreto nº 43.386, de 17 de agosto de 1998. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário

S/A., imóveis necessários à construção do RODOANEL Metropolitano de São Paulo, no trecho que especifica e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1998/decreto-43386-17.08.1998.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

São Paulo. Assembleia Legislativa. Decreto nº 57.930, de 30 de março de 2012. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, imóveis localizados nos Municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, necessários à construção do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, denominado "Mário Covas", no seu Trecho Norte, que especifica e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57930-30.03.2012.html>>. Acesso em 15 out. 2018.

São Paulo. Assembleia Legislativa. Decreto nº 61.199, de 31 de março de 2015. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, ocupação temporária ou para instituição de servidão pelo Departamento de Estradas de Rodagem-DER, os imóveis necessários à implantação do RODOANEL METROPOLITANO DE SÃO PAULO, denominado "Rodoanel Mario Covas", Trecho Norte, localizados no Município de Guarulhos e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61199-31.03.2015.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SIQUEIRA, K. A. **Ortodoxia e heterodoxia nos relatos do sujeito coletivo mulher vítima de violência doméstica**: amar a si mesmo como ao próximo. 2014. 167f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, G. R. **O luto materno nas narrativas de vida e de morte**: uma abordagem sociológico-discursiva da perda. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SMITH, J. A.; OSBORN, M. Interpretative phenomenological analysis. *In*: SMITH, J. A. (Eds.) **Qualitative psychology**: a practical guide to research methods. London: Sage Publications, 2003.

TATIT, L. A abordagem do texto. FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

VAN MANEN, M. **The tact of teaching**: the meaning of pedagogical thoughtfulness. New York: State University of New York Press, 1991.

VILLA, M. A. **Quando eu vim me embora**: história da migração nordestina para São Paulo. São Paulo: Leya, 2017.

ZOTTIS, J. T. **Parada de Taipas em Destaque na série 'De olho na história'**. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/noticias/periferia-brasilandia-historia-parada-de-taipas>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

Orientações

Estou muito feliz por você fazer parte dessa etapa tão importante de minha vida. Muito feliz mesmo! Muito obrigada por aceitar meu convite. Além disso, vai ser bom passarmos esse tempo conversando. Quando estiver pronto(a), é só me avisar que eu vou de áudio. Pode responder por áudio também. Até acho melhor, pois posso matar a saudade de sua voz e também compreender melhor seu depoimento. Não precisa se prender à pergunta. Sinta-se à vontade para falar livremente. Suas informações serão utilizadas na minha tese. Sua identidade, porém, será preservada. Por gentileza, me fala seu completo (apenas para meu controle) e sua idade atual quando iniciar.

1. Me diga uma coisa, como você foi parar na Estância Jaraguá?
2. A sua família veio de onde?
3. Se você tivesse que fazer algum esforço, qual a lembrança que lhe vem à memória quando você pensa na Estância?
4. Como você tomou conhecimento da desapropriação para a passagem do Rodoanel? Como você se sentiu em relação a isso?
5. Conta um pouco pra mim como aconteceu o processo de desapropriação.
6. Qual é a sua opinião sobre essa obra do Rodoanel?
7. Se você pudesse escolher entre a Estância de outrora e a nova moradia, o que escolheria? Por quê?
8. Onde você está morando agora? O que diz da nova moradia?
9. Que mudanças essa obra trouxe em sua rotina?

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA 1

DATA: 07, 08 e 09 de setembro de 2016. Via Whatsapp

Nome completo e idade

Meu nome é ***, tenho 31 anos. Eu fui morar na Estância, na verdade, eu nasci na Estância já. Meus pais já moravam lá a bastante tempo, inclusive eu nasci em um hospital lá em Taipas mesmo. Eu nasci praticamente naquela casa de onde nós fomos desapropriados.

Qual a sua lembrança mais antiga da Estância?

A minha lembrança mais antiga lá na Estância era a minha infância mesmo, que foi muito boa ali naquele lugar. Meus familiares todos moravam por lá, e os que não eram familiares eram como se fossem familiares. Porque a gente convivia junto há tanto tempo. Eu nasci lá. Então, a minha lembrança mais antiga lá era realmente a minha infância, quando eu brincava na casa da minha vó, que era na rua detrás da minha rua, que também era na Estância. Então, essa é a minha lembrança mais forte de lá.

Como você tomou conhecimento da desapropriação para a passagem do Rodoanel e como você se sentiu em relação a isso?

Eu soube da desapropriação, na verdade, assim: começou um boca-a-boca, os vizinhos começaram a comentar. Tinha um carro do Rodoanel que dava as informações lá em Taipas, próximo da Estância. As pessoas tomavam informação lá, meus familiares inclusive tomavam informação lá e passavam para a gente. Eu me senti bastante desorientada e preocupada demais. Porque é complicado. É uma mudança muito grande de repente. Eu fui informada sobre esse processo, na verdade, por um oficial de justiça. Porque todos estavam recebendo a convocação para ir até a Dersa, para poder resolver, para poder ver se [a gente] aceitava a oferta da Dersa, ou não. Só que a gente não recebia essa convocação. Foi complicado porque a gente foi ficando por último nas propostas. E fomos ficando preocupados. Mas quando a gente menos esperava, chegou um oficial de justiça na nossa porta falando sobre a desapropriação, que nós seríamos desapropriados, quiséssemos ou não, aceitássemos ou não. Nós teríamos que sair de lá da nossa casa, e o valor, assim, absurdamente baixo. Foi 210 mil na época. Muito pouco. Nunca eu ia conseguir comprar casa nem inferior à que a minha mãe tinha. Só se eu comprasse numa comunidade, numa favela, e mesmo assim, não seria uma casa documentada. Porque com 210 mil por aqui você não compra.

Como foi o processo de desapropriação?

O processo todo de desapropriação foi um processo muito demorado que, aos poucos, foi acabando com a saúde de todo mundo. [A] saúde psicológica, principalmente, e aí reflete no corpo. As pessoas vão ficando doentes. Enfim, foi complicado. A gente ficou muito preocupada, não sabia quando ia sair, não sabia se íamos ter dinheiro para [comprar] uma casa. Apareceram vários advogados, [que] prometiam mundos e fundos para as pessoas. A gente achou uma advogada que não cobrava tão caro. [Muitos advogados] estavam se aproveitando de todos os moradores ali, [pois] viram uma oportunidade de ganhar dinheiro e estavam querendo se aproveitar das pessoas. Então, a gente achou um escritório que [pensamos] ser o correto. Pesquisamos tudo e, pelo percentual que eles cobriam, ia ser mais viável para gente. Então a gente ficou com esse escritório. Mas assim: mesmo com um advogado, a gente ficou muito preocupada, demorou bastante. E quando saiu o valor, saiu de acordo com o que o perito do juiz tinha colocado. A gente se sentiu muito triste, porque as pessoas que receberam ofertas da Dersa, diretamente da Dersa, saíram muito bem de lá, conseguiram comprar uma casa igual ou melhor. E a gente não, a gente não ia conseguir. A gente foi ajuizada nem sabe porque foi, porque a gente não deixou de aceitar uma proposta, eles simplesmente não fizeram. A gente não entendia o motivo porque pessoas com casas similares ou inferiores [tinham recebido] propostas tão altas, e a gente uma proposta tão baixa. Com todos os que foram ajuizados ocorreu a mesma coisa. Então foi muito triste para gente, muito preocupante. Eu ficava bastante preocupada com a minha mãe, porque ela não é tão velha, mas ela também não está numa idade para passar tanta preocupação. Foi uma experiência muito traumática para mim, eu fiquei muito mal. No meu trabalho, as pessoas vinham

conversar comigo porque eu chorava muito. Foi assim bem complicado o processo.

Se você pudesse escolher entre viver na Estância de antigamente e na sua nova moradia, o que escolheria?

Eu não desapeguei da Estância, meu coração ficou lá. Eu fico muito triste cada vez que eu lembro que eu nasci lá, eu me criei lá, tinha vínculos com muitas pessoas lá, além dos meus familiares que moravam próximo, e as pessoas todas, cada uma, foi para um lado, e a gente praticamente não tem tanto contato. Muitos vizinhos queridos já faleceram, eu acredito que essa questão do Rodoanel pesou bastante, porque as pessoas ficaram debilitadas, por causa da tristeza, da chateação, do nervoso. [Era] pressão que subia, muita coisa assim envolvida, que eles nem imaginam.

Qual é a sua opinião sobre essa obra, o Rodoanel?

Eu não acho que [o Rodoanel] é uma coisa assim que vá trazer tantos benefícios à população. Para minha vida, só trouxe malefícios, e não benefícios. Porque eu não me adapto aqui onde eu estou. Não é um lugar ruim, mas eu sinto muita falta de lá ainda. Porque afinal foram 30 anos, e eu estou só há 2 anos aqui onde eu estou. Os vizinhos lá eram pessoas que a gente se entendia, a gente conversava. [Aqui] não é a mesma coisa. É uma coisa muito difícil você começar novamente do zero uma relação com pessoas, lidar com pessoas é difícil. Lá a gente sabia como eram as pessoas, aqui elas são totalmente diferentes, é uma outra cultura. É complicado, não é fácil não.

O que mudou na sua vida com a desapropriação?

A desapropriação trouxe inúmeras mudanças e afetou demais a vida minha e da minha família, a minha rotina. Primeiro, que eu tinha muitos familiares em volta, então se eu precisasse sair para trabalhar e não tivesse com quem deixar meus filhos, eu poderia recorrer a qualquer uma das minhas tias, que elas estavam lá, eu deixava com elas. Agora, eu tenho que deixar de fazer coisas, deixar de trabalhar em tais horários, para poder cuidar das crianças, não deixar sozinhas. Tenho que me preocupar com horários de escola, que lá as escolas eram bem próximas. Aqui já não são tanto, já não são tão próximas. É complicado nesse sentido. Em relação ao trabalho, a gente vai de ônibus, vai de qualquer lugar, mas o problema maior, a mudança maior foi a escola. Meus filhos demoraram para se adaptar na escola aqui. É como eu falei: cada lugar, independente de ser na mesma cidade, tem uma cultura diferente. Aprende coisas diferentes. Então, foi complicado eles se adaptarem. O meu filho mais velho, inicialmente na escola, quando entra um aluno novo assim no meio do ano, que foi de repente. Assim, no meio do ano a gente teve que sair, e assim, as crianças algumas são más, e acabam causando transtorno. Mas é o que elas aprenderam, então a gente não pode culpar também. Mas foi bastante complicada a adaptação das crianças na escola, e até hoje é difícil [cumprir] nossos horários, porque a gente não tem nenhum vizinho que a gente confie, e eu jamais confiaria mesmo, porque em 2 anos de convivência a gente não conhece ninguém. [Na Estância] eu estava muito próxima da minha família, tinha muitos tios, tinha meus avós, e isso [a desapropriação] acabou complicando muito essa questão. E também em relação à segurança: porque não conheço quase ninguém aqui, e a gente fica preocupada. Lá [na Estância] não. Lá, a gente saía e falava: “dá uma olhadinha na minha casa”? E o vizinho olhava. Mas é uma relação muito legal que a gente tinha com os vizinhos, sabe? Não só com minha família que era toda de lá, mas os vizinhos eram como se fossem família também. Era uma relação muito legal. Fora a igreja que a minha mãe frequentava: a igreja era na rua de casa e era muito fácil o acesso, e hoje é um pouco mais difícil porque é mais longe. Assim, houve muitas mudanças em relação à nossa rotina.

Você se lembra do dia da mudança?

O dia da nossa mudança foi muito triste. Foi um dia que a gente olhava para as paredes da nossa casa e pensava: "Pôxa, a gente viveu tantas coisas aqui, e de repente ter que deixar tudo para ser derrubado". Eram histórias que tinham ali. Não era o físico, sabe, era o emocional. Era muito mais que tijolo, era muito mais que piso, que laje. Era muito mais que isso. Era um vínculo que a gente tinha com aquele lugar, e com aquela casa que, assim, aquela casa tinha um quintal enorme, sabe? As crianças tinham liberdade de brincar, de, sabe? E aqui não é assim, a gente mora num sobrado, são dois sobrados, que tem um quintalzinho muito pequeno, eles [os filhos menores] não sabem nem andar de bicicleta sem

rodinha, e lá meu filho mais velho teve oportunidade, sabe? Ficava à vontade. Ficava à vontade no bairro para andar de bicicleta, ficava à vontade dentro de casa, dentro do quintal que era muito grande e aqui não. Aqui não tem como andar de bicicleta na rua porque é um lugar muito movimentado, não tem como, e também é muito perigoso. Não tem como andar de bicicleta no quintal porque não tem quintal. [E ainda] foi o melhor que a gente achou, viu? Sinceramente, com o valor que eles ofereceram, e ainda porque a gente brigou para conseguir um valor maior, e mesmo assim não deu para comprar algo parecido não. Essa casa não tem nem a documentação, a escritura. Tem a escritura da área toda, mas que teria que desmembrar, e é uma burocracia muito grande que a gente não tem dinheiro. Isso também afetou, e pode vir a afetar mais para frente. É bastante complicada essa situação. Eu não me recuperei em relação à desapropriação. Tem 20% do valor que a gente não recebeu ainda. Foi em 2013, se não me engano [que] começou o processo. São 3 anos de processo e a gente não recebeu ainda os 20% que faltaram. Quer dizer, é muito triste tudo isso, eu fico chateada sempre, sempre. No dia em que eu vi minha casa derrubada, eu chorei, porque ali ficaram enterradas naqueles escombros muitas histórias. A minha história de vida ficou ali.

Onde você está morando?

Perto do Pico do Jaraguá.

Você morava no mesmo terreno da sua mãe?

Sim

Estou emocionada. Lembro da sua casa.

Eu também fiquei quando gravei os áudios.

Uma vez sua mãe fez um bolo floresta negra. Nunca esqueci. Uma sala bem ampla, aconchegante. Sinto falta daquele tempo. Tenho alívio de ter ido embora. De não ter visto as paredes de nossa casa ruindo...

Hoje os cômodos são bem menores. Nem tem quintal. Muitas saudades.

Nossos filhos não vão saber o que é brincar na roça. Não vão saber o que é brincar na rua até escurecer, soltar pipa no campinho. Triste mesmo. Sua história, minha história. Desculpa despertar essas emoções. Mas é algo com que vamos ter que conviver, não é mesmo?

Verdade, dá dó deles. Então, são coisas que eles não vão viver. Poderiam, porque ali ainda dava para viver, [havia ainda na Estância] muita coisa boa, mas nossos filhos não vão poder viver isso que a gente viveu, que marcou pra caramba e que ficou lá. Se você ver como está devastado lá você chora. Eu fui até lá e saí de lá mal.

Como você explica o fato de haver tantas divergências na desapropriação?

Eu acho que na verdade foi assim: o povo lá da Estância estava meio que querendo se unir para ninguém ceder, para poder fazer com que eles fizessem pelo menos ofertas justas para todos. Houve inclusive reuniões com deputado. [Inclusive] eu fui até em uma. E o que eles fizeram: para quebrar essa união do pessoal, eles ofereciam mais dinheiro para os primeiros. Eles escolhiam alguns aleatoriamente e ofereciam dinheiro a mais, porque aí eles iam quebrar essa aliança que a Estância tinha entre si com os moradores, e poder oferecer menos para os outros. Eu também acredito nessa questão de caixa 2, porque [se] está envolvido em política nessas obras sujas deles, com certeza tem caixa 2. Mas inicialmente foi isso que a gente presumiu. Na verdade, meu primo, [que] estava bastante envolvido nessa questão, já tinha falado. O terreno dele não tinha escritura, era escritura da área toda, lá daquela área abaixo da rua do seu pai [antiga roça]. Ele pegou 600 mil e mais 2 apartamentos CDHU, e a casa dele era um sobrado. Não um sobrado cheio de chiqueza. Era um sobrado normal, e ele conseguiu 2 apartamentos que vão sair ainda, cada um vai ser no valor de 90 mil, mais esses 600 mil reais. Quer dizer, nós que fomos ajuizados, ou que ficamos por último, recebemos ofertas muito baixas. Então, eu acredito que tenha sido as duas coisas: tanto fraude, como a questão de caixa 2, de desvio de dinheiro, quanto a questão de eles quererem quebrar essa coisa, esse elo entre os moradores. Porque, se todos tivessem se unido, teria feito uma grande diferença. E eu acredito que todos teriam

recebido propostas justas. Mas, como eles fizeram isso, os que receberam a mais já foram saindo. O meu tio T. recebeu 600 mil pela casa dele. E a casa da minha mãe tem mais benfeitoria que a casa dele. Assim, para mim, foi isso que aconteceu e a gente já tinha meio que sido avisada para não ceder, mas quando o pessoal vê dinheiro, cede mesmo. Está precisando, está com medo, cede mesmo.

Isso é muito triste... O meu pai recebeu 98 mil pela benfeitoria do terreno dele.

É claro que é muito triste. Além de você sair de um lugar que não quer sair, um lugar que é seu, que você viveu toda a sua vida ali, você ainda tem que sair com uma merreca que não dá para nada. Imagina. Se a gente saiu assim, imagina teu pai e tua mãe, com essa merreca que pagaram? O pessoal na Rocinha, que era favela, invasão, que tinha casa pequenininha, tudo apertadinha, eu conheço gente que recebeu mais que isso, mais do que os 98 mil.

Eu amava morar na Estância, agora em relação à igreja, nunca me senti acolhida ali.

Em relação à Igreja mesmo, eu também não me sentia acolhida, nunca me senti acolhida, a não ser na Reunião de Jovens com o irmão Paulinho, mas fora disso eu não me sentia acolhida, de nenhuma forma. Tanto que, depois de tudo o que aconteceu comigo, eu continuei congregando, mas ouvindo tantas coisas duras que as pessoas falavam atrás de mim, falavam besteiras no meu ouvido, sabe? Passei maus bocados lá. Depois de 10 anos congregando, eu acabei parando, não fui mais. Tanto que eu estou morando em outro lugar, mas eu também não fui mais. Me faz um pouco de falta, mas não, eu tenho medo de viver tudo aquilo de novo. Agora em relação ao Rodoanel, é muito triste você imaginar que sua infância ficou ali mesmo, sabe? Muito triste imaginar que seus filhos que estavam fazendo isso, participando já da infância na rua da minha vó e tudo, não iam ver mais aquilo.

Sua família inteira morava na Estância, eu me lembro. E para onde foram essas pessoas?

Os meus avós faleceram. Tinha a tia C*, que foi para Carapicuíba. Tinha a tia L* e o tio M*, que foram para o Jaraguá. Não é muito perto da minha casa onde eles estão, porque a gente está no Jaraguá, mas já na divisa com Pirituba. Eles estão no Jaraguá mesmo. A tia Q* está no Jardim Donária, perto do Rincão. O C*, que é primo, está no Jaraguá, perto da Estação. Meus primos, que é o A*, a S*, foram para Itapetininga (SP). A L*, prima, foi para Cajamar. A P* continua no Parque Taipas mesmo. Só que está todo mundo distante, espalhou e a gente quase não se vê, quase não se fala. Eu com as minhas primas éramos muito juntas. Agora quase a gente não se fala. A gente vivia próximo, ia na casa da outra, mesmo que tinha 5 minutinhos, 10 minutinhos: "ai, eu vou lá ver, vou dar um beijinho na tia, um beijo nas primas, vamos conversar". E ia. Agora não. Agora a correria da vida não deixa, a gente não se vê, quase não se fala. Ficou muito difícil assim até para a família se ver.

E a S*? Onde ela está morando?

Então, a P*a, a minha prima levou ela também para Itapetininga. E ela foi grávida para lá, porque ela tinha casado com um irmãozinho, só que foi uma coisa meio complicada, porque o irmãozinho era meio biruta. Ela também já não era muito bem...(rs). Mas eles se separaram, e ela foi embora para Itapetininga, a minha prima levou porque meus avós morreram, e mãe biológica dela mora lá. Ela teve bebê lá. A mãe dela disse que ela rejeitou, mas a gente não sabe porque [a gente] não estava lá. Mas disse que ela rejeitou porque ela queria uma menina, e aí a mãe dela cria. Pelo que elas dizem, o filho da S* é filho, não do marido, é filho do marido que era marido da irmã dela. Mas a gente não sabe se é verdade, isso é o que eles dizem. E a coitada está morando sozinha lá. Eu fico triste em pensar que ela está vivendo sozinha, porque ela nunca foi de ficar sozinha.

Alguns vizinhos muito próximos faleceram, não sei se você soube. O T*, que morava do lado da minha casa. O B* faleceu, o pai do J* e da D*, que morava na rua da minha avó, faleceu também. Tem muita gente que foi embora também, eu acredito que foi por causa do nervoso que passa, a tristeza e tudo o mais que afeta a mente, acaba afetando o corpo também, e acaba afetando tudo.

E como está a sua mãe?

A minha mãe, ela sempre fala da sua mãe, ela sente muita falta da sua mãe. Ela sempre comenta. Ah, era gostoso. Eu tenho uma foto com a Sara, bem pequena, lá na frente do jardim da minha casa. Tinha um jardim na minha casa, na frente, antes, bem antigamente, da minha casa antiga, que derrubaram.

Eu não sei onde está essa foto, senão eu tinha mandado aquele dia na página, lembra? Lá no grupo do *Facebook*, na página da Estância. Mas eu não achei a foto. Mas assim que eu achar eu vou. É que o tempo é curto. Agora eu estou fazendo estágio, estou fazendo faculdade, tenho três filhos para cuidar, e casa. Está tudo bem corrido para mim. Espero que logo melhore. Mas é isso. Não tem problema você falar, é gostoso, faz tempo que a gente não conversa, é bom conversar.

Eu lembro de você pequena, como você era danadinha...

Realmente, eu me lembro que eu era muito danada (rs). Muito capetinha mesmo (rs). Hoje, graças a Deus que meus filhos não são assim (rs), senão eu estava ferrada. Eu tenho 3 moleques, então você imagina, se eu menina já era danada, dizem que moleque é pior. Mas meus filhos nenhum são piores do que eu era. (rs) Era engraçado. É engraçado hoje eu me lembrar das coisas que eu aprontava quando eu era pequena.

Estou muito feliz em poder conversar contigo sobre isso. Foi maravilhoso. Agora vou deixar você descansar. A gente vai se falando por aqui. Depois me passa o seu e-mail para eu te enviar o Termo para você assinar e me enviar de volta. Um Grande abraço.

Tá bom, bom descanso. Foi muito gostoso poder conversar com você, faz bastante tempo. Um beijão e boa noite. Se ficou faltando alguma coisa, pode me mandar que eu respondo, tá?

E o meu email é: ***

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA 2

DATA: 19 de outubro de 2017 via Whatsapp

Nome completo e idade

***, 58 anos

Origem familiar

Meu pai é de Nazaré Paulista (SP) e nasceu em Pernambuco. Meus avós também.

A minha mãe é paulista. Minha avó, a mãe da minha mãe é italiana e meu avô era descendente de índio. Meus bisavós, eu não cheguei a conhecer. E nunca perguntei para a minha mãe nem para meu pai de onde eles eram, mas meus bisavós [paternos] deveriam ser de Pernambuco também. Meus bisavós da parte da minha mãe também são paulistas também. Não. Aí eu não sei te dizer. Não. Não seria não.

Como era a Estância quando você se mudou para lá?

Quando eu mudei para lá? Era só mato. Só mato. A rua da minha casa, deixa eu ver quantas casas tinham: tinha a Tia S*, tinha acho que a I*, acho umas três casas só. Era puro mato. Uma selva. Nem caminho direito tinha. Senhor eterno! Daí Deus preparou, a gente foi morar lá, fizemos dois cômodos. Deus preparou, mudamos para lá, sofri muito, Paula. Porque quando chovia era só por Deus. Deus preparou um fusquinha para o P* [esposo]. Não podia chover, porque se chovesse os poucos vizinhos que tinham, tinham que levar o carro até lá em cima. Às vezes atolava nas valetas. Meu Deus do céu! Que sofrimento! Que sofrimento! Era sofrimento para sair de carro, era sofrimento para sair com as crianças a pé. Eu lembro que uma vez eu saí, estava quente, fui levar as meninas para escola, não tinha muita casa, fui levar até lá embaixo na Parada. Quando eu voltei, eu estava grávida, levei um tombo, furei o meu joelho nas pedrarias do chão. Fiquei ali de cama por vários dias, com aquele buraco no joelho, só por Deus. Mas graças a Deus, os poucos vizinhos que tinham eram muito bons, porque, vendo eu daquele jeito, eu lembro que a L* foi em casa, cuidou, fez uns remédios de ervas, pôs no meu joelho, me ajudou ali, quer dizer, tudo assim, muito unido. Ali na Estância, o povo era assim, os poucos que tinham eram bem unidos. Quando ficavam sabendo de alguma coisa, sempre procuravam ajudar a gente.

Qual lembrança mais antiga você tem da Estância?

Agora, lembrança boa? As lembranças que mais me dão saudade são de quando as meninas eram tudo pequenininhas. Essas são as minhas lembranças boas que eu tenho muita saudade. De quando elas eram pequenas. Davam trabalho, mas foi muito bom, foi muito prazeroso.

Também uma lembrança boa era de quando nós nos reuníamos depois do culto da Estância em casa. Você lembra disso? A irmandade toda? Foi muito bom, né? Né Paula? Lembranças boas! Todo mundo se reunia, qualquer coisa que tinha na igreja a gente se reunia tudo lá em casa. Foram lembranças muito boas, ter você junto de nós foi muito bom. Nós éramos bem simples, mas tudo para nós era festa, né?

Mas uma coisa eu me lembro muito bem: várias vezes eu coloquei o meu terreno à venda, e meu pai sempre falava para mim: "Filha, não desista, um dia o progresso vai chegar aí. Não desista!" Mas tinha hora que eu tinha vontade de vender e sumir dali, Paula, porque era longe de tudo, não tinha nenhum bar ali, só tinha o Expedito com uma vendinha lá embaixo, sabe? Tudo o que precisava tinha que ir lá embaixo na Parada comprar, lá no mercado. Que só tinha um mercado, era bem pouca gente ali. Mas depois o progresso foi chegando, o pessoal foi mudando, foi construindo... Até que um dia chegou o asfalto, mas esse asfalto, para chegar na porta da minha casa, eu sofri muito, porque não sei se você lembra da #. A # pagava uns caras para não deixar uma calçada na porta da minha casa. Você não tem noção do que aquela mulher aprontou. Mas a gente começou a apresentar ela na mão de Deus, até que o Senhor foi tão bondoso que me deu uma calçada enorme, larga, comprida, era a maior calçada da rua. E a dela acabou ficando no meio da rua, que um dia se a prefeitura implicasse, ela teria que tirar até o portão da casa dela ali, da calçada da rua.

Resumindo? A Estância tinha poucas casas, dava para contar nas mãos, nos dedos. Tinha muito pouca

gente. A minha rua, quando eu comprei o terreno ali, nem rua tinha, os vizinhos que foram abrindo para fazer uma rua para a gente passar, mas era terrível: era... pensa numa rua cheia de buracos, quando chovia o carro caía naquelas valetas, que não dava nem para subir.

Como você soube da desapropriação para a passagem do Rodoanel?

Ai, meu Deus do céu! Quando eu lembro, eu até dou risada. Eu já tinha casado a N*. A N* morava no meu quintal lá com a gente, e a D* estava se preparando para casar. Eu tinha saído com ela para ver, acho que foi enxoval, vestido de noiva. Um dia estava voltando e vi uns caras com umas máquinas, fazendo um buraco na frente da calçada da Tia A*. Nessa época a tia A*... não... não morava? Morava é... Eu não lembro se ela estava doente, o quê que foi, se ela estava viva... Não lembro agora. Eles estavam fazendo é... como se fala? É... medição de solo. Até então eu não sabia o quê que era isso. Eu falei: "Nossa, D*, que que eles estão fazendo ali? Eu vou perguntar". A D*: "nossa, mãe, a senhora é curiosa, mãe!". Eu falei: "Lógico, eu vou perguntar!". Parei o rapaz e falei para o rapaz: "o que vocês estão fazendo aí?". "Nós estamos fazendo uma medição de solo". "Pra quê?". "É pro Rodoanel". Eu falei: "Que quê isso, moço?". Daí ele me explicou o que que era. Se desse certo, o Rodoanel ia passar ali, nós tínhamos que desapropriar tudo ali. Eu falei: "cê tá ficando doido??? Como desapropriar, moço? Eu moro aqui!" Na época fazia o que: 22? 23 ou 24 anos que eu estava ali? "É, dona, mas não se preocupa não que isso demora um pouquinho, e quando for desapropriar, eles vão indenizar vocês". Ahh, minha filha, daí começou a minha história, minha vida, meu dilema. Tá: mediram tudo, foram embora. Demorou um tempinho, daí eles voltaram. Ah..., daí começaram fazer o cadastro de todo mundo da vila. Ficha por ficha. Até que chegou na minha casa, fez o cadastro, perguntou as coisas, preencheu uma ficha pra levar lá para o prédio do Governo. Daí demorou... Eles vieram, daí demorou um tempo. Eu casei a D*, casei a Y*, e nada. O negócio parou, estatizou. Mas você sabe como que é o pessoal do mundo, né? Fica todo mundo aterrorizando, e um fala uma coisa, outro fala outra. Ai. Meu Deus do céu. Eu sei que eu casei as duas meninas: a D* casou em dezembro, a Y* em janeiro, quando eu fui entregar o vestido da Y*, a E* marcou o casamento lá onde eu estava entregando o vestido. Daí eu vou comprar o vestido para a E*. Daí começa e vai daqui e vai de lá, quando nesse entremeio da E* casar, eles vieram, tiraram foto da minha casa, dos cômodos tudo para poder avaliar. E eu sei que depois que eles fizeram isso, eles mandaram um papel para gente correr atrás dos documentos. Menina, olha, é tanto documento, é tanta papelada, que, quando eu comecei a correr atrás dos papéis, tanto do meu como do meu marido, a N* precisou operar da apendicite, daí eu parei de novo, fiquei um mês sem correr atrás. Eu fazia as coisas pela *internet*, o que dava para eu fazer, eu fazia. Daí a N* sarou, corri de novo. Depois foi o casamento da menina, da E*, em fevereiro do outro ano, que a Y* casou em janeiro, no outro ano a E* casou em fevereiro. Depois que ela casou, três meses depois, eles chamaram a gente tudo, falou que a gente tinha que desapropriar lá, procurar casa. Daí começamos a procurar, procurar, procurar, até que Deus preparou aqui. Acertou a gente e a gente mudou. Eles dão um prazo, eles falam: "olha, vocês têm um prazo para desocupar lá". Então, Deus preparou, a gente achou o cantinho nosso aqui. Quando eu desapropriei, eu entreguei a chave para eles. Daí a casa ficou lá. Quando eu voltei lá um tempo, minha casa estava toda no chão, misericórdia.

Olha na hora assim você fica meio triste. Mas por outro lado... Eu fiquei triste, não vou falar para você que eu não fiquei triste. Fiquei. Mas por outro lado, eu fiquei feliz porque, se você ver o que Deus me deu, você vai entender o que eu estou te falando. Lá, Deus me deu aquele terreno, eu criei minhas filhas, casei todas elas, foi uma vida inteira, mas Paula, se eu não tivesse aquilo, se Deus não tivesse preparado aquele terreno, aquela casinha para mim, será que hoje eu teria a casa dos meus sonhos? Porque Paula, eu queria, eu sempre quis ter uma sala para receber a Irmandade na minha casa. Eu nunca tive uma sala na minha casa porque você sabe as condições da gente. Quatro filhas, tudo para casar, era difícil. Eu queria terminar a minha casa, tanto que eu comprei azulejo, tijolo, ferro, areia. Consegui fazer só aquela garagem que você lembra enorme. Daí os tijolos estavam lá cercando em cima. Lá não consegui acabar daí nós lá na frente fizemos para N* Deus preparou os irmãos se reunir ou vieram fizeram a casa da N* para ela casar mas eu não consegui aí eu não conseguia terminar a minha casa do jeito que a gente sempre sonha, porque a gente tem um sonho, e ter um sonho não é pecado. Eu tinha um sonho de ter uma casa, uma sala tudo pintadinha, e eu não tive essas condições, e os custos de vida também aumentando. Era difícil. Eu tendo aquele terreno, tendo tudo aquilo lá que Deus me deu, o governo comprou e eu tive condições de comprar uma casa, Paula, pronta! Prontinha, com piso, só não estava pintada, mas deu Deus condições de pintar, por os móveis dentro da casa, eu

vou tirar foto e vou mandar para você para você entender o que eu estou te falando. Eu vou tirar não sei se hoje, ou amanhã. Eu tiro e mando para você entender o que eu estou te falando. Deus me deu uma casa novinha, então eu fiquei triste por ver daquela maneira, mas não me entristeci tanto, porque foi dessa maneira que Deus fez para eu poder ter essa casa que eu tenho hoje.

Você acredita que essa obra vai trazer benefícios à população?

Olha Paula, eu achava que ia trazer muitos benefícios mas pelo que eu estou vendo a obra está parada e vai ser difícil dar continuidade pela situação que está o nosso país. Vai ser muito difícil, Paula, porque ali vai muito dinheiro. Vai muito dinheiro e está parado. Está parado. Você não vê prosperidade. Eu achava que ia assim: “nossa, vai em frente!”, mas pelo que eu estou vendo, não vai não, filha, cada vez que eu passo ali não vejo modificação. Assim, está parado, eu sei que está tudo parado. Acho que devido à crise do país, do jeito que anda vai ser muito difícil. Bom, por outro lado, para mim foi uma Obra de Deus, uma obra de Deus. Coisa que eu não sonhava, que eu não esperava, e Deus realizou. Às vezes, Deus faz umas coisas que a gente nem entende.

Que mudanças houve na sua rotina?

Não mudou muita coisa não, Paula, minha rotina. Quer dizer, o serviço aumentou porque a casa é grande. É uma casa de 3 quartos, 3 banheiros, sala, copa, cozinha, garagem, uma área lá atrás, não é muito grande, mas é assim: matéria de trabalho aumentou um pouquinho, e eu continuo naquela de costurar. Eu costuro bastante, costuro para fora. Quer dizer: então não mudou muito a minha rotina não. Assim, as visitas que eu fazia lá na Piedade, lá na Estância, eu continuo fazendo. Continuo trabalhando ajudando o O*. Não mudou muita coisa não. Em relação à casa, também estou muito feliz por Deus ter me dado essa casa linda maravilhosa, mas assim dentro de mim não mudou nada. Vivo dentro dessa casa como se eu tivesse lá na Estância. Quer dizer, tem gente que muda porque tem uma casa bonita. Muda de casa e muda de personalidade. Eu continuo a mesma coisa em relação à casa. Só contente, muito contente.

Já faz quanto tempo que você está na casa nova?

Já vai fazer agora em dezembro [2017] 4 anos. Eu te mando as fotos da rua da casa, está bem? É que agora, se eu for bater da rua, está escuro, porque está do lado de cá. Eu tirei umas fotos mas não ficou legal. Amanhã cedo eu tiro e mando para você.

Como você explica o fato de haver tanta divergência nos valores das indenizações?

Paula, eles pagam por área construída. Eles tiram foto de tudo. Eu acho que essas pessoas que ainda não receberam a indenização da casa porque... Assim, Paula: quando eu fui fazer a papelada e fui tirar os meus documentos e do meu esposo, é muita coisa, Paula. Quando vai percorrer os cartórios, são 10 cartórios! Se você tiver alguma coisa no cartório, se você deve alguma coisa no cartório, tem que acertar. Você tem que pagar, você entendeu? Se você não paga, fica pendente, e o governo não paga! Eu acho que é isso, porque quando meus papéis estavam tudo certinho, prontos para receber, o advogado ligou e falou: “Seu O*, o IPVA do seu carro consta que não está pago. Eu tive que correr atrás, o O* pagou. E ainda tem que levar. Não é você pagar e falar “eu paguei”, tirei xerox e manda. Ou manda uma foto. Não é isso não. Você tem que pagar sim, não é nem assim, vamos supor, pagar com aquele papelzinho que quando você paga no mercado, na lotérica. Você tem que pagar no banco, tem que estar autenticado, entendeu? Se tiver qualquer restrição no seu nome ou no nome da esposa, ah minha filha, se você não acertar não pensa você que vai receber não, viu? Não vai mesmo! Então, se tiver qualquer restrição, Paula, infelizmente, se a pessoa não acertar, é difícil. Tem que acertar, porque é para o governo que você está vendendo. É difícil!

Muitas pessoas que eu sei que ainda não receberam por conta de, vamos supor: se o meu esposo tivesse falecido ou eu, tinha que fazer um inventário, ainda fazer aquela distribuição para os filhos. Depois que eu fizesse tudo isso, eu tinha que levar lá para eles levar de novo lá em cima para não sei quem, para depois eles analisarem, ver se está tudo direitinho, tudo certo, para depois eles pagarem. Você entendeu? É complicado!

Onde suas meninas estão morando?

As meninas, a N*, a D*, a Y*, moram lá na Parada. A N* está morando ali na Ana Rosa, ali onde a

irmã A* mora. Lembra da vó A*? Ela está morando ali, ela comprou uma casa do sogro dela e está morando ali, a N*. A D* está morando lá perto do Parque Taipas, perto daquele mercado que tem mais cima que vai para o Parque Taipas. Ela mora no quintal da sogra. E a Y* comprou um apartamento ali no retão, ela mora ali. E a minha caçula E* está morando em Belo Horizonte, no bairro de Palmares. Já vai fazer 4 anos. Quando eu mudei para cá, ela mudou para lá.

A gente se vê sempre, na preparação de Deus a gente está se vendo. Não é como se eu morasse lá, que todo dia elas estavam no portão, não é? Mas a gente se fala todo dia, mas se vê assim quando elas vêm para cá. Não é toda semana, às vezes elas vêm. Ainda mais agora com o pai como [cargo da igreja], não é sempre que a gente está em casa. Nas folgas do O*, a gente está sempre saindo para fazer visita, ele tem reunião, então fica mais difícil.

Eu soube que houve muita divergência nos valores das indenizações. O que você sabe sobre isso?

Agora uma coisa eu vou te falar: quanto a eles pagarem a um mais e outros menos, olha filha, isso eu não sei explicar o porquê. Mas a gente que é crente, a cada um Deus faz da maneira que ele quer, não é verdade? Às vezes Deus faz uma reviravolta para favorecer os filhos dele. Então, isso é uma coisa que a gente que muitos não compreendem, infelizmente.

APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA 3

DATA: 12 de outubro de 2018. Via *Whatsapp*

Nome completo e idade

***, 25 anos.

Qual a sua lembrança mais antiga da Estância?

Minha lembrança mais antiga é quando eu tinha uns seis anos e nas férias nós brincávamos na rua com carrinho de rolimã. Juntava todas as crianças e adolescentes e ficávamos brincando até tarde juntos.

Como era viver na Estância Jaraguá?

Até meus 15 anos, era gostoso e bem tranquilo. Todo mundo se conhecia e se falava, as crianças podiam ficar na rua sem preocupação. Porém, depois dessa idade as coisas foram mudando e a vizinhança ficou perigosa, não tínhamos tanta liberdade de ficar na rua.

Como você tomou conhecimento da desapropriação para as obras do Rodoanel?

Alguns anos antes já haviam comentários sobre o Rodoanel, mas não tínhamos conhecimento de quando seria. Nós só ficamos sabendo quando o DR já começou a passar nas casas para fazer a metragem. No meu caso foi pior, porque nós fomos pegos de surpresa. Eles mediram e não fizeram a primeira proposta, já colocaram direto na justiça (o que fez com que recebêssemos um valor bem inferior da casa em comparação aos primeiros moradores que foram notificados).

Como foi o processo de desapropriação?

O processo foi complicado porque começaram a tirar as casas e depois pararam, então a gente teve que ficar no meio dos escombros das outras casas. O que causava um grande desconforto, principalmente para as pessoas mais velhas que não queriam sair de lá porque foram eles que "começaram" a Estância e tudo mais.

Se você pudesse escolher entre viver na Estância de antigamente e na sua nova moradia, o que escolheria?

Eu sem nenhuma dúvida prefiro o lugar que moro hoje, por questões de facilidade de locomoção, tudo próximo e com facilidade. Coisa que não tinha na Estância.

Qual é a sua opinião sobre essa obra, o Rodoanel?

Eu acredito que depois de pronta é algo importante, que facilita a vida de muitos. Mas sinceramente neste caso não sei se ficará pronta, até porque, além da demora, tem um descaso muito grande. Algumas casas ainda estão lá por falta de verba e também descobrimos que houve algumas casas que saíram sem necessidade, pois não iriam atrapalhar a obra. Teve os dois lados, o lado bom é que aqui é mais próximo de tudo e me sinto mais segura, mas como não pagaram um valor justo e ainda estamos na justiça, acabamos entrando em dívidas que antes nós não tínhamos, já que lá era casa própria e agora estamos pagando financiamento. Também sinto muita falta dos meus familiares e amigos. Mas eu não voltaria para lá rs.

O que mudou na sua vida com a desapropriação?

Nós nos separamos, meus pais e minha irmã casada foram para Franco da Rocha, pois era o único lugar que dava para comprar casa sem financiamento. Minha irmã mais velha e eu estamos em Pirituba e meu irmão está no Jaraguá. Como faz cinco anos que nós nos mudamos, estou acostumada com a distância, mas no começo foi bem complicado ficar longe deles, já que antes morávamos todos na mesma rua rs.

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você foi convidado para participar da pesquisa “Abordagem linguística de narrativas sobre a experiência de desapropriação”. A sua participação nesta pesquisa é voluntária e consiste em conceder uma entrevista via *WhatsApp* relatando sua experiência vivida com a desapropriação para a construção do Rodoanel Mário Covas.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto ou imediato. No entanto, os resultados desta pesquisa poderão me auxiliar na construção de um modelo teórico que possa analisar as narrativas de vida que as pessoas fazem sobre a experiência de ser desapropriado.

Seus áudios/mensagens de texto serão retextualizados para a modalidade escrita da língua por mim, Prof^a Mestra Paula Perin dos Santos, autora desta pesquisa e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, com sede na Av. Da Universidade, 2853, Benfica, Fortaleza, Ceará.

Os conhecimentos resultantes deste estudo serão constituídos por análise linguística das narrativas de vida sobre a experiência de desapropriação. Contudo, você terá sua identidade preservada. Quando for imprescindível a identificação de algum nome para facilitar a leitura do trabalho, adotarei nomes ou iniciais fictícios. Desse modo, posso garantir que em nenhum momento durante os processos de análise e divulgação dos resultados sua identidade será exposta. A pesquisa será divulgada em revistas especializadas e eventos da área de Linguística, bem como em uma tese de doutorado. As narrativas coletadas constituirão um banco de dados que ficará sob a minha guarda, podendo ser eventualmente utilizado em pesquisas futuras, inclusive para a publicação de livros teóricos da área da Linguística.

Por se tratar de uma pesquisa que busca compreender a trajetória de uma vida em uma situação traumática, os riscos passíveis de ocorrer durante a participação nesta pesquisa são a manifestação de embaraço, desconfortos emocionais como angústia, nostalgia e saudade, ao relatar as lembranças do tempo vivido na Estância Jaraguá, ou ainda no desgaste do raciocínio ao gravar o áudio ou digitar a narrativa, o que pode demandar tempo no entendimento das questões, situações nas quais você poderá interromper ou desistir de participar da pesquisa.

Quanto aos benefícios de sua participação nesta pesquisa, seriam os seguintes: desenvolvimento do senso altruísta de poder contribuir para um projeto em prol do desenvolvimento científico do país e a oportunidade de ser um porta-voz das histórias por vezes silenciadas pelo Poder Público, bem como de manter viva a memória do bairro onde crescemos, a Estância Jaraguá.

A decisão em não participar da pesquisa não acarretará nenhum tipo de constrangimento. Além disso, você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou dano. Você poderá perguntar sobre esta pesquisa a qualquer tempo, pois tenho o dever de lhe prestar os devidos esclarecimentos. Desde já, agradeço cordialmente sua atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações.

Atenciosamente,

Pesquisadora Responsável: Prof^a. Mestra Paula Perin dos Santos

E-mail: paula.perin@hotmail.com Telefone: (88) 99851-9202

Declaro que li os detalhes acima descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar. Por estar de acordo com este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por aceitar participar desta pesquisa, assino o presente documento.

Participante da pesquisa